



**UNIRIO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM MEMÓRIA SOCIAL



REVISTA  
**MORPHEUS**  
v. 12 | n. 2 | 2025

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

### **EQUIPE EDITORIAL**

#### **Editores**

Ana Amélia Lage Martins  
Samuel Silva Rodrigues Oliveira

#### **Comissão Editorial**

Bárbara Rosa  
Davi Pessoa Barbosa  
Francisco Ramos de Farias  
Javier Lifschitz  
Marina Leitão Damin  
Manoel Silvestre Friques

#### **Conselho Científico**

Andrea Vieira Zanella  
Carlos Xavier de Azevedo Netto  
Carole Gubernikoff  
Cleusa Maria Cleusa Maria Gomes Graebin  
Cornelia Eckert  
Leonardo Castriota  
Maria Letícia Mazzucchi Ferreira  
Maria Nélida González de Gómez  
Marília Xavier Cury  
Paulo Knauss  
Antonio Garcia Gutiérrez  
Cécile Tardy  
Cyril Isnart  
Damien Malinas  
Octave Debary

#### **Comitê Executivo**

Alex Medeiros Kornalewski, Brazil  
Bárbara Amádio Santos  
Neallen Alves Costa

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO REVISTA MORPHEUS.....	1
MEMÓRIA SOCIAL MIGRANTE: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA ABORDAGEM DA MEMÓRIA SOCIAL EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO.....	2
TEIAS DA MEMÓRIA: ENTRELAÇAMENTOS CORPO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO.....	30
PERCURSOS E MURALISMOS: OS TERRITÓRIOS URBANOS COMO ARENA DE DISPUTA POLÍTICA E DE PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS CONTRA- HEGEMÔNICAS.....	46
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA ANISTIA NAS PÁGINAS DA REVISTA LAMPIÃO DA ESQUINA: AMPLA, GERAL E IRRESTRITA?.....	71
A SÉRIE FRAGMENTOS DA PLATAFORMA GLOBOPLAY E A LÓGICA DO DESCARTE DAS TELENÓVELAS DA TV GLOBO.....	100
DESEMPACOTANDO SUA BIBLIOTECA: OS LIVROS DE CINEMA DE LEILA BEATRIZ RIBEIRO (OU, ANTES DO <i>SUAVE TÉDIO DA ORDEM</i> ).....	122
<i>RETOURNER LE MONDE</i> : ARTE E MEMÓRIA ÀS VOLTAS COM UMA ANTROPOLOGIA INQUIETA.....	132

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

### APRESENTAÇÃO

O segundo número do volume 12 da **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social** apresenta sete contribuições originais que interrogam a memória como um campo de forças vivas e tensionadas: espaço de afeto e transmissão, arena de disputas políticas, patrimônio insurgente contra narrativas hegemônicas, rastros fragmentados de acervos, lugar de (re)configuração de subjetividades.

Embora elejam objetos variados, os trabalhos aqui reunidos - cinco artigos, uma resenha e um ensaio- dialogam interdisciplinarmente com perspectivas epistemológicas que reconhecem a memória em sua dimensão ontológica: como potência criadora que impulsiona a construção e a transmissão de coleções, como elemento mobilizador de expressões artísticas, como processo de modulação de identidades e territórios e como condição necessária para a promoção da justiça social.

Compartilham, portanto, de preocupações comuns: como a memória social articula-se com as estruturas de poder, demarcando corpos subalternizados, experiências e espacialidades marginalizadas? Como a cultura do efêmero convive com o imperativo da conservação? Como o esquecimento se expressa em políticas e práticas institucionais de preservação? Como territórios e comunidades reafirmam suas presenças e histórias diante do esquecimento oficial? Como as sociedades lidam com o descarte sistemático de objetos em um mundo em constante aceleração capitalista? Como a memória se formula em contextos de deslocamentos forçados e diásporas contemporâneas?

Os leitores não encontrarão aqui respostas prontas a estas perguntas, mas se sentirão convocados, a partir dos textos reunidos nesta edição, a elaborar novas questões que ajudam a ampliar nossas formas de aproximação ao tão complexo e instigante campo da Memória Social.

Desejamos uma ótima leitura!



# MEMÓRIA SOCIAL MIGRANTE

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA ABORDAGEM DA MEMÓRIA SOCIAL EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO

---

*Uiara Lopes Miranda*

*Fabício José Nascimento da Silveira*

### RESUMO

A relação entre memória e migração tem ganhado centralidade em debates contemporâneos, mas permanece marcada por dispersões conceituais e usos não sistematizados de expressões como “*migrant memory*” e “memória migrante”. Embora esses termos circulem em diferentes campos — das artes aos estudos culturais —, raramente dialogam de modo direto com a tradição da memória social. O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica crítica que articula autores clássicos da memória social (Halbwachs, 1925, 1990; Pollak, 1989; Bosi, 2007; Ricoeur, 2007) com contribuições dos estudos da migração, da diáspora e sobre identidade (Sayad, 1998; Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001; Glissant, 2005; Pratt, 1999; hooks, 2022) buscando compreender como o deslocamento reconfigura quadros de pertencimento, práticas de lembrar e modos de existência. A partir desse percurso, propõe-se o conceito de Memória Social Migrante como subcategoria analítica que descreve formas de memória social produzidas em contextos de migração, caracterizadas pela recomposição contínua de vínculos, pela seletividade ética do lembrar, pela circulação transnacional de referências e pela articulação entre silêncio, perda, resistência e invenção. Ao sistematizar debates dispersos e indicar lacunas no campo, o artigo contribui para consolidar a Memória Social Migrante como ferramenta teórica para a compreensão das experiências de deslocamento e das práticas sociais e informacionais de lembrar em contextos de mobilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória social; Memória social migrante; Migração; Diáspora; Identidade.

### ABSTRACT

The relationship between memory and migration has gained increasing relevance in contemporary debates, yet it remains marked by conceptual dispersion and by non-systematized uses of expressions such as “*migrant memory*” or “memória migrante”. Although these terms appear across diverse fields — from arts to cultural studies — they rarely engage directly with the tradition of social memory studies. This article presents a critical literature review that connects classical contributions to social memory (Halbwachs, 1925, 1990; Pollak, 1989; Bosi, 2007; Ricoeur, 2007) with theoretical frameworks from migration, diaspora and identity studies (Sayad, 1998; Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001; Glissant, 2005; Pratt, 1999; hooks, 2022) examining how displacement reconfigures belonging, narrative practices, and modes of existence. Drawing on this dialogue, the article proposes the concept of social migrant memory (*memória social migrante*) as an analytical subcategory that captures forms of memory produced in migratory contexts, characterized by the continuous recomposition of social frameworks, the ethical selectivity of remembering, the transnational circulation of cultural references, and the intertwining of silence, loss, resistance, and invention. By systematizing dispersed debates and highlighting gaps in the literature, the article contributes to consolidating social migrant memory as a theoretical tool for understanding displacement

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

experiences and the social practices of remembering in contexts of mobility.

**KEYWORDS:** Social memory; Social migrant memory; Migration; Diaspora; Identity.

### INTRODUÇÃO

As reflexões contemporâneas sobre memória social partem do princípio de que lembrar é um ato situado, pautado pelos contextos sociais, pelos quadros de pertencimento e pelas relações que sustentam a vida coletiva. A memória não é um depósito estático de fatos, mas um processo social pelo qual sujeitos e grupos selecionam, interpretam e atualizam o passado de acordo com as necessidades e significados do presente. Quando o campo da memória se encontra com o fenômeno migratório, essa disputa adquire novas camadas de densidade: lembrar, esquecer, silenciar e reinventar tornam-se gestos marcados pelo trânsito entre territórios, línguas, vínculos e identidades.

A literatura internacional tem produzido contribuições importantes sobre memória e migração, seja a partir das teorias da diáspora (Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001; Glissant, 2005) ou dos estudos sobre identidade e pertencimento (hooks, 2022). Entretanto, apesar da relevância desse conjunto de reflexões, permanece dispersa na literatura a sistematização conceitual de como a experiência migratória produz formas específicas de memória social — atravessadas simultaneamente pela ruptura e pela continuidade, pela provisoriedade e pela invenção, pelo trauma e pela esperança.

Nos últimos anos, expressões como “*migrant memory*” e “memória migrante” têm aparecido em estudos vinculados aos campos das artes, do patrimônio e dos estudos culturais. Contudo, na maior parte das vezes, essas expressões cumprem função descritiva — ora significando a memória “de” migrantes, ora indicando a memória que circula entre fronteiras — sem constituírem uma categoria analítica consolidada e em diálogo com a tradição clássica da memória social (Halbwachs, 1925, 1990; Bosi, 2007; Pollak, 1989; Ricoeur, 2007).

Não obstante, a lacuna conceitual que emerge desse cenário consiste em compreender as formas de memória social produzidas em contextos de deslocamento migratório, diáspora e reinscrição identitária e como articular a memória, tomada

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

enquanto um processo social, histórico e político, com a mobilidade. Assim, estabelecemos a seguinte questão como norteadora deste artigo: de que forma a experiência migratória reconfigura os quadros sociais de memória, demandando a sistematização de uma nova subcategoria analítica? O objetivo é estabelecer uma discussão que permita compreender a complexidade das lembranças que se movem — e se transformam — junto com os sujeitos. Seja nas narrativas de migrantes, nos acervos diaspóricos, nas práticas culturais em circulação transnacional ou nos estudos da informação, a memória social migrante oferece uma chave analítica potente para compreender como sujeitos em movimento produzem e reinventam sentidos de si e do mundo.

Tendo isso em vista, buscamos responder à pergunta acima formulada por meio de uma revisão bibliográfica crítica centrada em mapear os principais debates entre memória social, migração e diáspora, identificando convergências, tensões e lacunas. A partir desse percurso, propõe-se a sistematização do conceito de Memória Social Migrante como uma subcategoria analítica que articula:

- i) a tradição da memória social e
- ii) as teorias da migração, da diáspora e da identidade.

O objetivo não é apenas apresentar o estado da arte, mas oferecer uma contribuição conceitual para o campo, evidenciando que a memória produzida em contextos migratórios não se reduz a lembranças individuais ou registros de origem, mas que se configura como um território relacional, transnacional e politicamente situado — onde se disputam significados, se elaboram perdas, se reinventam pertencas e se constroem novas moradas simbólicas.

Assim, ao revisitar autores(as) clássicos(as) e contemporâneos(as), ao examinar usos dispersos do termo “memória migrante” e ao articular essas perspectivas à luz dos estudos da diáspora, este artigo delineia um quadro teórico que fundamenta a compreensão do conceito de Memória Social Migrante. Uma memória que se move com os corpos, se protege nos silêncios, se reinscreve nos gestos cotidianos e produz, no trânsito, novos modos de existir.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

### PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme já salientado, este artigo busca compreender como diferentes tradições teóricas têm articulado memória, migração e diáspora. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica crítica guiada pela necessidade de mapear os(as) autores(as), conceitos e tensões que estruturam esses campos.

O percurso metodológico adotado parte, assim, de uma premissa importante: o campo da memória social, especialmente em diálogo com a migração e a diáspora, não se organiza de forma linear ou homogênea. Os estudos se distribuem em diferentes tradições disciplinares — sociologia, antropologia, história oral, filosofia, estudos culturais — e emergem de contextos geopolíticos distintos, produzindo abordagens que ora convergem, ora se tensionam. Por essa razão, a revisão guiou-se por uma pergunta central: quais contribuições teóricas são essenciais para compreender a memória como prática social em contextos migratórios?

A partir dessa pergunta, foram delimitados dois eixos de leitura:

- (a) autores clássicos da memória social, como Halbwachs (1925, 1990), Pollak (1989), Bosi (2007) e Ricoeur (2007);
- (b) teóricos da migração, da diáspora e da identidade, como Hall (1992, 2003) Gilroy (2001), Glissant (2005), Pratt (1999) e hooks (2022).

Embora o termo “memória migrante” apareça em diferentes campos — especialmente nas artes, na literatura e nos estudos sobre patrimônio —, a leitura crítica dessas publicações revelou um uso predominantemente descritivo, pouco articulado com a tradição da memória social. Esse vazio conceitual, percebido durante a escuta das trajetórias de vida de migrantes venezuelanos em Belo Horizonte<sup>1</sup>, orientou a revisão no sentido de identificar, entre autores clássicos e contemporâneos, elementos que possibilitassem sistematizar uma subcategoria teórica própria, capaz de dar conta das especificidades da memória social em contextos de deslocamento e trânsito identitário.

---

<sup>1</sup> Objeto central da tese de doutoramento da qual deriva este texto.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Em síntese, o percurso metodológico que subsidiou a revisão é interpretativo e relacional: opera por aproximação de ideias, por diálogo entre tradições teóricas e pela identificação de lacunas que abrem espaço para a proposta conceitual apresentada nas próximas seções. A necessidade de sistematizar o conceito de Memória Social Migrante (MSM) não é apenas teórica, ela emergiu da prática de pesquisa, como uma ferramenta importante para a compreensão das formas de resistência e de reinvenção identitária observadas no campo. O objetivo não é produzir um catálogo exaustivo, mas construir um quadro teórico que permita compreender a Memória Social Migrante como uma forma de memória social que se reinscreve no movimento — entre territórios, entre quadros de pertencimento, entre tempos e vozes.

### MEMÓRIA SOCIAL: BASES CONCEITUAIS

A memória social, categoria consolidada ao longo do século XX, oferece um arcabouço teórico importante para compreendermos como grupos e sujeitos constroem continuidades, pertencas e sentidos diante das rupturas da vida histórica. Ela parte da premissa, formulada por Halbwachs (1925; 1990), de que lembrar não é um gesto isolado ou puramente mental, mas uma prática social ancorada em quadros coletivos que moldam o que pode ser recordado, como deve ser narrado e em que condições esse passado se torna socialmente significativo. A memória, nesse sentido, não é apenas herança: é uma negociação permanente entre o vivido, o narrado e o reconhecido.

Pierre Nora (1986), na esteira de Halbwachs, discute os lugares de memória, entendidos como marcos simbólicos onde a lembrança se ancora quando os ambientes sociais que antes a sustentavam entram em declínio. Para Nora, a memória coletiva se fixa em objetos, rituais, espaços e práticas que funcionam como suportes materiais e imateriais do recordar. Essa perspectiva complementa a tradição da memória como uma construção social ao evidenciar que, quando os quadros sociais se fragmentam, surgem dispositivos simbólicos que tentam compensar essa perda, estabilizando referências comuns. No contexto migratório, esses “lugares” podem ser reconfigurados ou reinventados, pois a memória deixa de se apoiar em

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

um território contínuo e passa a depender de marcas móveis — objetos, narrativas, redes afetivas — que acompanham o sujeito no deslocamento.

Michael Pollak (1989) introduz no campo dos estudos sobre memória o conceito de *memórias subterrâneas* tendo em vista designar lembranças que permanecem à margem das narrativas públicas e hegemônicas. Para o autor, a memória social não é um registro neutro do passado, mas um campo atravessado por seleções, disputas e hierarquias no qual determinados acontecimentos são destacados enquanto outros são silenciados. As memórias subterrâneas correspondem, assim, a experiências, versões e sentidos que não encontram lugar nas formas oficiais de enunciação, permanecendo relegados ao âmbito privado, fragmentário ou não verbalizado, ainda que continuem a moldar identidades e percepções do vivido.

Paul Ricoeur (2007), por sua vez, problematiza a ética da lembrança, destacando que toda memória é seletiva: lembrar é escolher, e escolher é assumir responsabilidades. Entre o excesso e a falta, entre o trauma e o esquecimento, o sujeito é convocado a reconstruir narrativas possíveis, reconhecendo tanto a fragilidade quanto a potência do ato de rememorar. Essa perspectiva é fundamental para pensar a memória em contextos de migração, nos quais o passado pode ser simultaneamente uma ferida e uma âncora — algo que se quer preservar e, ao mesmo tempo, manter à distância.

Ao lado desses silêncios ou lacunas, Ecléa Bosi (2007) destaca que a memória opera como vínculo afetivo com o passado: sua transmissão ocorre tanto por palavras quanto por gestos, ritmos, objetos e práticas que atravessam gerações. Recordar, para a autora, é fazer viver uma experiência que se atualiza no presente, entre presenças e ausências, entre aquilo que se pode dizer e aquilo que só se pode sentir. A memória, assim, não é apenas uma operação cognitiva: é afeto, corpo, repetição e cuidado. Em contextos migratórios — onde o território, a língua e os vínculos se reorganizam — essa dimensão sensível torna-se um aspecto constitutivo da sobrevivência simbólica.

Juntas, essas abordagens apontam para a memória social como um campo de forças que articula experiências, narrativas, pertencimentos e poder. Joël Candau

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(2011) argumenta que o enfraquecimento dos grandes quadros organizadores da cultura e da sociedade leva à individualização e fragmentação da memória social. Essa fragmentação é potencializada ao extremo na experiência migratória, onde a ruptura com o território e a comunidade de origem exige do sujeito a recomposição de sua memória de forma ativa e individualizada.

Isso se dá porque o que lembramos nunca é apenas individual, e o que esquecemos nunca é exclusivamente uma falha: ambos são efeitos das condições sociais que moldam o tecido da vida. Em situações de deslocamento — quando os quadros coletivos se desfazem e precisam ser reconstruídos — a memória se torna um trabalho ainda mais exigente: ela precisa reorganizar tempos, recompor vínculos e inventar modos de permanecer no mundo.

É nesse ponto que se abre o espaço para pensarmos na memória social migrante: subcategoria da memória social que não deve ser encarada simplesmente como um conjunto de lembranças trazidas “de lá”, mas como a forma por meio da qual sujeitos em movimento elaboram rupturas, reconectam fragmentos, negociam identidades e produzem pertencas em um território atravessado por ausências, silenciamentos e reinvenções. Não por acaso a memória social oferece as bases para compreendermos esse processo. A migração, como veremos nas próximas seções, intensifica sua complexidade e exige novas referências analíticas.

### MIGRAÇÃO, DIÁSPORA E IDENTIDADE

A experiência migratória — sobretudo em contextos de instabilidade — não se limita ao ato físico de cruzar fronteiras. Migrar é, antes de tudo, uma reorganização radical da vida, em que o sujeito se vê convocado a refazer pertencimentos, reconfigurar vínculos e reconstruir a narrativa de si diante de um mundo que já não o reconhece plenamente. Em alguns contextos históricos, esse processo adquire a forma de diáspora, caracterizada por dispersões coletivas que atravessam múltiplos territórios e produzem novas formas de inscrição política e identitária<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A migração refere-se ao deslocamento de pessoas entre territórios, constituindo um processo demográfico e social que produz, na sociedade de acolhimento, a posição do imigrante (Sayad, 1998). Já a diáspora possui um foco mais histórico e político: envolve experiências coletivas de dispersão, a

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

O sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998), que trabalhou ao lado de Pierre Bourdieu, dedicou sua trajetória intelectual a compreender a migração argelina para a França. Em *A imigração – ou os paradoxos da alteridade* (1998), ele propõe uma análise que rompe com abordagens estritamente econômicas e mostra que migrar é um fenômeno social complexo, atravessado por dimensões históricas, políticas, culturais e subjetivas. Sayad (1998) evidencia como a imigração é construída socialmente como um “problema”, enfatizando que essa construção varia conforme o contexto e o tempo histórico. Para explicar o modo como as sociedades receptoras lidam com os imigrantes, o autor identifica três pilares que estruturam essa tolerância condicionada: a neutralidade política, a provisoriedade e a existência pelo trabalho. Embora aparentem ser princípios distintos, eles formam um arranjo interdependente que define os limites da aceitação social.

Dentro desse enquadramento, o imigrante é tolerado enquanto se mantém distante das disputas políticas internas da sociedade de acolhimento. Espera-se que ele permaneça “neutro”, não questione o sistema e não reivindique participação ativa no debate público. Essa neutralidade, contudo, é uma exigência unilateral que impede o acesso a um espaço político legítimo e autônomo. Paralelamente, sua inserção econômica funciona como segundo eixo dessa tolerância: o imigrante é valorizado, sobretudo por sua utilidade produtiva, sendo reconhecido mais como força de trabalho que como sujeito de direitos. Sua presença é aceita enquanto atende às demandas do mercado e contribui para o funcionamento da sociedade, o que reduz sua existência social à função laboral. Assim, Sayad (1998) demonstra que o imigrante é aceito como trabalhador, mas não como cidadão pleno — alguém cuja participação política, social e cultural permanece limitada.

A partir dessa estrutura de tolerância condicionada, Sayad (1998) argumenta, ainda, que a provisoriedade se torna o eixo fundamental que sustenta a aceitação social do imigrante. Sua presença é admitida enquanto for percebida como temporária — um estágio passageiro, legitimado tanto por discursos públicos quanto por

---

manutenção de vínculos — simbólicos ou materiais — com a terra de origem e a formação de redes que ultrapassam o Estado-Nação, tendo um caráter mais coletivo na pós-mobilidade (Hall, 2003).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

dispositivos legais que sugerem, de forma explícita ou velada, a expectativa de retorno ao país de origem. Essa percepção tranquiliza a sociedade de acolhimento, pois dissipa temores ligados à mudança demográfica e cultural, ao mesmo tempo em que justifica a ausência de direitos plenos: se está “de passagem”, não haveria motivo para assegurar a ele as mesmas formas de inclusão social, política e cultural garantidas aos cidadãos.

A migração, portanto, assume um caráter intrinsecamente paradoxal. O imigrante é socialmente interpretado como figura provisória, mas sua permanência tende, na prática, a se prolongar, tornando-se parte estrutural da vida social do país que o recebe. Esse descompasso produz uma tensão permanente que se sustenta por meio de uma ilusão coletiva compartilhada pela sociedade de acolhida.

Essa ilusão é continuamente alimentada por diferentes atores sociais. Discursos políticos, análises econômicas e práticas institucionais reforçam a ideia de temporalidade, mesmo quando reconhecem tacitamente que a presença migrante tende a se consolidar ao longo do tempo. Contudo, em momentos de crise — quando o desemprego aumenta ou a competição por recursos se intensifica — a retórica da migração temporária perde sustentação. As contradições emergem, revelando a complexidade da condição migrante e expondo o caráter construído do chamado “problema migratório”. Sayad (1998) evidencia que o próprio termo “imigrante” é contextual: sua definição é maleável, moldada pelas necessidades políticas, econômicas e simbólicas de cada momento histórico. A figura idealizada do “imigrante modelo” — trabalhador disciplinado, adaptável, discreto e, sobretudo, temporário — contrasta com a realidade concreta de permanências prolongadas, vínculos duradouros e tensões produzidas por essa discrepância entre expectativa e experiência.

Por conseguinte, a noção de “dupla contradição” formulada por Sayad (1998) descreve a condição de suspensão que marca a experiência migratória. O imigrante vive entre dois polos: de um lado, o provisório, sustentado pela expectativa — muitas vezes imaginada — de retorno; de outro, o definitivo, que se impõe à medida que a permanência se prolonga e a integração se torna inevitável. Essa ambivalência não é apenas vivida no plano íntimo: ela é produzida e reforçada por políticas migratórias,



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

discursos sociais e pelas próprias estratégias de adaptação. Do mesmo modo, ela atravessa a sociedade de acolhimento, que simultaneamente depende da força de trabalho imigrante e a marca como temporária, substituível e, portanto, socialmente secundária.

A migração, nesses termos, ultrapassa a dimensão material do deslocamento. Ela configura uma experiência simbólica que reorganiza identidades, redes de sociabilidade e formas de pertencimento. A perda do território de origem, o deslocamento dos quadros que sustentavam a identidade e a necessidade de forjar novos vínculos revelam a densidade subjetiva desse processo. Mesmo assim, as políticas migratórias raramente consideram essa complexidade: tendem a reduzir o imigrante à função produtiva, desconsiderando os efeitos sociais, culturais e afetivos que perpassam sua trajetória.

A provisoriedade, tal como tematizada por Sayad (1998), incide diretamente sobre a preservação da memória social dos imigrantes. A expectativa de retorno — ainda que remota ou ilusória — pode orientar a manutenção de práticas, símbolos e narrativas associadas ao país de origem, frequentemente em detrimento da elaboração de memórias ancoradas nos novos territórios. Ao mesmo tempo, essa insistência no passado pode fortalecer a memória coletiva da comunidade migrante, preservando a língua, os costumes e as tradições como forma de resistência simbólica e continuidade identitária.

Desse modo, a experiência migratória tende a produzir uma memória híbrida e multiterritorial, que não se limita à convivência entre duas culturas, mas resulta de trajetórias marcadas por deslocamentos sucessivos, experiências acumuladas e vínculos provisórios em diferentes países. Migrantes que atravessam três, quatro ou cinco territórios ao longo da vida constroem suas referências a partir de múltiplos pontos de passagem — afetivos, linguísticos, sociais e materiais — que se sedimentam de maneira desigual. Assim, essa memória não corresponde à simples justaposição entre “origem” e “destino”; trata-se de uma construção inédita, forjada no trânsito, na instabilidade e na tensão permanente entre pertencimentos que se ampliam, se desfazem e se recombina conforme as possibilidades de vida se reconfiguram. Paralelamente, o esforço para evitar o apagamento da identidade de

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

origem também faz parte de uma memória social e política que confronta estigmas, reivindica dignidade e se opõe às narrativas que marginalizam o imigrante. Assim, a memória funciona também como instrumento de resistência, reafirmando a presença e a voz de grupos frequentemente silenciados.

Diante disso, a memória produzida na migração se constitui no cruzamento de tensões, negociações e contradições. Ela reúne fragmentos do passado e, ao mesmo tempo, cria outros modos de lembrar no presente, resultando em referências mnêmicas múltiplas, frequentemente “misturadas”, sempre em processo de reacomodação. A forma como essa memória se preserva, se transforma ou se fragiliza depende tanto das estratégias individuais e coletivas de adaptação — reconhecimentos, ressignificações, práticas de resistência — quanto das condições sociais, políticas e simbólicas que moldam a vida no país de acolhimento. A provisoriidade, nesse caso, deixa de ser apenas obstáculo: torna-se elemento estruturante da própria experiência migratória e da forma como os sujeitos elaboram suas narrativas, memórias e pertencas.

Ao tratar da migração como condição marcada pela oscilação entre permanência e suspensão, Abdelmalek Sayad (1998) revela que essa ambivalência repercute diretamente na memória. O “antes” — vinculado ao território de origem — persiste com força; o “depois”, no entanto, encontra dificuldades para se consolidar quando a legalidade é instável, o pertencimento é frágil e o futuro permanece incerto. A memória, desse modo, é produzida entre temporalidades desalinhadas: a lembrança da terra natal resiste, enquanto a construção de pertencimento no novo contexto enfrenta limites impostos pela própria condição migrante.

Quadro que se intensifica quando pensamos no conceito de memória fragmentada conforme formulado por Joel Candau (2011). Para o autor, toda memória é, por natureza, fragmentada. Lembramos de maneira descontínua: são imagens, sensações e episódios isolados que sobrevivem ao tempo e que se articulam não pela linearidade cronológica, mas pelas necessidades afetivas e simbólicas do presente. Em contextos de migração, essa fragmentação tende a se intensificar, pois os quadros sociais que davam coerência ao passado se rompem. O sujeito passa a reorganizar suas lembranças a partir de pedaços dispersos — marcas, cheiros,

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

objetos, narrativas — que carregam consigo na travessia. Assim, a memória em situação migratória não apenas guarda fragmentos: ela é produzida como fragmento, costurada no movimento, nas rupturas e nos reencontros que reorientam identidades e pertencimentos.

O entendimento acerca desse cenário de tensões entre o que se recorda e o que se reconstrói nos aproxima da discussão feita por Mary Louise Pratt (1999) sobre os efeitos das relações coloniais na produção de alteridades e memórias, dando um caráter ainda mais ético e político ao lembrar. Em *Os olhos do império*, Pratt (1999) examina como a literatura de viagem e outros dispositivos de representação eurocêntricos fabricaram não apenas imagens sobre o “outro”, mas regimes inteiros de visibilidade, interpretação e controle. Para a autora, essas narrativas não são observações neutras — são instrumentos de poder que organizam quem pode falar, o que pode ser dito e sob quais condições uma experiência pode ser reconhecida.

Chave analítica importante para pensarmos a memória em contextos transnacionais. Pratt (1999) oferece ferramentas que nos ajudam a compreender como as lembranças são negociadas, disputadas e transformadas nas zonas de contato, espaços onde sujeitos de origens diversas interagem sob assimetrias de poder. Nessas zonas, a memória dos migrantes — como a dos colonizados — é incessantemente tensionada por narrativas dominantes que selecionam, silenciam ou distorcem determinadas experiências. Assim, a leitura de Pratt (1999) permite reconhecer que a memória migrante não se forma apenas pela relação com a terra natal, mas pela forma como o sujeito é visto, interpretado e posicionado no mundo por estruturas simbólicas que o antecedem e o ultrapassam.

Ao analisar a circulação de narrativas em contextos coloniais e pós-coloniais, Mary Louise Pratt (1999) enfatiza que a narrativa do “outro” não pode ser compreendida como um arquivo estático de fatos, mas como um processo contínuo de construção e interpretação, permanentemente atravessado por relações de poder. Em contextos transnacionais, esse processo torna-se ainda mais complexo, pois envolve o encontro — frequentemente assimétrico — entre diferentes culturas, regimes de representação e sistemas de autoridade simbólica.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Para evidenciar essa dinâmica, Pratt (1999) desenvolve o conceito de zona de contato, termo que designa os espaços em que sujeitos de origens distintas se encontram sob condições desiguais, negociando posições, identidades e sentidos. Tais desigualdades ecoam o que Sayad (1998) identifica na própria condição migrante: um sujeito estruturalmente dominado, cuja presença é regulada por expectativas de provisoriedade e por hierarquias políticas, sociais, institucionais e simbólicas.

Nesse cenário, a memória produzida nesses encontros não decorre da simples sobreposição das experiências de cada grupo. Ela emerge como construção híbrida e contestada, constantemente renegociada em meio a trocas assimétricas, adaptações forçadas e práticas de resistência. A memória que nasce nessas zonas é sempre marcada pelo peso do poder: nasce no atrito, nas disputas e nas tentativas — nem sempre bem-sucedidas — de romper os enquadramentos que definem quem pode falar e sob quais condições suas narrativas são ouvidas e reconhecidas.

Pratt (1999) também mobiliza o conceito de transculturação para explicar como culturas interagem, se misturam e se transformam sem que uma absorva totalmente a outra. A memória que se forma nesse processo não é transferida de modo passivo entre territórios: ela é recriada e ressignificada pelos sujeitos que vivenciam o encontro cultural. Assim, torna-se espaço de diálogo e disputa, no qual identidades são reelaboradas e narrativas hegemônicas são tensionadas. É nesse terreno que os grupos subordinados encontram brechas para reinterpretar e resistir às memórias impostas, demonstrando que lembrar, nesses contextos, é também um gesto político.

Esse movimento de resistência ecoa o que Michael Pollak (1989) chamou de memórias subterrâneas — narrativas que persistem à margem das versões hegemônicas, sobrevivendo em silêncio via práticas cotidianas e em formas alternativas de transmissão. Nas zonas de contato descritas por Pratt (1999), essas memórias emergem como contra-discursos, reabrindo sentidos e desestabilizando o regime colonial de representação.

Em diálogo com as reflexões de Pratt (1999), Paul Gilroy (2001) aprofunda a discussão ao examinar a produção de sentido no interior da diáspora africana. Em *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, o autor desloca o foco da

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

experiência colonial para a constituição de uma história coletiva negra transnacional, forjada pela travessia forçada do Atlântico, pela violência da escravidão e pelas lutas contínuas contra o racismo. Enquanto Pratt (1999) evidencia como o olhar colonial molda e restringe as narrativas sobre o “outro”, Gilroy (2001) enfatiza a força criativa e política das comunidades negras em produzir, transmitir e reinventar suas próprias histórias — frequentemente à margem ou em resistência às narrativas hegemônicas.

Para Gilroy (2001), essa história em comum não se limita ao território nacional, nem se sustenta no pertencimento a um Estado específico. Ela se constrói na experiência histórica compartilhada da dispersão, nas rotas transatlânticas, nos vínculos culturais que atravessam continentes e nas práticas estéticas e políticas que emergem como resposta à violência racial. Assim, o autor propõe o conceito de Atlântico Negro, um espaço cultural e histórico que ultrapassa fronteiras e conecta populações negras das Américas, do Caribe, da Europa e da África a partir de experiências comuns de opressão, de resistência e de criação.

O Atlântico Negro não é uma unidade fixa, mas uma formação cultural viva, marcada por fluxos contínuos entre o local e o global. A travessia, o deslocamento e a reinvenção constante instituem o cerne dessa identidade diaspórica, que se expressa em múltiplas linguagens — da música à política, da oralidade às formas literárias — criando um repertório transnacional que desafia e desestabiliza o projeto colonial de silenciamento. Para Gilroy (2001), essa cultura negra em movimento produz uma história que não é mera lembrança do trauma, mas fonte de solidariedade, reconhecimento e resistência, capaz de reconfigurar tanto a experiência individual quanto os imaginários coletivos.

A compreensão da experiência diaspórica africana (Gilroy, 2001) evidencia a tensão permanente de sujeitos que precisam navegar entre identidades culturais múltiplas — por vezes convergentes, por vezes conflitantes. Essa consciência dupla, ou mesmo múltipla, nasce do fato de pertencer simultaneamente à diáspora e ao Estado-Nação, produzindo uma imagem de si fragmentada e dinâmica, sempre em processo de reconstrução.

No interior do Atlântico Negro, essa condição cria formas culturais híbridas, que escapam às categorias rígidas de origem e pertencimento. As expressões



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

culturais que emergem desse espaço — musicais, religiosas, literárias, políticas — combinam elementos africanos, caribenhos, americanos e britânicos, configurando práticas que não podem ser reduzidas a qualquer uma dessas matrizes isoladamente. Trata-se de uma cultura que se forma no entre, na travessia, no deslocamento e nos encontros forçados e improváveis da diáspora.

À vista disso, Gilroy (2001) rompe com as noções tradicionais de identidade enraizada e de cultura nacional. Para ele, a cultura negra do Atlântico é essencialmente transnacional, definida por sua hibridez constitutiva e pela fluidez que a sustenta. Essa formação cultural nasce da violência da dispersão africana, mas também da criatividade e da capacidade de resistência das populações negras que, ao longo de séculos, transformaram dor e deslocamento em produção simbólica, estética e política.

Ao destacar essa dimensão transnacional da cultura negra, Gilroy (2001) revela que a história produzida na diáspora não é apenas lembrança de um passado comum, mas um projeto político e cultural que conecta comunidades separadas geograficamente, mas unidas pela experiência compartilhada do racismo, pela luta contra a colonização e pela invenção contínua de modos de existir. O Atlântico Negro, nesse sentido, é um espaço de circulação de identidades e práticas que desestabilizam as narrativas hegemônicas e afirmam a capacidade das comunidades subordinadas de elaborar e transmitir suas próprias histórias, mesmo diante das estruturas de poder que tentam silenciá-las.

A leitura de Gilroy (2001) permite, portanto, ampliarmos o debate sobre memória social para além dos limites do Estado-Nação. Se o Atlântico Negro constitui um espaço transnacional de circulação de práticas, afetos e narrativas negras, podemos reconhecer que algo semelhante ocorre com as memórias sociais produzidas na migração. Assim como a cultura negra atlântica se forma no movimento — entre travessias, rupturas e reinvenções — as memórias de diferentes sujeitos em mobilidade também se constroem em redes que ultrapassam fronteiras políticas e geográficas. A memória, nesse sentido, deixa de depender exclusivamente dos quadros sociais (Halbwachs, 1925) enraizados em um território de pertença e passa a operar em quadros móveis, translocados, multiterritoriais. São memórias sociais

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

que se organizam em fluxos: carregam marcas da origem, mas também incorporam camadas produzidas nos deslocamentos sucessivos, nos encontros interculturais e nas lutas políticas compartilhadas. Podemos dizer que existe uma constelação de memórias sociais migrantes, cada qual modulada por suas trajetórias de violência, resistência e criação — memórias que se alimentam de referências dispersas, mas que encontram força na experiência comum do movimento.

Nesse contexto, a memória social produzida na migração não se limita às fronteiras do Estado-Nação, mas se constitui a partir de narrativas, práticas e referências identitárias que circulam entre territórios e desafiam as versões hegemônicas de pertencimento.

A discussão de Stuart Hall (2003) sobre identidades diaspóricas permite articular os processos de negociação cultural e reconstrução de pertencimentos que atravessam as experiências migratórias e que incidem diretamente na forma como memórias são elaboradas nesses contextos. O autor destaca que as identidades na diáspora são fluídas, híbridas e sempre inacabadas, resultantes de negociações constantes entre elementos herdados e elementos adquiridos. Por meio de mediações culturais como a língua, a mídia, a religião, a música e as artes, sujeitos dispersos elaboram sentidos de si e constroem vínculos que não dependem de um território fixo. Essas mediações não são neutras: elas refletem relações de poder, marcando o que pode ser expresso, reconhecido ou silenciado no processo de construção identitária.

A diáspora produz uma forma particular de identidade — híbrida, múltipla, relacional — que não se ancora em uma origem essencial (Hall, 2003), mas se define no encontro entre diferenças. A identidade não é estática nem homogênea; é uma construção dinâmica marcada pela experiência do deslocamento, pela convivência entre pertencas distintas e pela transformação contínua das referências culturais. Ao rejeitar visões essencialistas, o autor compreende a diáspora como processo histórico de longa duração que atravessa gerações e produz formas culturais novas, resultantes da interação entre diversos sistemas simbólicos.

Essas perspectivas são importantes para pensarmos a memória social migrante. Se as identidades diaspóricas são plurais e móveis, as memórias também

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

se tornam plurais e móveis — elaboradas a partir de repertórios que cruzam fronteiras, dialogam com múltiplas tradições e se constituem na tensão entre identidade e diferença. Ao evidenciar a complexidade desses processos, Hall (2003) oferece indícios importantes para compreendermos como, na mobilidade dos sujeitos, lembrar também é negociar, selecionar, ressignificar e reinventar.

É nessa direção que Édouard Glissant (2005) aprofunda a reflexão ao propor o conceito de Relação, operador analítico constituído para capturar a complexidade das interdependências que ligam povos, culturas e histórias. Também para este autor, as identidades são formações sempre em movimento, moldadas pela tensão entre raízes locais e fluxos globais que redefinem continuamente os parâmetros do pertencimento. Ao contrapor a identidade-raiz — voltada para a pureza, a permanência e a exclusividade — à identidade-relação, Glissant (2005) reivindica uma concepção que acolhe a multiplicidade, a variação e a abertura ao outro como princípios constitutivos do existir.

Nessa perspectiva, os contatos culturais intensificados pela globalização e pelos fluxos migratórios não produzem apenas encontros enriquecedores; eles também geram fricções, apagamentos e violências, especialmente quando sustentados por lógicas universalizantes que tentam padronizar o mundo e suprimir as particularidades culturais. Em várias de suas obras Édouard Glissant (2005) critica a violência dessas forças hegemônicas, que buscam homogeneizar as diferenças, e mostra como esses processos desencadeiam não apenas resistências, mas também redefinições identitárias capazes de criar novas formas de solidariedade e imaginação comunitária.

Com base nessa compreensão, o autor defende a necessidade de um pensamento ético e estético comprometido com a pluralidade. A verdadeira prática da Relação exige uma generosidade moral que aceite a opacidade do outro — isto é, seu direito a não ser totalmente compreendido, traduzido ou reduzido — e reconheça o mundo como um tecido de diferenças interconectadas. Essa visão rejeita hierarquias culturais e celebra a criatividade que emerge dos encontros, mesmo (e sobretudo) quando eles são turbulentos.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Para Glissant (2005), viver no caos-mundo — a paisagem global marcada por fluxos acelerados, rupturas e interdependências — não deve ser visto como um problema a ser resolvido, mas como uma condição a ser habitada de modo inventivo. É nesse cenário que surgem novas sensibilidades, práticas de convivência e formas de pertencimento que não se vinculam a uma única origem, mas à contínua tessitura de relações que fazem do mundo um mosaico vivo e instável.

De igual maneira, bell hooks<sup>3</sup> em *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), aprofunda a reflexão sobre identidade e comunidade a partir de uma pergunta fundamental: o que significa pertencer? A autora parte de sua própria experiência de retorno ao sul dos Estados Unidos para examinar como o pertencimento é moldado pelas relações humanas, pelos vínculos com a terra e pelas práticas cotidianas que conectam indivíduos às suas histórias, culturas e memórias. Suas narrativas pessoais funcionam como ponto de partida para discutir as condições sociais que sustentam — ou negam — a experiência de sentir-se parte de um lugar.

Ao fazer isso, hooks (2022) mostra como o racismo, o patriarcado e a desigualdade de classe produzem geografias de exclusão, limitando quem pode ocupar determinados espaços e de que forma. Para ela, o pertencimento não é um dado, mas uma prática ativa, construída na relação com o outro, na valorização da diferença e na criação de comunidades capazes de acolher múltiplas experiências. A terra, a comida, os rituais e as relações de cuidado tornam-se, assim, elementos centrais na formação de um sentido de lugar que vai além da geografia: é uma experiência vivida, afetiva e profundamente política.

Ao desafiar normas de exclusão que estruturam a vida social, bell hooks (2022) propõe uma ética do pertencimento que reconhece a complexidade das identidades e a necessidade de construir espaços onde histórias silenciadas possam emergir. Pertencer, para ela, significa engajar-se em relações que afirmam a dignidade e a singularidade de cada pessoa, reconfigurando modos de convivência e abrindo possibilidades para formas mais inclusivas de comunidade.

---

<sup>3</sup> A grafia do nome da autora em letras minúsculas respeita seu desejo de não desviar a atenção do indivíduo para sua obra e ideias, priorizando o coletivo. Trata-se, pois, de um gesto marcadamente político de nossa interlocutora.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Com isso, hooks (2022) oferece uma visão poderosa sobre como as experiências de lugar e de pertencimento estão entrelaçadas com as estruturas de poder que definem quem é visto, quem é ouvido e quem é autorizado a ocupar determinados espaços. Suas reflexões, embora forjadas a partir de um contexto pessoal e racial, iluminam processos mais amplos: mostram que identidades — e, por extensão, memórias — são constantemente moldadas pelas relações que estabelecemos com os territórios físicos e simbólicos que habitamos. Revelam, também, que, diante de exclusões históricas, a criação de comunidades baseadas na diferença e no cuidado pode se tornar um caminho para práticas de memória e de resistência.

Em face disso, as contribuições de Mary Louise Pratt (1999), Paul Gilroy (2001), Stuart Hall (1992, 2003), Édouard Glissant (2005) e bell hooks (2022) convergem ao evidenciar que identidade, pertencimento e memória são processos coletivos, relacionais e profundamente atravessados por disputas de poder. A crítica de Pratt (1999) à imposição de narrativas coloniais revela como a história é continuamente negociada nos encontros culturais, enquanto o conceito de transculturação ilumina a capacidade dos grupos subordinados de transformar e recriar sentidos a partir dessas interações. Em paralelo, Gilroy (2001) e Hall (1992, 2003) mostram que a diáspora e a hibridização rompem com modelos fixos de identidade, produzindo formas culturais dinâmicas e insurgentes que desafiam narrativas hegemônicas. Já hooks (2022) destaca que pertencimento, cuidado e comunidade são construídos em práticas cotidianas que afirmam a diferença e resistem às geografias e aos marcadores de exclusão.

Tomadas em conjunto, essas perspectivas indicam que a memória — assim como a identidade e o pertencimento — é fruto de interações que se dão entre culturas, lugares e histórias, as quais se expressam na tensão entre continuidade e transformação. Nesse cenário, memórias e tradições compartilhadas desempenham papel central na constituição das identidades migrantes, conectando diferentes gerações e permitindo que comunidades dispersas reinventem sentidos de origem, lugar e vínculo. Contudo, essas memórias não podem ser compreendidas por meio de uma visão linear, homogênea ou assimilacionista de integração. A experiência



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

migratória exige reconhecer a importância da história, das narrativas individuais e coletivas, além da constante reconstrução identitária em contextos transnacionais.

É a partir dessa compreensão que se torna possível delinear o que estamos denominando aqui de Memória Social Migrante. Longe de ser a soma de lembranças individuais distribuídas ao longo de diferentes territórios, trata-se de uma construção complexa, fluida e multiescalar, atravessada por forças históricas, políticas, sociais e culturais que atuam simultaneamente no plano global e local. A Memória Social Migrante é produzida nos deslocamentos, nos encontros interculturais, nos conflitos e nas negociações que marcam a vida em trânsito; é continuamente refeita, tensionada e ressignificada à medida que os sujeitos deslocam fronteiras físicas e simbólicas. Por isso, ela é também espaço de resistência, de criatividade e de reinvenção identitária — um território onde se elaboram perdas, se reconstróem vínculos e se produzem novos modos de existir no mundo.

### MEMÓRIA SOCIAL MIGRANTE: UMA SUBCATEGORIA ANALÍTICA

Ainda que a literatura registre usos esparsos da expressão “memória migrante” — frequentemente limitada à preservação das origens —, essas referências não configuram um conceito propriamente dito, mas aplicações pontuais em estudos de caso. Com isso, identificamos que falta ao campo uma elaboração teórica que articule memória social, deslocamento, hibridização identitária, migração, diáspora e relações de poder. É precisamente essa lacuna que este artigo busca preencher ao propor o conceito de Memória Social Migrante como categoria analítica, definindo seus contornos conceituais e apresentando suas dimensões constitutivas. A proposta não apenas sistematiza debates dispersos, mas oferece um horizonte teórico integrado para compreendermos como a memória é produzida, reelaborada e transmitida em contextos de mobilidade.

Assim, a partir das bases teóricas discutidas nas seções anteriores, torna-se possível delinear o que chamamos aqui de Memória Social Migrante (MSM): uma categoria analítica que integra a tradição da memória social com as contribuições dos estudos da migração e diáspora, articulando deslocamento, pertencimento, silêncio e reinvenção. Diferentemente da memória “de” migrantes — frequentemente tratada

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

como arquivo de origem, registro de saudade ou preservação cultural —, a Memória Social Migrante refere-se a um modo específico de produção e circulação da memória, estruturado pela experiência do movimento e pelas tensões que o acompanham.

A Memória Social Migrante emerge, antes de tudo, da ruptura dos quadros sociais que sustentavam a vida cotidiana (Halbwachs, 1925; 1990). Quando esses quadros colapsam — pela perda do território, das redes de apoio, da língua compartilhada ou da estabilidade material —, o sujeito se vê convocado a reconstruir o sentido do vivido. Essa reconstrução não ocorre de maneira linear: ela se tece entre ausências, silêncios, fragmentos e reelaborações que revelam tanto a vulnerabilidade quanto a potência da experiência migratória.

Se Michael Pollak (1989) nos lembra que toda memória é atravessada por zonas de sombra, a migração intensifica essa condição ao introduzir novos regimes de visibilidade e ocultamento. A Memória Social Migrante é marcada pela seletividade ética do que pode ser narrado e pela necessidade de proteger determinadas experiências do olhar alheio. Há lembranças que se silenciam para sobreviver; outras que se reativam no gesto cotidiano, no sotaque preservado, na comida que refaz o país ausente. Assim, a Memória Social Migrante não se expressa apenas pela palavra, mas também por práticas sensíveis, por afetos e por micro gestos que mantêm vivo aquilo que a história oficial tende a apagar.

Ao mesmo tempo, os deslocamentos reposicionam a memória como campo de invenção. Como apontam Stuart Hall (1992, 2003) e Paul Gilroy (2001), a identidade diaspórica é híbrida, relacional e inacabada. A Memória Social Migrante, nesse sentido, não propõe um retorno nostálgico a uma origem fixa, mas se expressa como um movimento contínuo de tradução: ela negocia referências, incorpora novas camadas simbólicas, produz sentidos que não existiam antes da travessia. Édouard Glissant (2005) chama esse processo de “identidade-relação” — uma identidade que não se sustenta no mesmo, mas na abertura ao outro. Nesse horizonte, a Memória Social Migrante é também memória criativa, que transforma a perda em possibilidade e o desenraizamento em gesto de reconstrução.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Essa memória que se move, contudo, não se desprende das estruturas de poder que organizam a mobilidade global. Em contextos marcados por desigualdades raciais, econômicas e coloniais, a migração é atravessada por relações que regulam quem tem o direito de narrar e sob quais condições essa narrativa é validada. A Memória Social Migrante é, portanto, também memória política: ela desafia invisibilidades, contesta discursos hegemônicos e produz contranarrativas que reclamam lugar para histórias que raramente encontram espaço na esfera pública.

Assim, compreendemos a Memória Social Migrante (MSM) como uma forma de memória social, uma subcategoria do campo produzida nos e pelos contextos de migração, marcada pela recomposição contínua dos quadros de pertencimento, pela imposição e pela seletividade do lembrar, bem como pelo trânsito entre múltiplas referências culturais, territoriais e afetivas. É a forma como sujeitos em mobilidade elaboram rupturas, recombina fragmentos, negociam identidades e produzem pertencimentos em contextos atravessados por perda, silenciamentos e reinvenções.

Dessa maneira, a escolha do termo “migrante” permite abarcar a condição de ruptura, provisoriedade e desfiliação imposta ao sujeito (Sayad, 1998), ao mesmo tempo em que dialoga com perspectivas que analisam experiências de dispersão e hibridização cultural (Hall, 2003; Gilroy, 2001), reconhecendo que a mobilidade contemporânea produz formas específicas de recomposição dos quadros sociais da memória. A MSM, portanto, se situa na intersecção da memória social clássica com a condição de mobilidade contemporânea, justificando sua necessidade como categoria analítica. Ela se manifesta em cinco dimensões centrais:

- a) **a recomposição contínua dos quadros de pertencimento:** a migração, especialmente a forçada, implica a ruptura dos quadros sociais de memória (Halbwachs, 1925; 1990) que sustentavam a identidade e o sentido de pertencimento no local de origem. A MSM atua como um mecanismo de recomposição desses quadros, não pela simples substituição, mas pela criação de novos "lugares de memória" (Nora, 1986), novos marcos de

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

enraizamento <sup>4</sup> (Silveira, 2014 e Weil, 1996) que são simultaneamente transnacionais e locais;

**b) a seletividade ética do lembrar e o silêncio protetor:** toda memória é seletiva, mas na MSM essa seletividade adquire uma dimensão ética e política particular. O ato de lembrar, em contextos de trauma e deslocamento, é mediado pela necessidade de sobrevivência e pela proteção da identidade. A MSM incorpora a ética da lembrança (Ricoeur, 2007), onde o sujeito escolhe o que deve ser narrado, o que deve ser silenciado e o que deve ser esquecido para que a vida no presente seja possível. O silêncio (Pollak, 1989) não é apenas esquecimento ou censura, mas um território de proteção onde a dor da perda e do trauma se resguarda da exposição. O migrante se silencia, quase sempre, sobre a violência, a perda de status social ou a saudade, não por negação, mas por um gesto de autocuidado e resistência contra a marginalização. O que é lembrado e narrado publicamente serve, muitas vezes, à construção de uma narrativa de força e superação, enquanto o silêncio guarda a vulnerabilidade;

**c) a circulação transnacional de referências e a hibridização:** a MSM é transnacional e híbrida. Ela não está confinada a um único território, mas circula entre o país de origem e o(s) país(es) de acolhimento. Esta dimensão dialoga diretamente com as teorias da diáspora (Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001), que veem a identidade como um processo de produção e não como algo inato ao ser. A MSM é a memória da identidade em movimento, que se alimenta de referências culturais que atravessam fronteiras. A cultura de

---

<sup>4</sup> De acordo com Silveira (2014) e Simone Weil (1996), “a noção de enraizamento expressa uma forma de estar no mundo. Diz de um conjunto de atividades e experiências de subjetivação que conferem estabilidade e sentido à interação coletiva, bem como às marcas de individualidade que atravessam cada sujeito. Desta feita, os “seres” enraizados são aqueles que enriquecem as práticas da comunidade e fortalecem suas raízes. Que participam de grupos cuja herança do passado alimenta a gramática simbólica moduladora de uma dada noção de cultura. Uma cultura que impede a desagregação dos cidadãos e a paralisia do conhecimento.

Em síntese, o que aqui se denomina de enraizamento refere-se ao conjunto de experiências intersubjetivas e de ações concretas que buscam recriar o mundo através de práticas sociais transformadoras” (Silveira, 2014, p. 135-136).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

origem é ressignificada e hibridizada (Glissant, 2005) no novo contexto, instituindo novas formas de expressão e pertencimento. A circulação de objetos, músicas, comidas e notícias entre os territórios de origem e destino mantém os quadros de memória fluidos e em constante atualização, desafiando a noção de uma memória marcadamente enraizada;

**d) a inscrição da memória nas relações de poder e nos regimes de visibilidade:** a MSM é produzida no interior de relações de poder que moldam a mobilidade global e regulam quem tem o direito de lembrar, narrar e existir no espaço público. A migração é atravessada por forças coloniais, raciais, econômicas e políticas que definem quais histórias podem circular e quais permanecem subterrâneas (Pollak, 1989). Como mostram Pratt (1999) e Gilroy (2001), as zonas de contato e os circuitos diaspóricos são espaços assimétricos, onde narrativas hegemônicas se sobrepõem às experiências dos grupos subalternizados. A MSM, portanto, não é apenas um processo cultural, mas também um campo de luta simbólica: ela confronta discursos que reduzem o migrante à provisoriedade, à mão de obra ou à figura da alteridade problemática (Sayad, 1998), reivindicando novas formas de pertencimento e reconhecimento. Nesta dimensão, lembrar torna-se um ato político que disputa regimes de visibilidade, que ressignifica marcas de exclusão e que afirma a legitimidade de experiências historicamente marginalizadas. A MSM, assim, revela como a memória em contextos migratórios é permanentemente negociada sob condições desiguais e como, mesmo nesse cenário, surgem contranarrativas que desestabilizam hierarquias e possibilitam outras formas de existir no mundo;

**e) articulação entre perda, resistência e invenção:** a MSM é o campo onde a perda (do território, do status, dos vínculos) se transforma em resistência e invenção. A experiência da migração é marcada pela ausência (Sayad, 1998), mas a memória social do grupo não se limita à lamentação. A resistência se manifesta na contramemória, na afirmação de uma narrativa que se opõe àquela imposta pela sociedade de acolhimento. A invenção, por sua vez, é o



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

ato de reexistir, de criar futuros e novas formas de vida social. A MSM é, portanto, a memória que permite ao sujeito migrante transformar a dor da ruptura em potência criativa, utilizando o passado como âncora para a construção de um presente e futuro que lhes pertençam. O passado é mobilizado não como nostalgia paralisante, mas como recurso simbólico para a reinscrição social.

Como se vê, a definição de Memória Social Migrante (MSM) busca sistematizar um campo ainda disperso, oferecendo uma categoria capaz de compreender a complexidade das lembranças que se movem com os sujeitos e que se refazem no exato ponto onde o passado e o futuro se encontram — na fronteira, na travessia, no entre. A Memória Social Migrante não é apenas memória em deslocamento: é memória que reconfigura o próprio modo de existir, desestabilizando fronteiras, renegociando identidades e criando novos territórios simbólicos onde pertencer se torna novamente possível.

Desse modo, a Memória Social Migrante não se reduz à preservação de um passado anterior à partida; ela nasce do movimento, das tensões que atravessam a vida em trânsito e das reinvenções que marcam essa experiência. A migração aparece, então, como espaço duplo: de desestabilização e perda, por um lado, e de criação de novos sentidos, por outro. É nesse entre — entre ruptura e continuidade, entre ausência e reinvenção — que essa memória se constitui como forma singular de produção de significado.

Portanto, a partir das discussões desenvolvidas, torna-se possível refletir como determinadas formas de memória não apenas acompanham o movimento migratório, mas são impactadas por ele. Assim como a tradição da memória social reconhece que recordar é um fenômeno que emerge nas e pelas interações sociais, a experiência migratória evidencia que a memória também se constitui nas e pelas migrações. São os deslocamentos sucessivos, as zonas de contato, os encontros interculturais e as negociações identitárias e de pertencimento que criam os quadros e repertórios necessários para que lembranças sejam elaboradas, reinterpretadas e

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

transmitidas. A Memória Social Migrante, nesse sentido, não se limita a preservar um passado anterior à travessia; ela nasce do movimento, das tensões, das novas interações no(s) país(es) de acolhida e das reinvenções que configuram a vida em trânsito, revelando que a migração é, simultaneamente, espaço de ruptura e de produção de novos sentidos.

### CONSIDERAÇÕES

A articulação entre memória e migração revela um campo teórico marcado por tensões, ausências e dispersões conceituais. Embora expressões como “*migrant memory*” ou “memória migrante” circulem em diferentes áreas — das artes aos estudos culturais —, ainda carece de uma sistematização sólida que dialogue diretamente com a tradição da memória social. Este artigo buscou contribuir para minimizar essa lacuna ao propor um percurso de revisão crítica centrado em aproxima autores clássicos e contemporâneos, identificando convergências, contrapontos e possíveis caminhos de síntese.

Ao revisitar Maurice Halbwachs (1925; 1990), Michael Pollak (1989), Ecléa Bosi (2007) e Paul Ricoeur (2007), evidenciamos que a memória é um fenômeno social, ético e seletivo, enraizado nas relações, nos quadros coletivos e nos regimes de visibilidade que estruturam o que se pode lembrar. Ao dialogar com Stuar Hall (1992, 2003), Paul Gilroy (2001), Édouard Glissant (2005), Mary Louise Pratt (1999) e bell hooks (2022), mostramos que a migração introduz uma ruptura nesses quadros, inaugurando formas de pertencimento pautadas pelo movimento, pela hibridez e pela negociação constante de identidades. Quando esses dois campos se encontram — memória social e migração —, torna-se evidente que a migração não apenas desloca corpos: ela desloca também a própria memória, convocando-a a reorganizar sentidos, recompor vínculos e inventar novas formas de continuidade.

É nesse horizonte que se inscreve a noção de Memória Social Migrante – uma subcategoria do campo da memória social –, aqui delineada como categoria analítica que permite compreender a memória produzida em contextos de deslocamento. Ao integrarmos contribuições dispersas e identificarmos lacunas no debate, propusemos a Memória Social Migrante como forma de memória social caracterizada pelo trânsito

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

entre múltiplas referências, pela reconstrução contínua dos quadros de pertencimento, pela seletividade ética do lembrar, pelas relações de poder e pela articulação entre silêncio, perda, resistência e criação.

No entanto, é preciso enfatizar que esta proposta não pretende encerrar o tema, mas abri-lo: oferecer uma base teórica para investigações futuras que possam aplicar, tensionar e aprofundar a categoria em diferentes contextos empíricos. Seja nas narrativas de migrantes, nos arquivos diaspóricos, nas práticas culturais transnacionais ou nos estudos da informação, a Memória Social Migrante se apresenta como ferramenta analítica fértil para se compreender como sujeitos em movimento produzem e reelaboram sentidos de si e do mundo, introduzindo a noção de que a memória social dos sujeitos em deslocamento é produzida (e negociada) na e pela migração.

Por fim, esperamos que esta sistematização contribua não apenas para o campo da memória social, mas para a reflexão mais ampla sobre as práticas de lembrar em tempos de mobilidade global, crise humanitária e disputas narrativas. Em um mundo marcado por fronteiras rígidas e deslocamentos cada vez mais intensos, compreender a memória que se move — e que resiste — é compreender também novas formas de existência, pertença e criação.

## REFERÊNCIAS

- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOOKS, Bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1986.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Historicos. v. 2, nº 3, 1989.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC. 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessaa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.128-150, out./dez. 2014.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

### SOBRE OS AUTORES

#### *Uiara Lopes Miranda*

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5859-1964>

E-mail: lopes.uiara@gmail.com

#### *Fabrício José Nascimento da Silveira*

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais;

Professor do curso de graduação em Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0446-3913>

E-mail: fabrisilveira@gmail.com

# AS TEIAS DA MEMÓRIA

## ENTRELAÇAMENTO DO PODER, CORPO E TERRITÓRIO

---

*Carmen Rosane Pereira da Silva Costa*

*Luis Régis Coli Silva Júnior*

### RESUMO

Este artigo, fundamentado em recorte da dissertação de mestrado de Costa (2024), intitulada “A Construção da Memória Social sobre a Violência: ‘Mulheres da Paz’ e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro”, reflete sobre a complexa interação entre memória, poder e território. Sob uma perspectiva epistemológica que transita do subjetivismo fenomenológico às teorias sociais críticas, a memória é compreendida como um construto mediado por relações de força e enquadramentos sociais. O texto analisa como o poder molda as narrativas e como a corporeidade atua como interface nas dinâmicas sociais e territoriais. Conclui-se que a memória social deve consolidar-se como um agente de transformação e empoderamento, transcendendo o eco do passado para tornar-se uma ferramenta política de emancipação e justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória Social; Poder; Corpo; Território; Narrativa.

### ABSTRACT

Based on the research from Costa's master's thesis (2024), titled “The construction of social memory about violence: ‘Women of Peace’ and the Pacifying Police Units in the city of Rio de Janeiro”, this article reflects on the complex interaction between memory, power, and territory. From an epistemological perspective moving from phenomenological subjectivism to critical social theories, memory is understood as a construct mediated by power relations and social framing. The study highlights how power shapes narratives and how corporeality acts as an interface in social and territorial dynamics. It concludes that Social Memory must establish itself as an agent of transformation and empowerment, transcending the mere echo of the past to become a political tool for emancipation and social justice.

**KEYWORDS:** Social Memory; Power; Body; Territory; Narrative.

## IMBRICAMENTOS ENTRE MEMÓRIA, PODER E CORPO

A conceituação de Memória Social, a depender da perspectiva a ser abordada, pode enveredar por distintas vertentes teóricas sem atingir um denominador comum que a defina.

Jô Gondar e Vera Dodebei, na obra “O que é Memória Social?” (2005), argumentam que o conceito de memória social não “pode ser formulado em moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel, unívoca devido ao fato da apreciação da concepção “atravessar uma complexidade de discussões que abarcam a realidade”,

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

e por estar “inserida em um campo de lutas e de relações de poder” (Gondar e Dodebei, 2005, p. 7).

A finalidade deste artigo é demonstrar a fundamentação teórica extraída da dissertação de mestrado de Costa (2024), intitulada “A construção da memória social sobre a violência: “Mulheres da Paz” e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro”. O recorte evidencia as concepções dos autores Henri Bergson, William Stern, Maurice Halbwachs, Frederic Charles Bartlett, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michael Pollak e Paul Ricoeur. Acrescido a estes somam-se as contribuições de Claude Raffestin, Milton Santos e Rogério Haesbaert.

A conceituação de Memória Social<sup>1</sup> atravessa uma complexidade de discussões que abarcam a realidade, estando inserida em um campo de lutas e de relações de poder, no qual o entendimento da memória passou por transformações paradigmáticas. Historicamente, a memória deixou de ser interpretada como um mero repositório do passado para ser compreendida como uma rede complexa composta por uma pluralidade de funções inter-relacionadas (Santos, 2012). Epistemologicamente, essa reconfiguração teórica sinaliza que a memória não é apenas uma faculdade biológica ou individual, mas um fenômeno indissociável das relações de força e dos enquadramentos que constituem a realidade social.

Henri Bergson (1859–1941), filósofo e autor da obra “Matière et Mémoire”, ao indagar-se “- O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco do passado?”, aponta para o fenômeno da percepção e a relação corpo-memória. Bergson, ao evidenciar a imersão do corpo em um estado presente e em um ambiente físico ou social, evoca tanto a imagem do presente como a do passado e, assim, caracteriza o que denominou por “corporeidade”. Portanto, corporeidade para

---

<sup>1</sup>A disciplina Memória Social foi inaugurada por Maurice Halbwachs em distinção aos estudos do campo da memória individual. Para ele, o processo da memória individual não ocorre isoladamente, mas se processa socialmente, compreendendo a base do que o autor denomina “memória coletiva”. A memória sofre, assim, a influência de fatores sociais, culturais e históricos, sendo sempre um fenômeno social, mesmo quando se manifesta em experiências individuais (Gondar, 2008). Sobre a distinção dos termos memória social e memória individual e coletiva, consultar Gondar (2008): <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815/4305>.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Bergson significa que o corpo, ao se perceber sob as influências externas, forma a experiência da percepção, ou seja, a vida psicológica do sujeito (Bosi, 1987).

Outro aspecto induzido pelo presente estaria na influência que este exerce no direcionamento, na maioria das vezes, dos movimentos que definem ações e reações do corpo sobre o ambiente, originando assim a relação entre imagem do corpo e ação. Embora a imagem produzida da relação entre o corpo e o ambiente possa perdurar latente quando não convertida em ação motora imediata, essa dinâmica não isola o corpo em um presente estanque. Para Bergson (1999, p. 29), o “ser vivo dispõe de uma zona de indeterminação” que cerca sua atividade, permitindo-lhe avaliar a distância e a relevância das coisas com as quais se relaciona.

Longe de ser um processo puramente contemplativo ou limitado ao agora, essa dinâmica revela que “a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo” (Bergson, 1999, p. 29), evidenciando que a amplitude do que percebemos é a medida da nossa liberdade de escolha frente ao ambiente. Nesse sentido, o autor sustenta que a percepção concreta está sempre impregnada de lembranças, pois, na realidade:

Não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Com os dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada (Bergson, 1999, p. 30).

Nessa perspectiva, Bergson demonstra que o presente não isola o corpo em um agora estático, mas integra o fator tempo através da percepção que, por mais instantânea que pareça, 'ocupa uma certa espessura de duração'. Isso significa que nossas percepções deixam de ser meros registros mecânicos da realidade para se tornarem 'momentos de nossa consciência', nos quais o presente atua como um ponto de inserção que convoca continuamente o passado para orientar a ação. Cabe à consciência, portanto, 'ligar entre si, pelo fio contínuo da memória, visões instantâneas do real' (Bergson, 1999, p. 73).

Como o autor fundamenta, a memória não é um arquivo inerte, isto é, o passado não é algo morto ou excluído, mas uma potência virtual que se atualiza para conferir sentido e eficácia ao movimento presente. Nesse processo, a capacidade

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

transformadora das lembranças assemelha-se a uma força motriz que aguarda a oportunidade de se atualizar como potência virtual da memória pura, conforme a necessidade prática do corpo:

Para que uma lembrança reapareça à consciência, é preciso com efeito que ela desça das alturas da memória pura até o ponto preciso onde se realiza a ação. Em outras palavras, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida (Bergson, 1999, p. 179).

De acordo com Bergson, a consciência “retém cada vez melhor o passado para organizá-lo com o presente numa decisão mais rica e mais nova” (1999, p. 291). Sendo assim, a estrutura do sistema nervoso, ao evoluir para permitir uma “indeterminação interna” (Bergson, 1999, p. 291) dos atos, garante que a percepção não seja um mero reflexo do agora. Dessa forma, a dinâmica entre corpo e ambiente é intrinsecamente temporal, pois a percepção confere a função vital ao dispor do espaço na exata proporção em que a “indeterminação da ação” (Bergson, 1999, p. 29) dispõe do tempo para a escolha criadora.

Neste sentido, a memória oscila entre um estado latente, conservada como potência virtual, e uma dinâmica ativa, permitindo que a percepção, operando no presente contínuo, exerça influência sobre ela ao ressignificar seletivamente o passado em função das necessidades atuais de ação. Para Bergson (1999), essa dinâmica de atualização não é um processo inerte, mas o trabalho da consciência que prolonga o passado no presente, preenchendo a “espessura de duração” (p. 73) de cada ato perceptivo com a experiência acumulada.

Já William Stern, ao refletir sobre a dinâmica da percepção, indica que esta poderia transpor um período latente no qual as imagens, ou seja, as representações, permaneceriam inertes na consciência até serem revisitadas. Nesse sentido, a memória oscila entre um estado latente (conservada como potência virtual) e uma dinâmica ativa, permitindo que a percepção, sujeita ao presente contínuo, exerça influência sobre ela ao ressignificar seletivamente o passado em função de necessidades atuais de ação (Bosi, 1987). Essa perspectiva alinha-se à tese de

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Bergson (1999, p. 73) de que a percepção “ocupa uma certa espessura de duração”, na qual a consciência liga o passado ao presente pelo fio contínuo da memória.

Contudo, foi nas primeiras décadas do século XX que as concepções da memória como faculdade estritamente pessoal sofreram uma refutação paradigmática. Ao demonstrar que o recordar é decorrente de um processo de construção social, Maurice Halbwachs e Frederic Charles Bartlett estabeleceram que a memória individual é indissociável das influências do ambiente, rompendo com as premissas subjetivistas de Henri Bergson e William Stern (Santos, 2012, p. 40). Sob essa nova ótica, a memória deixa de ser uma elaboração isolada do sujeito para se tornar um elemento de organização por intermédio das representações coletivas, consolidando, assim, o campo da Memória Social.

Para Halbwachs, influenciado por Durkheim, a memória teria a função, por intermédio das representações, de organizar a sociedade, sendo, portanto, responsável pela “coesão social” (Santos, 2012, p. 191). O núcleo dessa proposição reside no conceito de memória coletiva, compreendida como uma construção do presente que se processa por meio dos “quadros sociais” (Halbwachs, 1990).

Segundo Halbwachs (1990), o indivíduo não se recorda de forma isolada, pois suas lembranças estão intrinsecamente atreladas às relações coletivas e aos grupos aos quais pertence, como a família, a religião ou a classe social. Esses quadros fornecem os pontos de referência necessários para a reconstrução do passado, de modo que a memória individual só ganha sentido ao se apoiar em imagens espaciais e sociais partilhadas. Assim, as memórias não são depósitos estáticos, mas mudam conforme as variações afetivas e simbólicas dos grupos no espaço-tempo em que estão inseridos.

Contudo, a transição para as teorias sociais críticas revela que a memória não é apenas coesão, mas também controle. Para o filósofo Michel Foucault, as representações teriam outra finalidade, a de promover o sentido “disciplinador, coercitivo e excludente” (Santos, 2012, p. 191). Assim como Foucault, outros autores criticam Halbwachs por não fazer menção de seu aspecto político (Oliveira e Bertoni, 2019). Foucault, ao criticar as representações coletivas e, por conseguinte, a

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

autonomia dos indivíduos, denunciou outro elemento importante atuante sob a memória coletiva: o poder.

Embora frequentemente associado à capacidade de um indivíduo impor sua vontade sobre outrem, o conceito de poder constitui uma categoria analítica central em diversas tradições teóricas. A sua adequada compreensão é imperativa, dado que as diferentes interpretações sobre sua natureza acarretam implicações profundas nos campos social, filosófico e político.

Durante séculos, o poder vem sendo objeto de discussões em diversas escolas e tradições. Foi Thomas Hobbes, no século XVII, o idealizador do poder como pacto ou contrato social no qual cada homem, a fim de garantir a autopreservação e a paz, abdica de sua liberdade em favor do Estado, o detentor do “monopólio do poder”. Nesse acordo, o poder estatal assume a responsabilidade pela manutenção da ordem, cabendo-lhe assegurar a paz social. Ao abdicar de parte de sua liberdade natural, os indivíduos buscam, primordialmente, escapar do “estado de natureza”, um cenário de guerra constante onde a vida humana é “solitária, pobre, sórdida, brutal e curta” (Rosa, 2017, p. 4).

Nesse sentido, o poder estatal, por meio de ações coercitivas e de violência física, visando à paz e à ordem social, repercute na memória individual e coletiva, o que é evidenciado nos traumas gerados em determinados territórios.

Já para o sociólogo alemão Max Weber, segundo a formulação que se tornou hegemônica, o “poder” é entendido como sendo “a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes” (Weber, 2004, p. 175).

Partindo da premissa da probabilidade como condição para a manifestação do poder, Weber discute a emergência de mecanismos que viabilizam o seu exercício. Tais mecanismos facultam trajetórias distintas para a estruturação de diferentes tipologias de poder; embora não o origem de forma autônoma, eles operam como o suporte fundamental, ou seja, a base contingencial para a sua incidência. Dessa forma, a detenção do poder implica uma probabilidade de êxito que depende estritamente do controle sobre esses dispositivos mediadores (Perissinotto, 2007).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

De igual modo, embora não fique evidente, a menção da operacionalização dos mecanismos faculta a discussão para a existência estrutural ou oculta nas relações de poder. A determinação do controle dos mecanismos significaria ter a probabilidade de exercer poder sobre outras pessoas na relação social, estando implícito o ideal de dominação (Perissinotto, 2007).

A respeito da dominação estar “submersa na estrutura ou oculta” nas relações de poder, as concepções de Pierre Bourdieu e Michel Foucault ofereceram avanços fundamentais para descortinar as dinâmicas de sujeição que operam de forma tácita na sociedade. Entende-se, neste caso, como estrutura “um conjunto de interações sociais padronizadas, regulares, que duram no tempo” (Perissinotto, 2007, p. 314).

Concernente à dominação, entende-se como sendo “a manutenção de uma ordem injusta, que privilegia alguns grupos ou indivíduos em detrimento de outros” (Rosa, 2017, p. 05), estando oculto o poder nas “relações de dominação”, posto que as formas “das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais” (Bourdieu, 2012, p. 09).

Assim sendo, Bourdieu (1989) revela a existência do oculto como sendo o “poder simbólico” presente no ideal de dominação.

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 7-8)

Por conseguinte, Bourdieu, ao revelar a existência da realidade encoberta pelo poder simbólico, ampliou o entendimento das implicações sobre a memória. O poder, ao orientar “as atividades e os mecanismos”, pode exercer “influência nas construções mentais”, resultando na cristalização das “realidades históricas concretas” e, portanto, “apreensíveis sejam enquanto instituições ou enquanto conjuntos de disposições pessoais, isto é, referentes à construção da subjetividade dos indivíduos” (Rosa, 2017, p. 7).

Portanto, para Foucault (1987), o poder se expressa estrategicamente de maneira pulverizada, isto é, não como propriedade, mas conforme a dinâmica de um mecanismo à disposição da dominação. Nesse sentido, o autor propõe que o poder

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

não deve ser compreendido como uma propriedade ou posse, mas sim, deve ser lido como uma estratégia operacional. Sob essa ótica, os efeitos de dominação não resultam de uma apropriação direta, mas, derivam de manobras, táticas e disposições técnicas que constituem uma microfísica do poder.

Desta maneira, as concepções de Halbwachs, Bourdieu e Foucault fundamentam a crítica aos mecanismos de controle e coerção que incidem sobre as memórias individual e coletiva. Como discutido, essas memórias resultam de um processo de construção cujas experiências subjetivas estão integradas historicamente em circunstâncias socialmente situadas.

É imperativo destacar que as discussões teóricas sobre o poder, o vínculo do sujeito à subjetividade e a incorporação da temporalidade trouxeram repercussões profundas na compreensão da relação espaço-tempo, evidenciando a capacidade do poder de se propagar e se consolidar no território.

Nesse embate epistemológico, as contribuições de Paul Ricoeur (2006) emergem como uma via de mediação fundamental para a compreensão da memória em sua interface com o território. Ao afastar-se de um determinismo estrutural, Ricoeur (2006) propõe que a identidade narrativa atua como o elemento que vincula a experiência individual às estruturas coletivas.

Diante desse cenário, emergem interrogações fundamentais: de que maneira a memória impulsiona a proximidade ou o distanciamento entre os sujeitos e como essa dinâmica reflete na configuração do território? Com o propósito de investigar tais indagações, recorreu-se à obra do filósofo Paul Ricoeur (2006), intitulada 'Percurso do Reconhecimento', na qual o autor articula categorias como representação, tempo e narrativa para ilustrar a complexidade da memória no plano social.

Segundo Ricoeur (2006), a apreensão do tempo pela consciência não se limita a uma dimensão puramente psicológica ou cronológica, mas é fundamentalmente mediada pela narrativa. Nesse sentido, as representações que circundam o território resultam de um processo onde a memória funciona como um elo relacional, estabelecendo conexões e desconexões territoriais entre os sujeitos por meio de seus relatos. Ao contrário de uma projeção interna isolada, Ricoeur propõe o conceito de



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

tempo narrativo, um terceiro tempo que articula a experiência vivida ao tempo do mundo.

Sob essa ótica, o trauma deixa de ser um evento meramente individual e silencioso para se tornar passível de reconhecimento ao ser narrado. É através dessa mediação narrativa que o sofrimento subjetivo é compartilhado, transmutando-se em memória social no território. Como afirma Ricoeur (2006), as representações não são ideias flutuantes, mas mediações simbólicas que contribuem para instaurar o vínculo social, conferindo uma configuração determinada a esses laços e colocando em evidência o protagonismo social do agente.

Por intermédio da lembrança ecoa a memória e, pela narrativa, o modo elaborado pelo sujeito para expressar sua vivência. Através da narrativa, o indivíduo expõe experiências que constituem “o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar” (Bosi, 1987, p. 29). Como o passado é trabalhado qualitativamente pelo sujeito, a função da lembrança é conservá-lo na forma mais apropriada à ação presente, onde o material indiferente é descartado e o confuso simplifica-se para ganhar nitidez.

Assim sendo, ao narrar, o sujeito expõe as experiências que podem resultar em vínculos e motivar transformações. Este cenário espelha o processo de “refiguração”, no qual a troca de experiências entre as narrativas renováveis pelos sujeitos induz à consolidação dos vínculos sociais (Viana, 2015). Essa representação denuncia também a presença do “outro”, pois o sujeito se constitui na relação, gerando uma dinâmica que propicia ao território uma polissemia de sentidos evocada pela memória.

### MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA E A CONFLUÊNCIA TERRITORIAL

A respeito das reflexões sobre o conceito de território, destacam-se as contribuições de Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1985) e Rogério Haesbaert (2004). As distintas matrizes teóricas desses autores enfatizam dimensões específicas do território, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, operando de

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

forma interrelacionada no esforço analítico para compreender a dinâmica de um espaço em constante mutação.

O território é concebido, portanto, como o campo de atuação no qual conjuntos de signos convergem para a produção e disseminação da memória coletiva. Enquanto Raffestin (1993) e Haesbaert (2004) sustentam que o exercício do poder delimita a territorialidade, esta também abarca dimensões simbólicas e subjetivas essenciais à sua constituição. Complementarmente, Milton Santos (1985) aponta que a periodização histórica é o vetor que define a organização e as reconfigurações sociais do território.

Claude Raffestin (1993), um dos autores pioneiros na concepção de território, compreendia-o como elemento originário do espaço e reflexo da ação conduzida por um ator. Ao evidenciar a dimensão política no território e a compreensão de espaço geográfico, o autor concebe o território como sendo “por consequência, relações marcadas pelo poder (...), a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p. 144).

Milton Santos fez inúmeras contribuições para a construção do conceito de território em várias de suas obras. Para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais. Segundo Santos (1985), é a periodização da história que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. Com isso, o autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica: “cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (Santos, 1985, p. 09).

E, por fim, Rogério Haesbaert tem a concepção sobre o território em diferentes perspectivas. Assim como Raffestin, para Haesbaert o poder também delimita o território, dentre outras manifestações, a exemplo do poder estatal. Acrescido a isso, para o autor “o território é produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”, ou seja, o território também concerne aspectos simbólicos e subjetivos (Haesbaert *apud* Bordo *et al.*, 2004). Posto isso, Haesbaert

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(2004) destaca o “conjunto de relações socioespaciais que compõem efetivamente uma territorialidade [...]” (Haesbaert, 2004, p. 38).

Para os estudos em Memória Social, o território é compreendido como o campo em que conjuntos de signos atuam na produção, reprodução e disseminação da memória coletiva de grupos sociais. De igual modo, a memória coletiva é um dos fatores de produção da territorialidade de grupos inseridos na complexidade territorial. Assim sendo, a memória individual e a memória coletiva enfatizam a dimensão simbólica presente no território e nas relações sociais, pois, como destaca Haesbaert (2004):

[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder como relação [...] envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político mais estrito do poder simbólico (Haesbaert, 2004, p. 92–93).

Halbwachs argumenta que os sujeitos coletivos (grupos sociais) moldam o espaço à sua imagem, concepções, valores e necessidades, enquanto o espaço estabiliza e materializa a memória coletiva; o elo entre sujeito (grupo) e território é precisamente a memória coletiva, que ancora identidade e coesão social via marcos espaciais compartilhados (“quadros sociais da memória”). Ele destaca, assim, uma relação dialética grupo-espaco-memória. Desta maneira, mediante a memória coletiva emerge o sentimento de pertencimento, de identidade, da evocação da referência de grupos sociais. Como enfatiza o autor, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial (Halbwachs, 1990).

Não obstante, a memória individual e coletiva, ao estar suscetível às influências das representações, sofre transformações tanto espontâneas como por “enquadramento da memória” (Pollak, 1989). Ante o exposto, percebe-se que o controle estratégico da memória coletiva tem sido um dos meios de opressão utilizados por projetos hegemônicos. Conforme aponta Neto (2021, p. 22), autores como Tuan (1983 e 2012), Moraes (2005), Hobsbawm (2002, 2015 e 2016), Anderson (2008), Pollack (1989 e 1992), Nora (1993), Halbwachs (1990), dentre outros,

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

demonstram como o Estado Moderno utilizou o enquadramento memorial, através de monumentos, hinos e da educação escolar, para condicionar as representações de tempo-espço que compõem a identidade nacional.

Nesse sentido, o corpo, por estar imerso na dimensão simbólica do território, torna-se o receptor e o campo de inscrição dessas representações.

Em contrapartida à perspectiva de Henri Bergson sobre a tríade 'percepção-corpo-memória', o antropólogo e sociólogo David Le Breton (2007) investiga a corporeidade não enquanto um processo isolado, mas, como o desdobramento das interações entre o organismo e as influências do entorno. Sob esse prisma, o corpo atua como instância mediadora entre o sujeito e a coletividade, estabelecendo a corporeidade como uma 'interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico' (Breton, 2007, p. 92).

A tese de Breton (2007), ao evidenciar o vínculo entre a dimensão corporal e o território, favorece a compreensão acerca do impacto das representações, ao postular que o corpo se constitui como um canal semântico por onde se materializam os sentidos e significados sociais.

Portanto, as representações forjadas pelos projetos hegemônicos, ao atingir a memória individual e coletiva, contribuem em aprofundar as desigualdades sociais e a vitimização dos corpos subalternizados. Por conseguinte, o corpo e a memória individual e coletiva integram o campo da disputa política.

Em contrapartida, o corpo também interrelaciona os indivíduos que compartilham do mesmo sistema simbólico, ou seja, os possuidores do mesmo senso de sentidos e valores, promovendo, assim, a coletividade e a solidariedade. Desta forma, pela corporeidade se externaliza a extensão das experiências, isto é, a socialização da experiência corporal. À vista disso, a corporeidade é um reflexo da comunidade social somente dos que compartilham as mesmas manifestações significativas, ou seja, os que coadunam da mesma simbologia do grupo social (Breton, 2007).

Acrescido a isso, depreende-se que a memória individual e coletiva, quando atravessada por experiências adversas, torna-se um elemento central na dinâmica territorial. Tal influência pode viabilizar processos de resistência ou consolidar

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

estruturas de dominação, a depender da exposição ou do silenciamento das narrativas. Nesse contexto, o ato de narrar transcende a mera articulação de palavras; ele constitui uma prática política em que se denunciam os mecanismos de controle e as assimetrias de poder (Ribeiro, 2017).

### CONSIDERAÇÕES

Ao articular as perspectivas dos diversos autores, este artigo evidenciou que a construção da memória social se revela como um fenômeno multifacetado e dinâmico, indissociável das teias de relações de poder, do sujeito e do território. As abordagens teóricas aqui expostas demonstram a complexidade da memória não apenas como um repositório de experiências individuais, mas como um espaço de disputa onde narrativas são forjadas, transformadas e, frequentemente, silenciadas. Nesse sentido, a análise das estruturas de poder elucidou implicações profundas sobre a memória coletiva, destacando como o controle sobre o recordar molda narrativas hegemônicas e constrói identidades no plano espacial.

Acrescido a isso, a relação entre corporeidade e memória mostrou-se fundamental, ou seja, as experiências corporais, moldadas e transmitidas por meio da lembrança, constituem um campo de disputa simbólica.

Ao integrar as reflexões sobre a temporalidade e a subjetividade, o texto ampliou a discussão sobre a dinâmica da memória enquanto processo contínuo de interação entre o ambiente social e as esferas políticas.

O artigo propôs-se, portanto, a instigar uma reflexão crítica sobre a construção e desconstrução das memórias coletivas, ressaltando que, diante das desigualdades e preconceitos vigentes, a sociedade demanda narrativas conscientes que valorizem a pluralidade de vozes e o reconhecimento das injustiças históricas.

Por fim, conclui-se que a Memória Social deve consolidar-se como um agente de transformação e empoderamento, capaz de promover justiça e inclusão social. Que ela transcenda a condição de mero eco do passado para se tornar uma ferramenta política de emancipação e ação, essencial para a construção de uma

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

sociedade fundamentada na justiça social, no fortalecimento democrático e na garantia de direitos para todos os cidadãos, sem distinção de gênero, raça ou classe.

### REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORDO, Adilson A.; SILVA, Cleide H. P.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. **As diferentes abordagens do conceito de território**. In: Curso de Mestrado da FCT/UNESP (Disciplina: O tempo, o espaço e o território: uma questão de método). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004. Disponível em: <https://forumeja.org.br/brasil/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territorio/>. Acesso em: out. 2023

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 2.ed.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, 2012.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Tradução: Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva e memória social. **Revista Morpheus**, ano 8, n. 13, p. 1-6, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.



---

**Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**

---

HOBBSAWM, Eric. **Era do capital** (1848-1875). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos**: desde 1870. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERNARDO NETO, Jaime. Sobre memória, identidade e territorialidade—reflexões a partir da geografia. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 25, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/45258> Acesso em: 12 jul. de 2022.

COSTA, Carmen Rosane Pereira da Silva. **A construção da memória social sobre a violência**: “Mulheres da Paz” e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro; BERTONI, Luci Mara. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 244-262, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202019000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000200005&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 10 abr. 2024.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. História, sociologia e análise do poder. **Revista História Unisinos**. v.11, n. 3, p. 313-320, set.-dez 2007. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5910> Acesso em: 14 mar. 2023.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revistas Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278> Acesso em: 12 jun. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspas**, v. 6, n. 1, p. 3–12, 2017.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2012.

STERN, William. **Psicologia geral**. Buenos Aires: Paidós, 1957.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VIANA, Cristina Amaro. Tempo e Sujeito em Paul Ricoeur: uma introdução a partir da leitura Ricoeuriana do livro XI das Confissões de Santo Agostinho. **Revista Contemplação**, n. 4, 2015. Disponível em: <https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/22>  
Acesso em: 10 dez. 2023.

WEBER, Marx. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 422 p. v.2.

### SOBRE OS AUTORES

*Carmen Rosane Pereira da Silva Costa*

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Pesquisadora do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ.  
Mestre em Planejamento Urbano e Regional- IPPUR/UFRJ.  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0663-7980>  
E-mail: carmenrosane.costa@gmail.com

*Luis Régis Coli Silva Júnior*

Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)  
Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional e do curso de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/GPDES/UFRJ).  
Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3142-2209>  
E-mail: regiscoli@hotmail.com

# PERCURSOS E MURALISMOS

## OS TERRITÓRIOS URBANOS COMO ARENA DE DISPUTA POLÍTICA E DE PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

---

Bianca Rihan

Sabrina Dinola

### RESUMO

O artigo analisa a relação entre *percursos de memória* em territórios urbanos e o *muralismo como linguagem periférica* de luta política. A partir de intervenções afro-referidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Cartagena das Índias (cidades sul-americanas), compreende os murais como expressões de um patrimônio contra-hegemônico e os percursos urbanos como territórios de resistência. Argumenta que gestos, grafias e narrativas visuais e testemunhais reconfiguram o espaço urbano como arena de disputa política e de produção de memórias insurgentes, ao revelar personagens, eventos e lugares silenciados pelas narrativas oficiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Percursos de memória; Muralismos; Territórios urbanos; Patrimônio contra-hegemônico; América Latina.

### ABSTRACT

This article analyzes the relationship between memory itineraries in urban territories and muralism as a peripheral language of political struggle. Based on Afro-referenced interventions in São Paulo, Rio de Janeiro, and Cartagena de Indias (South American cities), it understands murals as expressions of counter-hegemonic heritage and urban itineraries as territories of resistance. It argues that gestures, inscriptions, and visual and testimonial narratives reconfigure urban space as an arena of political dispute and the production of insurgent memories by revealing characters, events, and places silenced by official narratives.

**KEYWORDS:** Memory itineraries; Muralism; Urban territories; Counter-hegemonic heritage; Latin America.

O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.

Walter Benjamin

### INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma articulação entre práticas de ***percursos de memória em territórios urbanos*** e o ***muralismo como linguagem periférica*** de luta política. A análise enfocará inscrições e intervenções afro-referidas nas paisagens urbanas de três cidades sul-americanas: São Paulo, Rio de Janeiro e Cartagena das Índias, na Colômbia. Compreendendo os murais como expressão de um 'patrimônio contra hegemônico' e certos percursos urbanos como territórios de memorização e resistência

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(ou, sinteticamente, *reexistência*), argumentamos que há um conjunto de gestos, grafias, representações e narrativas, tanto visuais quanto documentais ou testemunhais, que reconfiguram o espaço urbano como arena de disputa política e de produção de *memórias insurgentes* ao revelarem personagens, acontecimentos, conflitos e lugares invisibilizados e silenciados por narrativas oficiais, naturalizadas ou que impregnaram o senso comum e os imaginários nacionais modernos.

O interesse em estudar essa temática decorre de nossas experiências e atuações como pesquisadoras do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste (OPCS),<sup>1</sup> reforçadas e redimensionadas em diálogo com pesquisa anterior sobre muralismo na América Latina, desenvolvida por uma das autoras (Rihan, 2021; 2022).

### TERRITÓRIOS URBANOS DE RESISTÊNCIA

O sociólogo Aníbal Quijano, ao tratar do que denominou “colonialidade do poder”, propôs uma análise crítica das estruturas políticas, sociais e culturais forjadas a partir da conquista da América e de seus efeitos duradouros nas formas de dominação global. Para o autor, a colonização não se restringiu apenas à ocupação territorial e à exploração econômica, esta instalou um “novo padrão mundial de poder” (Quijano, 2005, p. 117) ainda presente na atualidade. Quijano (2005) mostrou que essa forma hegemônica de poder resultou da articulação entre exploração e classificação racializada. Tal combinação permitiu a expansão de uma “modernidade eurocentrada” que, embora se apresente como universal, sustenta-se na subalternização de outras culturas.

Ao considerarmos, a partir do exposto, os espaços urbanos na América Latina - especialmente nas grandes cidades, com seus bairros, ruas, praças e diferentes tipos de instituições e equipamentos, como residências, templos, fábricas, vias, etc., e com uma estrutura social própria ao sistema de urbanização moderna (Castells, 2020, p. 340) -, estes se revelam como reflexo da segregação social produzida pelo capitalismo periférico e seus *colonialismos internos*, ao mesmo tempo em que

---

<sup>1</sup> O projeto que surgiu em 2019 como repositório de pesquisas vinculadas aos campos da memória e do patrimônio cultural: <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/>

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

expressam o resultado e a reafirmação da sociedade pós-colonial. Vislumbram-se assim as dimensões fundamentais para a definição e compreensão do que aqui denominamos “territórios patrimoniais” nos espaços urbanos em países latino-americanos: aquelas relacionadas à política, em particular à atuação do Estado e às ações vinculadas à construção dos Estados-Nação; e aquelas referentes tanto à economia política como às relações de poder que, para além do Estado, atravessam as múltiplas esferas da vida social (mas que são capazes, muitas vezes, de disputar as orientações do Estado para novas direções).

É neste contexto que as políticas patrimoniais e as memórias oficiais - ainda fortemente atravessadas pelos projetos de nação - podem ser compreendidas não apenas como referentes simbólicos de um passado ‘selecionado’, lembrado (ou mesmo “inventado”), mas também como marcas da segregação passada e presente. Em outras palavras, configuram-se como processo contínuo de apagamento de um contingente da população - sobretudo negro e indígena - que se busca invisibilizar e/ou esquecer.

Contudo, ao sublinharmos uma noção de “território patrimonial” marcada por **disputas de memória, identidade e pertencimento**, evidenciamos uma ferramenta aliada ao exercício da cidadania através das políticas culturais/patrimoniais (Correa, *et al.* 2024), que também passa a se apresentar como um expressivo ‘definidor’, especialmente das ações envolvendo territórios onde as interações entre memórias, práticas culturais e relações de poder se afirmam, mas nem sempre mediadas por políticas públicas (ver Dinola; Abreu, 2023; Dinola *et al.* 2023). Para isso, apresentou-se como fundamental a ampliação do próprio conceito de “patrimônio”, (re)definido para além da chancela do Estado (como sinônimo de sociedade política), na qualidade de pretensão gestor da memória oficial da nação, mas pela “organicidade dos grupos vivos que produzem e se apropriam de artefatos como alegorias dialógicas, a partir das quais os afetos e as lutas coletivas se renovam e vão adiante” (Rihan, 2022).

Nesse sentido, complexifica-se também a própria definição de Estado. Ao tomarmos a concepção gramsciana de “Estado Ampliado”, este passa a extrapolar, apesar de também abarcá-la, a esfera reduzida da chamada sociedade política. Por

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Estado compreende-se, pois, o resultado de toda a imbricação surgida das pressões e contra-pressões (Mendonça, 1996) que relacionam a sociedade política e a sociedade civil, composta por representantes de classes, grupos e frações, com suas organizações, agências, coletivos, intelectuais orgânicos etc. Segundo o autor, enxerga-se, desse modo, o território plástico em que se dão os embates em torno das visões de mundo (Gramsci, 1987) que se pretende disseminar na sociedade, seja aspirando à manutenção da hegemonia ou à transformação da realidade. O que pretendemos defender, conforme o autor, é que a hegemonia não se trata de terreno fechado. Por mais difícil que pareçam as condições, o motor da história será sempre a luta de classes (e de classificações). Isto é: há disputa<sup>2</sup>.

Ou seja, se por um lado os “territórios patrimoniais”, tal como os entendemos aqui, podem nos contar histórias de preservação e de produção das estruturas coloniais e das práticas territoriais dos Estados-Nação com orientação aos interesses das classes e grupos sociais dominantes, por outro, eles também compõem a memória da tradição dos oprimidos e periféricos, sendo capazes tanto de corrigir os silenciamentos e fortalecer um contraponto aos discursos dominantes sobre o passado e o presente histórico, mas, sobretudo, de deflagrar insurgências, novas práticas, saberes e relações sociais para o futuro.

O que se observa nesses contextos é a emergência de vozes e práticas que podem ser compreendidas como gestos de **“desobediência epistêmica”** (Mignolo, 2008), **que procuram romper com a hegemonia da epistemologia ocidental e afirmar** a legitimidade de outras cosmologias e formas de conhecimento, enraizadas em experiências subalternizadas e em práticas culturais dissidentes<sup>3</sup>. Assim, a perspectiva que valoriza o “gesto patrimonial” (Abreu, 2020) - entendido como o modo pelo qual grupos sociais acionam o patrimônio para reivindicar pertencimentos e

---

<sup>2</sup> Como diria Gramsci, é no médium próprio da cultura que se organizam os intelectuais para a criação e a difusão da visão de mundo dos grupos que integram; no mesmo terreno, as classes hegemônicas constroem, “junto à população, o nível cultural e moral que atende às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas” (Coutinho, 2014, p. 17). Porém, é também ali que as camadas subalternas elaboram “o seu modo de conceber o mundo e a vida em contraste com a sociedade oficial” (Gramsci *apud* Coutinho, 2014, p. 17).

<sup>3</sup> Uma primeira abordagem sobre essa ‘virada no campo patrimonial’ pode ser encontrada em trabalho anterior (ver Dinola, Abreu, Rihan, 2023).



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

narrar memórias - pode ser alargada para um plano que é ao mesmo tempo epistemológico e existencial, narrativo e expressivo, político e ecológico.

De forma mais objetiva, trata-se, na ênfase aos territórios patrimoniais, de tensionar as noções e imaginários de território e de patrimônio a partir das performances e narrativas produzidas por agentes que se construíam em torno do “urbano” de matriz moderna eurocentrada, e mantendo vínculos a grupos que recriam expressões culturais submetidas a contínuos ou recorrentes, mas nem sempre evidentes, silenciamentos e apagamentos, tanto físicos quanto simbólicos.

A partir dos debates acima delineados, propomos voltar o olhar para intervenções urbanas que observamos em três cidades latino-americanas - São Paulo, Rio de Janeiro e Cartagena de Indias -, nas quais a apropriação de práticas patrimoniais e o acionamento de dispositivos, performances e estéticas dissidentes podem ser compreendidos como meios ou formas de disputa na afirmação de territórios de resistência e de memórias contra-hegemônicas.

### MAPEAMENTO DE MEMÓRIAS SILENCIADAS E INTERVENÇÕES URBANAS

Em abril de 2025, a equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste (OPCS) - da qual as autoras deste trabalho fazem parte - organizou um seminário com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e experiências entre pesquisadores (acadêmicos e não acadêmicos) e detentores de bens imateriais. O evento buscou enfatizar ações, práticas e produções que, de modo convergente, representam territórios marcados, sobretudo, pela resistência e pela luta.

A escuta atenta das apresentações de dois agentes/protagonistas e pesquisadores-parceiros do OPCS mostrou-se especialmente significativa para nossas problematizações: as palavras do sambista, sociólogo e pesquisador acadêmico **Tadeu Kaçula**, e as do produtor cultural, DJ, curador musical, pesquisador de música africana, cineasta e idealizador/produtor do projeto *Negro Muro*, **Pedro Rajão**. De modo geral, nessas falas, chamaram nossa atenção as atuações por eles intituladas, respectivamente, de “**aquilombamento da cidade**” e de “**cartografia preta da cidade**”, fortemente marcadas pelos seus vínculos com, e

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

pelas (re)afirmações de, seus territórios em duas grandes cidades brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro.

Tadeu Kaçula é quem está à frente da página “‘Pequena África’ Paulistana” do OPCS<sup>4</sup> que (re)conta a história do bairro da Casa Verde - um “território negro” da Zona Norte de São Paulo - sob o olhar da experiência de quem sempre viveu no bairro, conjugando atuações e militâncias de pesquisador-negro/ pesquisador-sambista. Ao lado do artista urbano Fernando Cazé, Pedro Rajão propõe com o projeto *Negro Muro* “exibir retratos e biografias de personagens históricos negros em grandes muros públicos pela cidade” a partir de ‘intervenções’ (ou ‘reocupações’) urbanas feitas por murais, mais especificamente, grafites instalados na cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos.

Tais atuações já haviam sido apresentadas ao OPCS alguns anos antes, no período de construção das páginas que compõem o Observatório, de nossa ida à São Paulo para acompanharmos a atuação de Tadeu no bairro da Casa Verde e nas exposições do recém-inaugurado SESC Casa Verde e do Instituto Moreira Sales (IMS-SP), onde Kaçula atuou como curador<sup>5</sup>. Contudo, o elemento articulador desses trabalhos - que motivou a proposição dessa mesa no seminário – surgiu após duas aulas abertas realizada no ano de 2024, uma com Tadeu Kaçula<sup>6</sup> e outra com Pedro Rajão<sup>7</sup>, nas quais eles apresentaram seus projetos e atuações no PPGMS da Unirio.

Apesar de partirem de ações distintas, em circuitos urbanos diferentes, os trabalhos compartilhavam uma proposta comum de “mapeamento dos pontos de memória negra” (forma como ambos definem suas ações) nessas cidades. Para os dois, é fundamental desvelar ou reafirmar narrativas relacionadas à cultura e à presença da população negra, por meio de diferentes manifestações de memória ou de formas diversas de “monumentos” - conhecidos pelas políticas patrimoniais (placas, estátuas) - capazes de evocar o passado, perpetuar lembranças ou

---

<sup>4</sup> Para acessar a página: <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/pequena-africa-paulistana>

<sup>5</sup> T. Kaçula foi o curador da exposição inaugural do Sesc Casa Verde, “Festas, Sambas e Outros Carnavais”.

<sup>6</sup> Aula aberta intitulada “Uma gira reflexiva sobre a pequena África paulistana”.

<sup>7</sup> Aula aberta intitulada “NegroMuro: uma cartografia da memória negra no Rio de Janeiro”.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

reescrever uma memória coletiva. Nesse movimento, tanto a apropriação de práticas e instrumentos característicos das políticas patrimoniais quanto a criação de novas linguagens insurgentes (como a arte urbana) se apresentam como estratégias múltiplas de marcar e reivindicar a presença negra nos territórios urbanos.

Como afirma Tadeu Kaçula, era preciso “mapear” as “digitais da população negra na construção das cidades” ou os “nichos de sociabilidade negra das grandes cidades”. No caso de São Paulo, isso se referia especialmente ao “lado norte, depois do Rio Tietê”<sup>8</sup>, uma fronteira geográfica que não apenas delimitou ou segregou, mas também passou a conformar um “território negro”. Esse espaço foi marcado pela presença da “maior concentração de escolas de samba da cidade”, também entendidas como diferentes modos e sentimentos de demarcações socioculturais e de pertencimento.

Desse ponto de vista, diante das tentativas de apagamento dos espaços, vivências e memórias coletivas no circuito urbano, as populações negras desenvolveram diferentes estratégias de resistência à violência física e simbólica, especialmente (mas não exclusivamente) por meio da música, da dança, da religião, da oralidade. Pode-se, nesse sentido, considerar que elas constituíram “lugares (ou ‘territórios’) de memória”, capazes de fixar, criar e expandir saberes a partir de suas “performances corporais” (Martins, 2003; Taylor, 2013). Neste sentido, a performance, a dimensão atuante dos significados e das ideias, das experiências e suas inscrições, para além das perspectivas simbólica e estrutural, passa a ser compreendida em seu caráter processual, estético, intelectual, e mesmo cosmológico; enquanto prática de produção de identidades, subjetividades e de ‘políticas da vida’, abre espaço para os debates em torno da resistência e mediação cultural (Martins, 2003, 2021; Schechner, 2006).

---

<sup>8</sup> O Rio Tietê corta a cidade de São Paulo e historicamente funcionou como eixo de expansão urbana e fronteira simbólica. Suas margens passaram a marcar distinções espaciais e sociais, separando o centro das áreas periféricas e populares que se desenvolveram “do outro lado do rio”.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Daí ser possível afirmar que há uma dinâmica crítica e criativa que torna os “mapeamentos” propostos numa *cartografia*, em que o acompanhamento de percursos, intensidades e conexões vinculadas à experiência estão disponíveis para composições micro e macropolíticas.

Deste modo, tornou-se fundamental pensarmos certas interferências urbanas como ações ou performances de ‘extensão’ dessa corporalidade, ou como formas de articulação entre territorialidades e ancestralidades no modo urbano - implicando formas de habitar o território a partir de memórias vivas, presenças, práticas ancestrais<sup>9</sup>. Falamos em performances, atos, gestos que se passaram a se afirmar nas suas repetições e diferenças, para além do que seja ‘hábito’ e ‘arquivo’ (Taylor, 2013), e fazendo frente às políticas de silenciamento e ocultamento que haviam predominado em tais espaços de disputa.

No site do projeto Negro Muro, esse espaço se afirma como uma “cidade profundamente marcada pela herança indígena e africana que traz em seus monumentos, ruas, pontes e avenidas o legado colonizador, militar e católico branco que até hoje se perpetua no poder”. E neste contexto, em meio a essa disputa urbana, como complementa Pedro Rajão em sua palestra, a arte urbana torna-se o dispositivo para o mapeamento dessa memória negra, por meio de grafites representando figuras negras conhecidas ou anônimas, estabelecendo o elo entre “personagem e território”, na configuração de uma “cartografia preta”. No caso, nos referimos às intervenções artísticas capazes de alterar a dinâmica urbana e as relações que a compõem, acompanhando essas mudanças (também como ‘fluxos reparatórios’) em sua própria dinamicidade.

---

<sup>9</sup> Como sugere Tim Ingold (2000), poderíamos ler nessas práticas e performances uma expressão da incomensurabilidade entre dois modos de conceber a vida social e o pertencimento: de um lado, o paradigma moderno, fundado no modelo genealógico de sucessão linear e na instrumentalização das relações socioambientais, próprio dos Estados-nação e de seus discursos de soberania e herança; de outro, o modo relacional das culturas e cosmologias originárias, tradicionais ou de matrizes não ocidentais, que afirmam a continuidade entre humanos e natureza e preservam a espessura das noções (e das práticas) de “terra”, “memória” e “ancestralidade” como “relações vivas”. Essa tensão revela aquilo que o autor afirma como um “reconhecimento das diferenças”, mas que no interior das formas políticas modernas, é frequentemente forçado a operar dentro da própria lógica que as reduz à “homogeneidade”.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

\*\*\*

Para além de São Paulo e do Rio de Janeiro, nossas respectivas cidades de origem e territórios cotidianos de pesquisas e vivências, ampliamos a mirada para a colombiana Cartagena das Índias, pois igualmente marcada pela gramática da colonização ibérica, pelas posteriores interferências do imperialismo e da financeirização capitalista e pela forte presença de populações negras, que constroem sentidos simbólicos e materiais capazes de deslindar aspectos relacionais entre as três cidades elencadas, assim como de subvertê-los.

Diferentemente de São Paulo, que nasceu como um colégio Jesuíta, mas à semelhança do Rio de Janeiro, que durante o passado colonial contou com enormes muralhas de pedra em seu perímetro, para a proteção de seu território, Cartagena, conhecida à época da colônia como “la llave del Reino de la Nueva Granada” (Trallero, 2006), tornou-se uma cidade murada a partir do século XVI, sob o comando do rei Filipe II da Espanha. Conforme comentam Moura e Nascimento (2021).

Durante cerca de três séculos, o porto adjacente à Ciudad Amurallada perpassou quantidades descomunais do ouro e da prata das regiões andinas, obtidos inicialmente através do saque e, após algumas décadas, também da mineração. O historiador cartageneiro Alfonso Múnera (1998, p.64) aponta que, sobretudo por conta das suas condições geográficas e militares, a cidade se configurou como um centro de intenso intercâmbio de produtos, seja por vias legais, seja por contrabando (Moura; Nascimento, 2021, p. 291).

Se no Rio de Janeiro a expansão da cidade fez as muralhas transformarem-se em ruínas, em Cartagena, a manutenção dessas fortificações é justificada, até a atualidade, por seu imenso valor arquitetônico e por documentarem indícios do “passado no presente”, apontando para formas de vida, práticas econômicas e militares hoje escassas ou inexistentes.

Por esses mesmos motivos, no ano de 1984, Cartagena das Índias foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO. Sua vocação patrimonial passou a ser defendida, por suas respectivas administrações, a partir de projetos de modernidade alçados em meados do século XX. À imagem e semelhança dos antigos

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

invasores, buscou-se eleger “determinados bens ou artefatos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstrata de nação e seus corolários” (Abreu, 2015, p.67). Suas memórias e identidades coletivas foram mobilizadas, majoritariamente, a partir de representações e símbolos ligados ao passado colonial, com as proeminentes muralhas de pedra ganhando lugar de destaque. Desde então, a cidade se tornou destino turístico cobiçado, recebendo, a cada ano, milhares de visitantes curiosos para verem de perto seus “tesouros” materiais seculares.

O bairro de Getsemaní, localizado a poucos quilômetros da muralha de pedra que demarca o centro histórico de Cartagena das Índias, foi desde a colônia uma região ocupada pela população negra que se relacionava às atividades do porto. Nos séculos adiante, foi adensada com a presença de seus descendentes que seguiram no território desenvolvendo ofícios ligados ao artesanato, à atividade pesqueira, à culinária afro-colombiana, a festas e celebrações populares etc. Contudo, a partir da declaração da UNESCO, um projeto de “revitalização” urbana foi posto em prática através de parcerias entre o poder público e agentes privados, expulsando parte significativa da população nativa. O principal objetivo seria fortalecer o turismo, mesmo que à custa do “deslocamento dos setores populares” (Andrade; Goes, 2023, p. 83).

Segundo números oficiais verificados pelo censo da cidade, em um período de quinze anos, aproximadamente 80% dos habitantes não conseguiram se manter em Getsmaní. Dos quase 10.500 moradores registrados no ano de 2003, apenas 2300 permaneceriam em 2018 (El Diario AR, 2021)<sup>10</sup>. Como em São Paulo e no Rio de Janeiro, um processo escancarado de especulação imobiliária acometeu as áreas centrais da cidade patrimonial colombiana, em que casas e edifícios, antes destinados a moradias populares, transformaram-se rapidamente em hotéis e restaurantes. Junto à elevação abusiva dos valores de serviços, aluguéis e impostos, importantes espaços de renda e sociabilidade da população local foram também

---

<sup>10</sup> [https://www.eldiarioar.com/mundo/barrio-cartagena-indias-convirtio-laboratorio-especulacion-inmobiliaria\\_1\\_8426485.html](https://www.eldiarioar.com/mundo/barrio-cartagena-indias-convirtio-laboratorio-especulacion-inmobiliaria_1_8426485.html)

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

removidos ou descontinuados, como o mercado popular de Getsemaní (Andrade; Goes, 2023). Segundo Andrade e Goes (2023, p. 83, 84):

Os agentes do turismo internacional, articulados com o poder público, redefiniram usos, restringindo o número de residentes e o comércio popular no centro (Deavilapertuz, 2015, p. 124). A política urbana voltou-se a atender diretamente os interesses da reprodução do capital. [...] As remoções de bairros afrodescendentes do centro da cidade inspiram estudos baseados no processo de segregação, no qual o papel do poder público e dos agentes hegemônicos privados se evidencia (Pertuz, 2015). [...] A compra de edificações por agentes privados e sua conversão em hotéis, restaurantes e outros empreendimentos, levou ao aumento nos preços dos impostos e serviços públicos [...] (Andrade; Goes, 2023, p. 83-84).

Não obstante a violência simbólica despendia contra a população por agentes públicos em associação ao capitalismo transacional, uma série de estratégias coletivas foi organizada em oposição a ordem imposta, como no caso das imagens murais que inundam as ruas de Getsemaní. Colorindo o seu perímetro e informando tanto a população local como a onda de turistas que todos os dias circulam em seu interior, os murais encontrados no bairro central da cidade de Cartagena comunicam-se diretamente com os projetos/ performances de intervenção urbana nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, conforme narrados por Kaçula e Rajão.

Em Cartagena, os murais tratam-se também de marcadores de memórias que, para além do apelo estético, funcionam como referentes indenitários das pessoas que construíram/ constroem física e culturalmente aquele território, bem como objetos de denúncia de um processo de expulsão em curso.

Em oposição às muralhas que segregam, chanceladas como patrimônios mundiais, os murais cartageneros podem ser entendidos como patrimônios contra-hegemônicos: modos de saber e fazer coletivos que aproximam e tiram do silêncio corpos e subjetividades tragadas pelas narrativas dominantes - maneiras bastante distintas de significar paredes de concreto.

Pela limitação do formato do artigo aqui submetido, bem como pela fase inicial desta pesquisa, que ainda não realizou suas previstas idas à campo na cidade de Cartagena - imprescindíveis para ultrapassarmos leituras estáticas das imagens, favorecendo os sentidos e movimentos que se precipitam durante seus processos de



## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

produção, circulação e apropriação (Meneses, 2003, p.28), com destaque para os atores sociais presentes no território -, neste momento, nos atemos a um movimento metodológico preliminar. Trata-se da pesquisa de imagens e formação de *corpus* de análise a partir de buscas pelos descritores “murais Cartagena”, “muralismo Cartagena”, “arte urbana Cartagena” nas bases de dado Google Scholar; Periódicos Capes; CLASE. Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; CLACSO- Biblioteca Virtual em Ciências Sociais da América Latina e do Caribe; REDALYC - Rede de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe.

Nesta fase, a maioria dos resultados encontrados foram justamente referentes a pinturas realizadas nas paredes do bairro Getsemaní, sobretudo na Calle de la Sierpe, que sediou o projeto muralista “Pedro Romero Vive Aquí”, em 2010; e o Festival Internacional de Arte Urbana, em 2013 (Trans-Americas Journey, 2015)<sup>11</sup>.

Muitos dos murais pintados nessas ocasiões foram mantidos, outros refeitos ou restaurados, e novos não cessam de aparecer. Para este artigo, recortamos o território de Getsemaní como *locus*, bem como as imagens disponibilizadas pelo Trans-Americas Journey<sup>12</sup> e pelo Cartagena Connections como *corpus*.

A seguir, apresentamos uma série de quatro imagens-murais, dispostas nas paredes de Getsemaní, encontradas em nosso primeiro conjunto de buscas.

**Figura 1**



Fonte: Trans-Americas Journey

<sup>11</sup> <https://trans-americas.com/street-art-cartagena-colombia/>

<sup>12</sup>idem

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Na figura 1, observamos a imagem de uma mulher negra vestindo roupas coloridas, cercada por elementos naturais, como pássaros e flores, e portando na cabeça uma bacia com frutas e outros alimentos. O mural representa uma “palenquera”, título que remonta o passado colonial e a presença - bem como os processos de resistência - de africanos escravizados em território colombiano.

Dos primeiros “palenques”<sup>13</sup> na Colômbia, destaca-se o estabelecido no que é hoje San Basílio de Palenque, a mais ou menos 60 quilômetros de distância de Cartagena, em direção à costa - mais precisamente no distrito de Mahates, estado de Bolívar (Souza, 2020). Há indícios de que a comunidade tenha se originado por volta do ano de 1600, sob a liderança de Benkos Biohó, natural do arquipélago dos Bijagós, atual Guiné-Bissau, e de que por mais de um século tenha resistido às investidas bélicas da coroa espanhola com muita organização coletiva e perspicazes estratégias de defesa. Apesar das controvérsias quanto à data exata de fundação, e da própria figura de Biohó como o “principal responsável pelo ajuntamento” (Souza, 2020), é impossível dissociar tais questões das memórias coletivas circulantes na comunidade.

Conforme descreve Souza (2020), o porto de Cartagena recebeu, desde o início da colonização, pessoas de distintas etnias de África. Apesar disso, a autora argumenta haver uma certa homogeneidade na língua palenquera, sendo possível a identificação “predominantemente de elementos bantu”. (...) “Isso explica as fortes influências do kikongo na lengua palenquera”, e em muitos dos costumes e práticas que até hoje se afirmam na região, tornando admissível a hipótese sobre a predominância de população advinda da África Subsaariana na ocupação de San Basílio de Palenque.

Obviamente, não sem transformações e atualizações, pode-se dizer que, para além da linguística, uma série de tradições africanas permaneceu salvaguardada em Palenque, como as expressões ritualísticas e musicais, bem como a culinária, fortemente representada por essas mulheres - como a pintada em Getsemaní - que

---

<sup>13</sup> Organizações semelhantes aos quilombos no Brasil.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

até os dias de hoje vão diariamente ao centro da cidade de Cartagena vender seus quitutes.

A culinária afro-colombiana, praticada e transmitida pelas palenqueras, ultrapassa sobremaneira a mera função nutricional, combinando uma série de elementos “ecológicos-ambientais, históricos, culturais e econômicos, interligados em redes simbólicas” (Gastal; Costa, 2023). As práticas culinárias trazidas de África, com seus sabores, saberes e técnicas de preparo ancestrais vêm incorporando algumas novas “pitadas” ao longo da formação de várias gerações de cozinheiras negras colombianas, sem deixar de cumprir “importante função sociocultural ao constituírem-se como referente memorial e identitário de indivíduos e coletividades” (Gastal; Costa, 2023).

Como sinalização significativa sobre as transformações nos discursos e nas práticas patrimoniais nas últimas décadas, que vêm caminhando, em parte, para “o reconhecimento da diversidade como um valor central” (Ribeiro, 2006, p. 201), San Basilio de Palenque, foi inscrito, no ano de 2008, na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Segundo Ribeiro “Um estudo da UNESCO (2004) baseado em documentos oficiais mostra como a trajetória da discussão sobre diversidade cultural tem mudado na instituição com o passar do tempo, refletindo diferentes conjunturas do sistema mundial” (Ribeiro, 2006, p. 213) e os resultados de pressões e lutas “cosmopolíticas” envolvendo a sociedade civil, intelectuais, comunidades detentoras, Estados, agências multilaterais etc., garantindo certa “atuação patrimonial segundo uma concepção mais democrática” (Dinola; Rihan; Abreu; Borges, 2023).

No site da Unesco, a justificativa para a patrimonialização de San Basilio de Palenque aponta para sua origem como uma daquelas “comunidades llamadas “palenques”, que fueron fundadas por los esclavos fugitivos como refugio en el siglo XVII. De los muchos palenques que existían en épocas anteriores, sólo el de San Basilio ha sobrevivido hasta hoy, convirtiéndose en un espacio cultural unico” (Unesco)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> <https://ich.unesco.org/en/RL/cultural-space-of-palenque-de-san-basilio-00102>

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Sem negar certa virada em práticas e ações de patrimonialização na América Latina, que garantiu, inclusive, o título de patrimônio imaterial a San Basilio de Palenque - com a valorização tanto de sua geografia territorial mas, sobretudo, das expressões culturais a ela associada - é inevitável pensarmos em como seu encaminhamento hegemônico é tributário de novas práticas de despojo, físicas e simbólicas, que se alargam desde o “longo processo colonial” e se reinventam no cenário capitalista, imperialista e neoliberal da contemporaneidade (Alkimin, 2015, p.3).

Em recente publicação da BBC News, de julho de 2023, intitulada “‘Sou patrimônio histórico, mas não posso pagar dentista’: o muro que divide Cartagena, a cidade mais turística da Colômbia”<sup>15</sup>, fica explícito o projeto de cidade que recebe estrangeiros com opulência e exclui da “zona de pedra” do centro da cidade, aclamada como patrimônio mundial, bem como da zona da dignidade, os colombianos de classes subalternas, mesmo aqueles que - na teoria - são detentores de patrimônios coletivos, como as palenqueras. Estas apenas entram para servir, ou têm seu acesso negado.

A reportagem destaca a história de Beth, mulher negra e periférica que sobrevive vendendo frutas e posando para fotos com turistas, interessados em retratar seus trajes coloridos e teoricamente representativos da “alegria” nativa. Ao ser entrevistada, Beth expressa outro sentimento, o de revolta, ao confirmar o caráter privado e excludente do que deveria ser um patrimônio público e popular: “Fomos nós, negros, que fizemos essas paredes” (...) “mas não temos muitos direitos sobre elas”<sup>16</sup>.

Nas páginas seguintes, alguns dados confirmam as desigualdades sociais contornadas pela muralha. Na Cartagena de “fora”, “duas em cada três pessoas não comem três vezes ao dia; 70% trabalham na informalidade, têm a pior qualidade

---

<sup>15</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmlxmeg1g9mo#:~:text='Sou%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%2C%20mas%20n%C3%A3o,da%20Col%C3%B4mbia%20%2D%20BBC%20News%20Brasil>

<sup>16</sup> Idem

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

educacional do país e vivem sob a ansiedade de uma criminalidade que registrou 360 homicídios em 2022, o maior número da história recente”<sup>17</sup>.

**Figura 2**



Fonte: <https://jillanddanaadventure.com/2024/02/08/getsemanis-street-art/>

Na figura 2, observamos uma reconstrução de memória em torno das guerras de independência, ocorridas no início do século XIX, e que são majoritariamente narradas como articulações conduzidas por patriotas republicanos provenientes das

<sup>17</sup> Idem



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

elites políticas e militares, com pouca ou nenhuma participação popular e distantes de quaisquer aspirações revolucionárias.

Como observamos na imagem, uma narrativa diferente se deslinda em cores, em um dos muros de Getsemaní, bairro historicamente negro, onde se iniciou, não por acaso, um dos levantes independentistas na cidade de Cartagena, “la cual fue una república independiente entre 1811 y 1815” (Lasso, 2008, p. 3). Plasmados na parede estão homens negros, armados com espadas, lanças e pistolas, como quem toma de assalto as ruas em direção ao palácio de governo de Cartagena (Lasso, 2008).

Luego de insultar y golpear a los miembros criollos que conducían la junta revolucionaria, la multitud les forzó a firmar una declaración de independencia contra su voluntad. ¿Cuál es el significado de esta escena de independencia? La misma ciertamente no se amolda a las muy exaltadas historias nacionalistas de principios del período republicano, que glorificaban la independencia, el nacimiento de la nación, y el papel histórico de los padres fundadores criollos. Ella tampoco encaja con narraciones socio-históricas más recientes, las cuales tendrían problemas en explicar una jornada independentista liderada por afro-colombianos (Lasso, 2008, p. 2).

Segundo Marixa Lasso (2008), em seu artigo “El día de la independencia: una revisión necesaria. Acción política afro-colombiana y narrativas patrióticas criollas, Cartagena, 1809-1815”, o processo independentista em Cartagena contou com expressiva participação popular e negra. Uma das hipóteses para a organização contrária ao Império Espanhol, conforme a autora, aponta justamente para as políticas raciais levadas a cabo na região, que negaram “direitos de cidadania a pessoas de ascendência africana (...)”, transformando-as, consequentemente, em importantes aliados na causa republicana.

Como detalha Lasso, os republicanos não pouparam esforços para construir uma “retórica da harmonia racial” direcionada às populações negras e pardas, prometendo mudanças radicais se consolidada a República conduzida pelos “patriotas” (Lasso, 2008). Desse modo, conseguiram mobilizar um grande contingente de afro-colombianos, com destaque para os artesãos do bairro de Getsemaní, os “lanceiros de Getsemaní” e, sobretudo, para a figura de Pedro Romero, descrito nas

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

fontes bibliográficas como um “pardo artesão que se destacou no movimento independentista de Cartagena dirigindo as forças populares que obrigaram a Junta Suprema de Cartagena a se separar radicalmente da Espanha” (Caraponale, 2019, p. 149).

**Figura 3**



Fonte: Trans-Americas Journey

Interessante notar que, na Figura 3, o nome “Pedro Romero” se apresenta como assinatura de um dos artistas responsáveis por colorir as ruas de Getsemani na atualidade. Ao acionar, como sua “marca registrada”, figura emblemática da história colombiana do início do século XIX, o muralista do século XXI atualiza o debate sobre a expulsão da população negra da região central de Cartagena. No centro do mural, percebemos um homem negro apontando para a porta da construção, ilustrada com a frase “não se vende”.

Como “marca registrada” ou “marca de memória”, a manifestação da identidade de Pedro Romero vinculada à atual pauta do direito à cidade para a população negra transborda o que, a princípio, poderia sugerir uma questão do presente. É justamente a relação entre tempos distintos, cruzados em um mesmo



## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

espaço social, que nos faz antever um processo histórico, de longa duração, que compreende a subalternização racial e a marginalização espacial como estratégias para a reprodução dominante da colônia ao neoliberalismo<sup>18</sup>.

Apesar do papel imprescindível dos “lanceiros” para a emancipação de Cartagena e das inúmeras promessas mobilizadas pelos chamados “patriotas” (Lasso, 2008), a exclusão das populações negras dos cenários políticos e econômicos da cidade, pós-independência, foi notável.

Conforme Moura e Nascimento (2020), a instituição da República em Cartagena apagou das narrativas oficiais grupos imprescindíveis para seu sucesso. Estes seriam também paulatinamente empurrados para áreas periféricas, processo prolongado até a atualidade e intensificado com o reconhecimento de Cartagena como Patrimônio Mundial da Unesco, em 1984.

Figura 4



Fonte: <https://www.pelago.com/zh/activity/p6d6s45yu-graffiti-tour-in-getsemani-cartagena-cartagena-de-indias/>

Na figura 4, observa-se um mural que evoca, justamente, este “patrimônio de pedra e cal” que permanece de pé - apesar das muitas rachaduras (simbólicas) nas

<sup>18</sup> GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

muralhas que o sustentam -; confrontado às mensagens “O Bairro Livre”/ “Gestsemaní resiste”, denunciando a chegada do capital imobiliário e turístico que avança pelo solo urbano provocando a divisão social e racial do espaço, agravando um processo de desterritorialização (Hasbaert, 2003) e despolitização do território.

### CONSIDERAÇÕES

Buscamos trazer para este trabalho algumas questões e reflexões, ainda não plenamente amadurecidas, que vêm sendo traçadas na prática de pesquisas e nos encontros propiciados por elas, com o intuito de discutir como determinados territórios urbanos - vinculados a grupos segregados e/ ou subalternizados, e marcados por cosmovisões de matrizes não ocidentais e/ou de resistência - passam a ser um *locus* de práticas urbanas insurgentes.

Os murais e outros modos de intervenção aqui abordados combinam histórias nativas ou subalternas; saberes e conhecimentos ancestrais; reivindicações por direitos; símbolos de lutas populares e de trabalhadores; lutas decoloniais e contra-coloniais no continente americano etc. Multíssimas vezes, são produzidos ou colocados à margem dos regimes de oficialidade, das instituições públicas ou de agências multilaterais; outras vezes, dialogam mais diretamente (não sem tensões) com estes; e eventualmente vêm a ser até contemplados por essas instituições e suas políticas. A despeito dessas variações e circunstâncias, são considerados (neste trabalho) e defendidos (nos grupos e territórios em questão) como patrimônios contra-hegêmonicos e monumentos plurais, instrumentos de tensionamento e denúncia a projetos antidemocráticos de Estado e de sociedade. Como se vê, a política é combinada à dimensão incontornável da cultura, sem a qual não é possível a construção de legitimidade para projetos políticos-patrimoniais determinados, nem a deflagração das tantas vozes e memórias dissidentes.

De acordo com tal entendimento, os discursos, representações e institucionalidades dominantes, relativos aos processos de construção de identidades (locais, nacionais ou transversais) vêm sendo questionados por práticas e representações que, a nosso ver, configuram “deslocamentos político-epistemológicos” (Dinola; Rihan; Abreu; Borges, 2023) nas noções de memória e de

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

patrimônio. Entendemos que não se trata, nisso tudo, apenas de enfrentar, contornar ou minorar as operações hegemônicas de esquecimento, apagamento, inviabilização e subalternização de saberes-fazeres e de seus criadores, autores e “detentores”. Consideramos que os percursos urbanos e os territórios patrimoniais brevemente observados e analisados neste trabalho são também operadores de memórias, ou agentes de “memoração” (Davallon, 2015), no sentido de que performam atualizações - sempre provisórias e em movimento - daquilo que tem valor de experiência e significação social na comunicação entre passado e futuro.

Se falamos em territórios e memórias contra-hegemônicos, é porque as próprias experiências e saberes dos grupos e identidades se tornam também repertório e oportunidade para a transformação dos fluxos cristalizados e das hierarquias constituídas pelos saberes-poderes dominantes.

A agência e o protagonismo dos grupos detentores reafirmam em chave crítica suas múltiplas presenças e diferenças e potencializam novos tempos e espaços de expressões culturais e identitárias. Para além da reivindicação por políticas públicas inclusivas e por processos ampliados e participativos de patrimonialização, essas ações configuram instâncias efetivas e alternativas de reconfiguração do próprio sentido de patrimônio - entendido como campo de disputa simbólica e de produção de novas formas de pertencimento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 55, p. 250-270, 2020.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *In*: TARDY, Cecile; DODEBEI, Vera. (orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

ABREU, Regina; DINOLA, Sabrina; FELIX, Rafael. Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste: relato de uma experiência de “memoração” do patrimônio cultural. *In*: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes *et al.* (orgs.). **Memória social em movimento**. Canoas: Unilasalle, 2022. v. 12, p. 43-70.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

ALKMIN, Fabio. Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANDRADE, Rita de Cássia Gregório de; GÓES, Eda Maria. Gentrificação em Cartagena de Índias – Colômbia: o caso de La Boquilla. **Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 2, p. 76-97, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/74558>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CARAPONALE, Priscila Ferrer. **Joaquín Infante e as independências ibero-americanas**: uma biografia política [versão corrigida]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. 304 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30102019-184733/publico/2019\\_PriscilaFerrerCaraponale\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30102019-184733/publico/2019_PriscilaFerrerCaraponale_VCorr.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

CORREA, Joana; ABREU, Regina; BORGES, Iria; DINOLA, Sabrina; RIHAN, Bianca. O papel do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste na proteção e salvaguarda da região do Serro (MG) como “território patrimonial”. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 34, 2024, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Aba publicações, 2024. p. 1002.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cecile; DODEBEL, Vera (orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DINOLA, Sabrina; BORGES, Iria; FELIX, Rafael. A experiência do patrimônio através da partilha virtual: uma perspectiva do/sobre o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33, 2022, Evento Online. **Anais [...]**. Evento Online. Aba publicações, 2022. p. 1-10.

DINOLA, Sabrina; ABREU, Regina. Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e em partilhas virtuais. **Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 10, p. 211-228, 2023.

DINOLA, Sabrina; RIHAN, Bianca; ABREU, Regina; BORGES, Iria. Partilhas virtuais, atos compartilhados: transposição de acervos de pesquisas e construções coletivas de pesquisadores nativos. **Revista Iluinuras**, v. 24, p. 66-100, 2023.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

GASTAL, Susana; COSTA, Luciana de Castro Neves. Práticas alimentares, memórias e mobilidades. **Revista Memória em Rede**, v. 15, n. 28, p. 1-4, 2023.

GETSEMANÍ'S STREET ART. [Fotografias]. In: AND DANA ADVENTURE, Jill & Dana. Getsemaní's Street Art. [s.l.], 8 fev. 2024. Disponível em: <https://jillanddanaadventure.com/2024/02/08/getsemanis-street-art/>.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 12-24, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38739>. Acesso em: 13 abr. 2025.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

LASSO, Marixa. El día de la independencia: una revisión necesaria – Acción política afro-colombiana y narrativas patrióticas criollas, Cartagena, 1809-1815. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, n. "Débats", 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/32872>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, n. 26, p. 63-81, 2003.

MARTINS, Leda. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cogobó, 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, v. 1, p. 94-125, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOHL, Eric (fot.). Street art in Cartagena, Colombia: photo essay. Trans-Americas Journey, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://trans-americas.com/street-art-cartagena-colombia/>.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

MOURA, Milton Araújo; NASCIMENTO, Enzo Lago. O perfil de Pedro Romero na historiografia sobre a independência de Cartagena de Índias. **Revista FSA**, Teresina, v. 18, n. 1, p. 289-312, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidade cultural enquanto discurso global. Centro do Patrimônio Mundial, UNESCO, Paris, 2006. Disponível em: [http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Ribeiro\\_desdiv\\_n2.pdf](http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Ribeiro_desdiv_n2.pdf).

RIHAN, Bianca; SALDANHA, Gustavo Silva. Neodocumentação e dialogismo no muralismo zapatista. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/521>. Acesso em: 15 ago. 2025.

RIHAN, Bianca. Memoração e contra-hegemonia no muralismo zapatista: o patrimônio indígena desde “abajo y a la izquierda”. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 33, 2022, Evento Online. **Anais [...]**. Evento Online. Aba publicações, 2022.

SÁNCHEZ, Camilo. El barrio de Cartagena de Indias que se convirtió en “laboratorio” de la especulación inmobiliaria. **elDiarioAR**, 24 out. 2021. Disponível em: [https://www.eldiarioar.com/mundo/barrio-cartagena-indias-convirtio-laboratorio-especulacion-inmobiliaria\\_1\\_8426485.html](https://www.eldiarioar.com/mundo/barrio-cartagena-indias-convirtio-laboratorio-especulacion-inmobiliaria_1_8426485.html). Acesso em: 20 ago. 2025.

SÁNCHEZ, Camilo. ‘Sou patrimônio histórico, mas não posso pagar dentista’: o muro que divide Cartagena, a cidade mais turística da Colômbia. **BBC News Brasil**, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmlxmeg1g9mo>.

SCHECHNER, Richard. “O que é performance?”, em *Performance studies: in introduccion*, second edition. New York & London: Routledge, 2006. p. 28-51.

SOUZA, Raquel Santos. ‘Lumbalú’ **Más Allá de los Tambores**: do transcender espiritual à insurgência em San Basilio de Palenque. 2021. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6079>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

TRALLERO, Alberto Samudio. **Cartagena veintiún años después de ser declarada patrimonio mundial**. Memorias, Universidad del Norte, Barranquilla, ano 3, n. 6, 2006.

UNESCO. Cultural space of Palenque de San Basilio: nomination file No. 00102. Inscribed in 2008 on the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/cultural-space-of-palenque-de-san-basilio-00102>. Acesso em: 12 ago. 2025.

### SOBRE AS AUTORAS

#### *Bianca Rihan*

Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1988-1779>

E-mail: bianca.rihan@unirio.br

#### *Sabrina Dinola*

Pós-doutoranda e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9872-2268>

E-mail: sadinola@gmail.com



# MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA ANISTIA NAS PÁGINAS DA REVISTA LAMPIÃO DA ESQUINA

## AMPLA, GERAL E IRRESTRITA?

---

*Pablo Gomes*

*Ana Cláudia Ribeiro*

*Rosana Matos da Silva Trivelato*

*Olivia Andrade Coimbra*

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar como o grupo LGBTQIA+ discutiu a anistia política, dada pela Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei de Anistia, tanto no período anterior à sua promulgação quanto nos anos subsequentes. A pesquisa segue uma abordagem quanti-qualitativa. Os procedimentos metodológicos envolvem a leitura de todos os 41 números publicados pela Revista Lampião da Esquina, com o objetivo de identificar materiais jornalísticos relacionados à Lei da Anistia Política. Além disso, os materiais são categorizados de acordo com seu nível de envolvimento com a temática, e seus conteúdos são analisados quanto à abordagem adotada. Os resultados quantitativos revelam que a revista tratou a anistia mais como um tema complementar do que como principal ou secundário, e que os materiais jornalísticos se tornaram mais frequentes após a promulgação da referida Lei. Por outro lado, os resultados qualitativos indicam que antes da promulgação da Lei, a revista abordava a anistia como algo ampla, geral e irrestrita, enquanto após a sua promulgação, passou a descrevê-la como parcial e restrita. Havia uma preocupação notável com a aplicabilidade dessa Lei em relação aos grupos minoritários, como homossexuais, mulheres, negros e indígenas. As considerações finais destacam que, embora a anistia não fosse um tema central na revista, ela estava sempre presente e foi discutida de maneira crítica, evidenciando a preocupação do grupo LGBTQIA+ em relação aos seus desdobramentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anistia política; Revista Lampião da Esquina; Imprensa alternativa; Violações de Direitos Humanos; Grupo LGBTQIA+.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze how the LGBTQIA+ movement addressed political amnesty granted by Law 6.683 of August 28, 1979, commonly known as the Amnesty Law, both in the period prior to its enactment and in the years that followed. The research adopts a quantitative–qualitative approach. The methodological procedures consisted of examining all 41 issues published by Revista Lampião da Esquina, in order to identify journalistic materials related to political amnesty. In addition, the selected materials were categorized according to their level of engagement with the topic, and their content was analyzed with respect to the perspectives adopted. Quantitative results show that the magazine treated amnesty more as a complementary theme than as a primary or secondary one, and that journalistic materials on the subject became more frequent after the law was enacted. On the qualitative level, findings indicate that before the enactment, the magazine framed amnesty as broad, general, and unrestricted, whereas afterwards it came to describe it as partial and limited. There was

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

a notable concern regarding the applicability of the law to minority groups such as homosexuals, women, Black people, and Indigenous populations. The final considerations highlight that, although amnesty was not a central theme in the magazine, it remained present and was critically debated, revealing the LGBTQIA+ movement's concern about its implications.

**KEYWORDS:** Political Amnesty; Revista Lampião da Esquina; Alternative Press; Human Rights Violations; LGBTQIA+ Movement.

### INTRODUÇÃO

Durante a ditadura militar brasileira inaugurada em 1964, diversos ataques foram dirigidos a grupos historicamente marginalizados, nos quais a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual se somava à implacável vigilância sobre os opositores ao regime. Pessoas cujas orientações sexuais ou identidades de gênero diferiam dos padrões conservadores, especialmente aqueles associados aos valores religiosos cristãos, sofreram perseguições, torturas e detenções arbitrárias.

No decorrer desse período foram construídas várias narrativas, entre as quais se destacava uma ideologia que associava o grupo LGBTQIA+ <sup>1</sup> à subversão, à clandestinidade e à suposta ameaça à estrutura familiar, à moral e aos valores tradicionais. Isso resultou na imposição de vigilância, controle e repressão sobre esse grupo.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2014, a ideologia que considerava a homossexualidade imoral e subversiva, influenciada por discursos médico-legais e valores religiosos, contribuiu para a perseguição aos LGBTQIA+ durante a ditadura militar no Brasil, embora não tenha sido a principal causa. A visão de que a homossexualidade representava uma ameaça à sociedade permeou as argumentações dos defensores do golpe de 1964 e do regime ditatorial militar, levando a políticas de perseguição direcionadas ao grupo LGBTQIA+.

As ditaduras deixam um rastro de violência cujas consequências perduram, mesmo após a transição para a democracia, tornando esse processo repleto de desafios

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa adota a sigla LGBTQIA+ para representar as diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Em 2023, é nomeada a primeira Secretaria dedicada ao desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+ durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2027).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

relacionados aos Direitos Humanos. Para lidar com esse legado de violência, surge a Justiça de Transição, que abrange um conjunto de medidas destinadas a resgatar a memória e estabelecer a verdade, com o propósito de alcançar a justiça. Seu principal objetivo é promover a reconciliação nacional e uma história oficial em nações que atravessaram períodos de violações dos direitos humanos. Dessa forma, a Justiça de Transição se baseia nos princípios de busca pela verdade, reparação, justiça, memória e engloba reformas institucionais.

No caso do Brasil, a transição política após o regime militar ocorreu de maneira gradual e sob o controle das Forças Armadas, revelando a falta de uma ruptura institucional com a cultura de violência. Essa transição resultou em um processo de justiça de transição marcado por sua morosidade e limitações, incluindo a ausência de julgamentos de agentes públicos responsáveis por crimes cometidos nesse período, resultando em uma política de esquecimento. A saída para essa transição foi marcada por acomodação e conciliação entre as elites políticas, o que inicialmente parecia apontar para a reconciliação entre os diferentes regimes políticos, por meio da Lei de Anistia. No entanto, ao longo do tempo, evidencia que esse caminho se transformou em um projeto político de esquecimento.

Esse controverso ato normativo, estabelecido durante a ditadura por meio da Lei nº 6.683 de agosto de 1979 e que ainda se mantém vigente, requer uma análise aprofundada e contínua. Nesse cenário, é imperativo investigar como o tema da anistia foi debatido em diversas comunidades de interesse, incluindo a comunidade LGBTQIA+ durante aquele período.

Nesse sentido, é relevante examinar como as discussões acerca da anistia se desdobraram e como a mídia alternativa, representada pela Revista Lampião da Esquina, refletiu esses debates no contexto político da época.

Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar como a comunidade LGBTQIA+ representou e influenciou as discussões sobre a anistia política, especialmente no período que antecedeu sua implementação e em seu seguimento. A escolha desse tema se justifica pela controvérsia em torno da Lei 6.683/1979 e pela discussão contínua sobre uma legislação que concedeu anistia tanto aos que resistiram ao regime quanto aos agentes públicos envolvidos em violações de direitos humanos

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

entre 1964 e 1985.

À luz do exposto, o artigo se concentra em compreender como a anistia política foi abordada na Revista Lampião da Esquina, especialmente considerando o interesse da comunidade LGBTQIA+, durante o período de 1978 a 1981.

Este estudo caracteriza-se como descritivo com análise no conteúdo das reportagens, notícias, entrevistas, editoriais e outros materiais publicados pela revista, buscando evidenciar a frequência e a forma com que o tema da Lei de Anistia é abordado pela publicação. Para tanto adota-se uma abordagem quanti-qualitativa, na qual a análise quantitativa se ocupa em identificar a frequência com que o tema da anistia é tratado na Lampião da Esquina, enquanto as análises qualitativas exploram mais profundamente o conteúdo de cada item analisado, procurando contextualizar o momento histórico vivenciado durante os anos da ditadura militar.

### A IMPRENSA ALTERNATIVA E A RESISTÊNCIA LGBTQIA+ NA DITADURA

A imprensa alternativa surge como um ato político em resposta à escassez de informação e à censura imposta pelos regimes autoritários. Seu objetivo principal é informar sobre assuntos e tópicos negligenciados ou censurados, bem como abordar temas evitados pela mídia *mainstream* e pelos grupos de comunicação hegemônicos. Uma análise rápida do conceito de imprensa alternativa na Enciclopédia INTERCOM de Comunicação nos permite compreender melhor essa afirmação, de que a imprensa alternativa é essencialmente um ato político. Conforme Castro (2010, p. 662):

A categoria alternativa e seu correlato na mídia sempre remete ao jornalismo feito nas décadas de 1960/70 que não pretendiam compactuar com a grande mídia e suas vinculações com o poder e a política. Como maneira de explicar e identificar tal mídia, apontavam algumas características fundamentais como posição editorial renovadora, relativa independência em relação ao poder político e à grande mídia, certa orientação combativa e militante, além de geralmente assumir tom polêmico e/ou humorístico.

Com base no conceito apresentado, entende-se a mídia alternativa buscava desvincular-se da denominada "grande mídia", frequentemente vista como cúmplice

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

ou a serviço do regime então vigente. São também características essenciais da mídia alternativa, incluindo sua autonomia em relação ao poder político, uma postura "combativa e militante" e a propensão para abordar temas polêmicos em suas reportagens (Castro, 2010).

O acervo online "Memórias da Ditadura"<sup>2</sup>, que reúne registros da história da ditadura no Brasil, enfatiza a importância crucial da imprensa alternativa na resistência ao governo militar durante aquele período. Essa mídia se destacou ao criticar o regime de maneira perspicaz, muitas vezes utilizando humor e análise política (Memórias, 2019, não paginado), proporcionando a muitas pessoas o acesso a informações sobre as ações repressivas do regime ditatorial militar.

Durante as discussões sobre a anistia, diversas campanhas ganharam destaque, sendo uma delas "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita". Essa iniciativa foi especialmente promovida pela imprensa alternativa, uma vez que a grande mídia *mainstream* estava sob rígida fiscalização e censura do governo ou precisava manter relações amigáveis com as autoridades. Conforme Araújo, Silva e Santos (2013, p. 21) destacam: "a Imprensa Alternativa foi importante divulgando bandeiras políticas que se tornaram grandes campanhas da oposição, como a campanha *Contra a Carestia* e, principalmente, a campanha pela *Anistia ampla, geral e irrestrita*".

No período da ditadura militar a imprensa alternativa surgiu abordando uma diversidade de tópicos, mas alguns jornais atraíram grupos sociais específicos. Os principais jornais e revistas alternativos da época tinham seu foco voltado para a política do regime ditatorial militar, mas também havia outras iniciativas notáveis. Um exemplo são as revistas direcionadas ao público homossexual, que, mesmo mantendo interesse na política nacional, não deixaram de explorar outros assuntos frequentemente negligenciados pela mídia convencional.

Alguns jornais alternativos ganharam destaque, abordando uma ampla gama de interesses. Alguns deles eram voltados para o público em geral, como "O Pasquim", "O Bondinho e Ex", "Opinião", "Movimento", "O São Paulo" e "Politika". Outros se concentravam nas questões das mulheres, como "Brasil Mulher", "Maria

---

<sup>2</sup> O site Memórias da Ditadura é vinculado ao Instituto Vladimir Herzog.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Quitéria", "Nós Mulheres" e "Mulherio", enquanto um jornal como "Porantim" se destacava por seu público indígena específico. Além disso, o público homossexual também tinha jornais que abordavam temas de seu interesse, como "O Snob", "Chanacomchana" e a notável "Lampião da Esquina." Esses jornais foram fundamentais na disseminação de informações e perspectivas negligenciadas pela mídia convencional.

Ao considerar a memória da imprensa alternativa voltada à comunidade homossexual, é impossível não destacar a revista "Lampião da Esquina," que ganhou notoriedade tanto durante seu período de circulação, de 1978 a 1981, devido à sua abrangência nacional, quanto atualmente, graças ao seu potencial de pesquisa, conforme apontado por Schultz e Barros (2014). A "Lampião" foi pioneira ao ser o "primeiro veículo de comunicação a abordar a homossexualidade de forma explícita sob uma perspectiva política, além de promover discussões sobre a sexualidade e defender diversas bandeiras polêmicas" (Silva, 2016, p. 10).

Sendo um meio de informação e comunicação que não estava sob controle ou não cedia às pressões do governo, a Lampião, assim como outras revistas e jornais independentes, tornou-se incômoda. Isso resultou em práticas repressivas contra a revista, que variavam desde boicotes até a abertura de inquéritos. De acordo com Quinalha (2017, p. 296):

[...] o pior não foi esse boicote econômico por parte das entidades da Administração Pública que pouco afetaria um jornal que já nascera independente, apesar das suas dificuldades econômicas permanentes. Diante da ineficácia destas medidas de boicote e da insistência dos órgãos de informação em chamar a atenção para o Lampião, a repressão passou a ocorrer de outras maneiras menos sutis.

Em uma reportagem da Lampião de março de 1979 (p. 2), a revista apresenta essas "outras maneiras menos sutis," o que posteriormente foi analisado pelo pesquisador Renan Quinalha (2017). A Revista Lampião da Esquina noticia a abertura de um inquérito pelo Ministério da Justiça contra a própria Revista Lampião, justificado pelo suposto atentado à moral e aos bons costumes. Nessa reportagem, por meio da fala de Fernando Morais, deputado estadual pelo MDB na época, fica evidente mais uma vez que a Lampião era uma revista independente, abordando

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

temas que o regime ditatorial militar considerava imorais e contrários aos bons costumes da sociedade.

O pretexto utilizado para abertura do inquérito – segundo o qual o jornal atentaria contra a moral e os bons costumes –, além de batido e cansativo, não resiste à mais superficial análise. O que de fato o governo pretende é calar mais uma voz da imprensa independente, cujo único crime é procurar refletir sobre a dramática realidade em que vivemos hoje os brasileiros (Lampião, 1979, p. 2).

A relevância da Lampião durante o regime ditatorial militar é evidenciada pela maneira como a revista se posicionou em relação à situação política e social do país, especialmente em relação à comunidade de LGBTQIA+ e outros grupos historicamente marginalizados. Conforme apontado por Alves (2015, p. 44):

Por vezes, o jornal travou sérias críticas ao sistema por ser excludente com a população gay e outras minorias, mas críticas severas também eram destinadas à população homossexual, pois precisava adquirir mais conhecimento e posicionar-se politicamente contra a maneira que o sistema os tratava (Alves, 2015, p. 44).

Essas críticas nem sempre foram expressas de maneira clara e direta nos textos. Devido ao contexto de controle e censura dos meios de comunicação em que surgiu, a Lampião da Esquina ocasionalmente recorria a figuras de linguagem, principalmente metáforas, para confundir tanto os leitores quanto o regime ditatorial militar (Schulz; Barros, 2014).

A atuação de resistência da revista estava não apenas em seu compromisso em criar conteúdo informativo para a comunidade LGBTQIA+ em um período de completa negligência e desprezo pelo tema, mas também em suas críticas diretas ao governo, como no caso da anistia. Em diversas ocasiões, o tema da anistia aparecia em notícias, entrevistas e reportagens.

A Revista "Lampião da Esquina" foi alvo de ataques e perseguições em diferentes níveis. O autor descreve duas formas de repressão sob o que ele chama de "ditadura hétero-militar". A repressão direta envolveu medidas autoritárias, como vigilância, coleta de informações e investigações financeiras, tudo com o objetivo de limitar a circulação do periódico. A repressão indireta incluiu processos contra os editores da revista, impregnados de conservadorismo moral (Quinalha, 2021, p. 4).

De acordo com o volume 2 do Relatório Final da CNV (2014) não havia um



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

órgão específico para a repressão direta e especializada contra a comunidade LGBTQIA+ durante o regime militar. No entanto, alguns órgãos desempenharam papéis significativos no monitoramento e na violência direcionada a esse grupo, incluindo o Ciex, o DOI-CODI e a Divisão de Censura e Diversões Públicas, vinculada ao Ministério da Justiça. Além disso, o SNI mantinha uma vasta rede de investigação que operava por meio de diversos órgãos nos estados.

Um documento do Centro de Informações do Exército (CIE) de abril de 1978, intitulado "Imprensa gay - 'Lampião'", expressou preocupação com o lançamento da revista, tendo sido compartilhado com outras agências de vigilância, incluindo a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ). O documento antecipava que o jornal abordaria temas considerados subversivos, desafiando a moral e a ordem estabelecida ao promover a homossexualidade como algo normal e dar voz a outros segmentos marginalizados da sociedade (Quinalha, 2021, p. 4-5).

A atuação de resistência da revista estava não apenas em seu compromisso em criar conteúdo informativo para a comunidade LGBTQIA+ em um período de completa negligência e desprezo pelo tema, mas também em suas críticas diretas ao governo, como no caso da anistia. Em diversas ocasiões, o tema da anistia aparecia em notícias, entrevistas e reportagens.

### A ANISTIA POLÍTICA

No decorrer da ditadura, após aproximadamente 15 anos, caracterizados por 17 Atos Institucionais<sup>3</sup> e uma série de violações dos Direitos Humanos por parte do Estado, incluindo mortes, desaparecimentos, prisões, torturas, exílios e censuras, o regime ditatorial militar brasileiro começou a dar os primeiros passos em direção à

---

<sup>3</sup> Foram normas expedidas pelo governo ditatorial militar, entre 1964 e 1969, e que tinham a característica de estarem acima até mesmo da Constituição Federal. Eles promoveram uma maior centralização do poder ao presidente da república. Entre as disposições mais destacadas está o poder de fechamento do Congresso Nacional, suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos eletivos, censura, entre outros.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

abertura política em 1979. Essa abertura, inicialmente descrita como "lenta, segura e gradual", não marcou o fim das graves violações dos Direitos Humanos, mas representou um avanço rumo à redemocratização do Estado brasileiro. Um dos eventos mais significativos no início desse processo foi a promulgação da Lei 6.683/79.

Contrariando a vontade do regime ditatorial militar, os movimentos sociais deram início a campanhas em prol de uma anistia ampla, geral e irrestrita. É importante ressaltar que nesses movimentos, não se pleiteava a anistia para os responsáveis pelas graves violações dos Direitos Humanos (Meyer, 2016). Por outro lado, o Projeto de Lei nº 14 de 1979, apresentado pela Presidência da República, no âmbito do regime ditatorial militar, tinha a intenção de limitar a anistia, excluindo aqueles que haviam sido condenados por "crimes de terrorismo".

Uma anistia que não contemplava crimes caracterizados como de terrorismo e que perdoava os chamados crimes conexos estava muito distante da tão desejada *Anistia ampla, geral e irrestrita*, slogan que se transformou em uma legenda da mobilização política de 1978 e de 1979 (Rodeghero, 2009, p. 132. destaque do autor)

Somente após a apresentação de 305 emendas parlamentares e a aceitação de 67 delas, foi possível chegar ao texto final que recebeu a aprovação do Congresso Nacional e foi encaminhado para promulgação pelo presidente João Figueiredo (Souza, 2012). No entanto, o presidente Figueiredo fez um veto parcial ao texto aprovado pelo Congresso. No artigo primeiro do texto final, ele retirou a expressão "e outros diplomas legais" (Figueiredo, 1979, p.14).

De acordo com Dutra e Loureiro (2012, p. 4), a intenção do trecho mencionado anteriormente era "ampliar a anistia para os servidores que foram politicamente punidos, mas não com base nos Atos Institucionais e Complementares". Por outro lado, Figueiredo (1979, p. 14) argumentou que a inclusão do trecho vetado poderia conferir à lei um alcance excessivo, que não estaria em consonância com o espírito da anistia política. Ele explicou ainda que os servidores, tanto civis quanto militares, já estavam abrangidos pela parte inicial do mesmo artigo. Esses detalhes destacam o grau de minúcia nas negociações que culminaram na promulgação da Lei de Anistia no Brasil.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita ganhou ímpeto com a fundação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs)<sup>4</sup>. No entanto, é importante destacar que a lei não abordou três pontos essenciais nas reivindicações dos CBAs: (i) o reconhecimento das mortes e desaparecimentos; (ii) a responsabilização dos agentes do Estado pela tortura; e (iii) a ausência de reciprocidade, como apontado por Rodeghero (2009, p. 138).

Conforme observado por Rodeghero (2009), a ausência desses três elementos essenciais na Lei de Anistia influenciou no que se refere ao esquecimento, transformando a lei em um instrumento de apagamento da memória. Ao não reconhecer as mortes e desaparecimentos, não responsabilizar os agentes envolvidos e não estabelecer a reciprocidade, o Estado pareceu evitar assumir sua responsabilidade e direcionar a quem a Lei serviria. Esse fato evidencia como o regime ditatorial militar conseguiu controlar o processo de promulgação e implementação da Lei de Anistia, influenciando profundamente a maneira como ela afetaria a prática e a memória coletiva.

O tema da anistia é objeto de disputas no passado e no presente. Implica leituras políticas, mas também etimológicas, que mobilizaram debates políticos e acadêmicos diversos. Essas disputas remetem aos antecedentes da lei, situados no contexto de lutas por uma anistia ampla, geral e irrestrita que mobilizou os setores de oposição à ditadura em meados dos anos 1970, com destaque aos Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e Comitês Brasileiros de Anistia (CBAs) (Silva, 2021, p. 52).

Segundo Silva (2021, p. 53), a Lei n. 6.683, aprovada em agosto de 1979, não atendeu completamente às demandas de vários setores da sociedade. Além disso, a ditadura aproveitou a oportunidade para promulgar uma autoanistia que beneficiou seus próprios agentes.

É notório que, apesar de ter surgido como uma demanda social e contrariado

---

<sup>4</sup> Os Comitês Brasileiros pela Anistia foram sociedades civis independentes localizados em vários estados brasileiro e em Paris (França). Eram formados por advogados e familiares e amigos dos presos políticos. Esses comitês tinham por objetivo a luta pela anistia geral, ampla e irrestrita (Fundação, 2019). Outra iniciativa de destaque para a luta pela anistia foi o Movimento Feminino pela Anistia. De acordo com Vargas (2008, p.1) esse movimento “iniciou em 1975 na cidade de São Paulo, idealizado por Terezinha Zerbini, e teve como objetivo a conscientização das entidades de classe e organizações civis sobre a importância da concessão da anistia aos presos políticos e exilados”.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

a vontade do regime ditatorial militar, a anistia acabou sendo manipulada em favor desse regime e continua a ter impactos nos âmbitos social, político e jurídico. Um dos principais pontos de controvérsia diz respeito à falta de responsabilização dos agentes do Estado. Uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), nº 153, foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal com o argumento de que o Estado não deveria ter a capacidade de se autoanistiar. No entanto, durante o julgamento da ADPF, o STF concluiu, por maioria de votos, que "não cabe ao Poder Judiciário revisar o acordo político que resultou na anistia de todos aqueles que cometeram crimes políticos e conexos durante a transição do regime ditatorial militar para a democracia no Brasil" (Brasil, 2010, online).

Apenas dois ministros votaram a favor da revisão da Lei 6.683/79, argumentando que a anistia não havia sido verdadeiramente ampla, geral e irrestrita. Portanto, o acordo não teria sido integralmente cumprido (Brasil, 2010). No entanto, as discussões sobre a Lei de Anistia não se limitam ao campo jurídico, ecoando também em campos como memória e verdade como indicado por Rodeghero (2009, p. 138).

Os efeitos da autoanistia continuam impedindo a detenção de qualquer agente da repressão envolvido nas graves violações dos direitos humanos, apesar do reconhecimento oficial do Estado quanto à sua responsabilidade por esses abusos. Conforme argumenta Ricoeur (2007, p. 459), essa lei atua como um mecanismo de "amnésia controlada" com raízes profundamente enraizadas na política, deixando cicatrizes psicológicas e sociais relacionadas a um passado recheado de proibições. Ela interrompe de maneira abrupta todos os processos judiciais, levando à supressão da memória e à negação de que qualquer incidente tenha ocorrido. Em diversas situações, essa política de esquecimento é ainda mais fortalecida, pois "reforça os abusos da memória que buscam equilibrar os abusos do esquecimento" (Ricoeur, 2007, p. 507).

A autora Mezarobba (2009, p. 114) destaca os obstáculos que os regimes repressivos provocam durante o processo de transição e accountability. Um desses desafios se manifesta por meio das anistias, as quais, em um primeiro momento, podem desempenhar um papel significativo na facilitação da mudança de regime,

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

frequentemente resultando de negociações entre as lideranças que deixam o poder e aquelas que assumem o novo governo. No entanto, é importante reconhecer que persistem resquícios autoritários que perduram mesmo após a mudança de regime.

No contexto da controversa lei de anistia parcial e restrita, um caso de particular relevância para esta pesquisa é a aplicação da Lei de Anistia aos homossexuais que foram vítimas da arbitrariedade do regime ditatorial militar durante aquele período. Em um estudo conduzido por Langaro (2019), é evidenciada a maneira tendenciosa pela qual a anistia não era concedida a pessoas LGBTQIA+ por não reconhecerem a LGBTQIA+fobia como uma forma de perseguição política.

No decorrer do processo de análise dos pedidos pela comissão de anistia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), os funcionários eram submetidos a exames médicos, psiquiátricos e psicológicos (exame de saúde) a fim de determinar a aptidão do solicitante para retornar às suas funções. No entanto, é importante destacar que, na avaliação de saúde, a orientação sexual desempenhava um papel preponderante no resultado. Langaro (2019, p. 59) identificou casos em que os laudos incluíam observações como "maneirismos de fala, expressão e gestos compatíveis com a homossexualidade" (p. 58). Isso sugere que a orientação sexual era levada em consideração ao avaliar o "risco" que a pessoa representaria para a instituição, seja em caso de reintegração ou de permanência fora do cargo. Em um caso negado pela comissão, a autora relata:

Com diagnóstico de "transtorno de esquizoide da personalidade" foi considerado "incapaz para o fim a que se destina". Embora os assentamentos pessoais do funcionário não registrassem ocorrências negativas em sua conduta funcional, a comissão, à vista do parecer médico, decidiu informar que sua reversão não atenderia os interesses da Administração [...].

Com base no diagnóstico de "transtorno de esquizoide da personalidade" e a consideração de que ele estava "incapaz de cumprir seu propósito", o funcionário homossexual foi julgado inadequado para o cargo. É importante ressaltar que não havia registros de conduta funcional negativa em seu histórico pessoal. No entanto, a comissão, baseada no parecer médico, concluiu que sua reintegração não serviria aos interesses da Administração Pública.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos foram delineados com o principal objetivo de investigar a maneira pela qual a comunidade homossexual abordou e participou das discussões acerca da anistia política no Brasil durante o período de 1978 a 1981, usando a Revista Lâmpião da Esquina como fonte de análise. Nesse contexto, selecionamos os artigos jornalísticos publicados na revista que de alguma forma abordavam ou discutiam a questão da anistia.

A análise de conteúdo foi iniciada com uma leitura minuciosa de todas as edições, abrangendo tanto os números sequenciais da revista quanto três edições especiais. No total, compuseram o corpus de análise um conjunto de 41 números da publicação. Vale destacar que o Grupo Dignidade fornece essas edições em formato digital e virtual<sup>5</sup>.

Em uma fase subsequente, os artigos jornalísticos foram classificados de acordo com sua relação intrínseca e grau de envolvimento com o tema da anistia, considerando a profundidade com que tratavam do assunto. Para essa tarefa, implementamos um sistema de categorização que incluiu três segmentos distintos:

- a) *Tema Principal* - englobando os materiais em que a anistia figurava como elemento central e predominante;
- b) *Tema Secundário* - compreendendo os materiais em que a anistia desempenhava um papel significativo, embora não fosse o tema central;
- c) *Tema Complementar* - abrangendo os materiais em que a anistia era mencionada, mas não ocupava o papel de destaque, nem mesmo secundário na narrativa.

Após essa categorização dos artigos jornalísticos, a etapa seguinte envolveu uma análise de conteúdo, cujo propósito era identificar os temas discutidos e examinar como a anistia política era abordada em cada edição da revista. Com o intuito de facilitar essa análise e identificar os tópicos mais recorrentes nas discussões da comunidade homossexual, procedemos à atribuição dos conteúdos das

---

<sup>5</sup> <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

mensagens às respectivas categorias de tópicos.

Esse procedimento foi executado por meio de uma tabela que continha informações destinadas a facilitar a futura localização dos materiais. Essas informações englobam o título, um resumo do conteúdo, o contexto em que a anistia era mencionada no material jornalístico e, por fim, a categoria de tópico correspondente.

Sublinha-se que, ao mencionar a "anistia" na Revista Lampião da Esquina, estávamos nos referindo de forma específica à anistia política. Antes de 28 de agosto de 1979, essa anistia política era percebida como uma das estratégias adotadas pelo Poder Executivo para promover a abertura política gradual no país. Posteriormente, esse conceito se tornou amplamente reconhecido devido ao Projeto de Lei nº 14 de 1979, elaborado pela Presidência da República, que culminou na criação da Lei 6.683/79, também conhecida como Lei da Anistia. É imperativo estabelecer essa diferenciação, visto que o termo "anistia" pode ser empregado em diversos contextos, como em referência a anistias em outros países ou à organização Anistia Internacional.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após do corpus de análise dos dados, foram identificados 32 materiais jornalísticos que mencionavam o termo "anistia," sendo que um deles foi republicado em uma edição extra da Revista Lampião da Esquina. Portanto, o corpus de análise consistiu em 31 materiais, após a exclusão da matéria republicada.

Os procedimentos de coleta e organização dos dados envolveram a categorização dos materiais em relação ao seu tópico, a saber: a) tópico principal; b) tópico secundário; e c) tópico auxiliar. Os resultados dessa categorização revelaram que 71% dos materiais abordavam a anistia apenas como tópico auxiliar, ou seja, citavam a anistia em algum ponto da matéria analisada, mas não a destacavam como conteúdo central. Apenas 16% tratavam a anistia como tópico principal, enquanto 13% a abordavam como tópico secundário.

Pensando em uma análise sobre a recorrência dessas publicações ao longo do tempo, observa-se que somente após a publicação da Lei 6.683, em agosto de



## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

1979, a anistia se tornou mais presente, representando 65% do total. Uma edição que merece destaque é a edição 19, de dezembro de 1979, com a anistia em destaque na capa. No entanto, a edição com o maior número de materiais jornalísticos foi a edição 17, de outubro de 1979.

**Figura 1:** Edição 19, de dezembro de 1979



Fonte: Lampião da Esquina (1979, ed. 19)

A partir da análise dos conteúdos dos artigos selecionados, percebe-se que a Lampião da Esquina já apresentava em seu editorial de abertura na edição 0, de abril de 1978, que o contexto de seu surgimento se dava em um cenário de abertura política. Os editores se referiam ao Estado totalitário que se instalara no Brasil com a Ditadura Militar de 1964. A anistia aparece, já nessa edição, como um contexto

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

político e social no qual a revista estava inserida.

O quadro a seguir apresenta os resultados das coletas de dados nos números publicados na edição de 1978.

**Quadro 1:** Edição de 1978

Edição	Incidência sobre anistia
Edição Experimental, n. 0, abr. 1978.	Essa edição retrata sobre os “ventos favoráveis” em direção à liberalização política no Brasil, especialmente durante um ano eleitoral. A imprensa noticia promessas de um governo menos rígido, a possível criação de novos partidos e uma anistia. No entanto, o autor questiona a necessidade de um jornal voltado para a comunidade homossexual. (Saindo do Gueto, 1978, p.2)
v.1, n.1, maio-jun. 1978	Sem incidência.
v. 1, n. 2, jun.-jul. 1978	Essa edição explica que na semana do Movimento de Convergência Socialista, ocorreram discussões sobre problemas políticos em São Paulo, mas a poluição não diminuiu. O foco foi a elaboração de uma plataforma para um possível Partido Socialista Brasileiro, abordando questões como anistia, Constituinte, liberdades sindicais e a inclusão de problemas relacionados às “minorias” (mulheres, negros, índios e homossexuais) no debate, o que foi inesperado. (Estão querendo convergir. Para onde?, p.9).
v.1, n.3, ago. 1978	Sem incidência.
v.1, n.4, set. 1978	Esta edição menciona o discurso de um candidato que apoia a anistia da “Lei Falcão” e outras questões políticas. Também descreve a vida controlada de um estudante que tem sua correspondência vasculhada pela família, levando a uma situação de privação de liberdade. Isso é visto como uma violação dos direitos humanos. (Cavafi, o poeta do prazer, p. 16).
v.1, n.5, out. 1978	Sem incidência
v.1, n.6, nov. 1978	Sem incidência
v.1, n.7, dez. 1978	Sem incidência

Fonte: Resultados da pesquisa. Lâmpião da Esquina (1978).

Esses trechos extraídos da Revista Lâmpião da Esquina, sobretudo da Edição Experimental de abril de 1978, representam o contexto político e social da época e a percepção em relação à anistia. As citações iniciais apontam para um período de expectativas relacionadas à liberalização no Brasil, abordando promessas de anistia, a criação de novos partidos e a possível abertura política. No entanto, o questionamento “Mas um jornal homossexual, para quê?” destaca a resistência e estigmatização que as publicações homossexuais enfrentaram naquela época, destacando a necessidade de um espaço para discutir abertamente questões relacionadas à orientação sexual.

Nas edições posteriores, o conceito de anistia “ampla, geral e irrestrita” é

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

mentionado, ressaltando a importância da extensão dessa anistia para diferentes grupos, incluindo homossexuais, mulheres, negros e outras minorias. Também destaca a necessidade de uma anistia que vá além do perdão aos presos políticos.

Ademais, foi observada uma mudança na terminologia usada para se referir a anistia. Até a edição número 18, de novembro de 1979, a anistia era frequentemente acompanhada e/ou qualificada pelos termos "ampla, geral e irrestrita", como exigido pelos movimentos sociais (Rodeghero, 2009; Araújo; Silva; Santos, 2013). Contudo, na edição número 19, de dezembro de 1979, ocorre uma mudança na forma de referir-se à anistia. Em uma matéria intitulada "Anistia apoia homossexuais", os termos anteriormente mencionados são questionados de maneira mais incisiva. Na mesma edição, em uma matéria chamada "Quanto vale o negro no Brasil?", o termo utilizado é "restrita e parcial", indicando uma mudança na forma como a comunidade de homossexuais qualificava e percebia a anistia.

A partir da edição comentada anteriormente, a número 19, até o encerramento da revista em 1981, observou-se a repetição e surgimento de termos como "parcial e restrita", "parcial, de acordo com o regime militar" e "semi-anistia". Todas essas formas de se referir a anistia estabelecida pela Lei 6.683/79 refletem um descontentamento em relação à aplicação da lei e à sua abrangência em relação aos indivíduos que deveriam se beneficiar dela.

Essa preocupação surge em diversos momentos nas edições da revista. Na edição número 10, de março de 1979, em uma reportagem que aborda a internação de Galdino Jacinto (ex-líder religioso diagnosticado como "doente mental") devido às suas práticas de cura por benzimento, já se manifesta uma inquietação em relação à extensão da anistia prometida pelo regime ditatorial militar, que parece ser limitada. Isso fica evidente no seguinte trecho: "Além de ser restrita - como foi prometida - não se estenderá às pessoas que o regime considerou loucas" (Lampião, 1979).

A contar dessa edição, a Lampião da Esquina começa a abordar discussões e reflexões sobre a aplicabilidade da Lei 6683/79 às minorias, como se observa em diversos trechos da revista. Surge a preocupação em relação à extensão da anistia, que deveria ser ampla, geral e irrestrita para abranger os homossexuais, negros, mulheres, pobres e favelados. Esses grupos são identificados como alvos da

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

repressão por parte do regime ditatorial militar, frequentemente detidos ou vítimas de violência sob o pretexto de manter a ordem e moral na sociedade brasileira, conforme a perspectiva do Estado repressor.

**Quadro 2:** Edição de 1979

Edição	Incidência sobre anistia
v. 1, n.8, jan. 1979	Sem incidência
v. 1, n.9, fev. 1979	Sem incidência
v. 1, n.10, mar. 1979	A edição destaca a preocupação com laudos periciais psiquiátricos questionáveis que levaram médicos a serem cúmplices de práticas antiéticas. Ressalta o caso de Aparecido Galdino, preso e declarado louco pelos psiquiatras, o que o impede de ser beneficiado pela anistia. A nota do CADEP é considerada oportuna. (Contra a loucura de ocasião, p. 4).
v. 1, n.11, abr. 1979	Amigos de Trifonov temem por sua sobrevivência nos campos de trabalhos forçados na União Soviética. Para ajudá-lo, estão buscando ampla divulgação internacional e encorajando protestos e cartas para embaixadas, consulados e organizações internacionais. (traduzido da revista Chnstopher Street", por João Slhrérlo Trevhan) (Trifonov, um poeta na Sibéria, p.4) A "entrevista foi mágica", abordando assuntos desde temas populares até a anistia ampla e irrestrita. A mensagem principal é que cada pessoa deve pensar por si mesma, respeitando suas escolhas, evitando qualquer forma de violência. (Liberação? Cada um cuide da sua, p.5). Durante um evento no Centro Candido Mendes, 347 mulheres debateram questões gerais, incluindo política nacional, igualdade salarial e a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita. O foco não era o feminismo, mas sim preocupações comuns. (No Rio e São Paulo, mulheres em assembleia: Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho, p.9).
v. 1, n.12, maio 1979	Sem incidência
v. 1, n.13, jun. 1979	Acho que seriam muito propícios, artigos sobre anarquismo existencialismo, estruturalismo e, até mesmo, sobre as possibilidades de sistemas capitalistas ou socialistas com total liberdade sexual (tem que ser ampla e irrestrita, que nem anistia) (Liberdades sexuais, p.18). A edição sugere a escrita de artigos abordando temas como anarquismo, existencialismo, estruturalismo e a viabilidade de sistemas capitalistas ou socialistas com total liberdade sexual, semelhante à ideia de anistia. (Liberdades sexuais, p.18).
v. 1, n.14, jul. 1979	Uma conferência internacional sobre anistia e liberdades democráticas no Brasil ocorreu na Câmara dos Deputados italiana. Três entidades brasileiras, incluindo a Comissão Justiça e Paz, participaram, mesmo sem estar presentes em Roma. A anistia ainda era incerta no Brasil naquele momento. (Anistia, confete e serpentinas, p.7). O texto fala sobre a iminente anistia no Brasil e a volta de Leonel Brizola. Ele é encorajado a não esquecer os trabalhadores e a promover liberdade e democracia, esperando que suas ideias não sejam conservadoras. (Bixórdia, 15).

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

v. 1, n.15, ago. 1979	<p>O FAGC buscou a legalização, que foi negada pelo Ministério do Interior espanhol. Eles recorreram ao Conselho da Europa e relataram o caso à Anistia Internacional em Londres, alegando violação dos direitos humanos pelo governo espanhol. (Gueis, um: polícia, zero, p.4)</p> <p>A edição destaca que os esquadrões da morte na Baixada Fluminense atacam principalmente pessoas pobres e negras. Aborda também que as prisões estão cheias de presos políticos, muitos dos quais são detidos por motivos raciais, e reivindica a libertação dos negros presos, que muitas vezes são injustamente categorizados como presos comuns dentro do sistema de opressão racial. (Qual é o lugar dos negros no Brasil, p. 10).</p>
v. 1, n.16, set. 1979	<p>O SOMOS se manifesta por meio de entrevistas, cartas públicas e contato com jornais alternativos, compartilhando sua experiência e posições. Eles mantêm contato com pessoas de diferentes estados e cidades que se assemelham às suas reuniões gerais. (Organização e métodos, p.9)</p>
v. 1, n.17, out. 1979	<p>As mulheres e feministas se recusaram a aceitar a anistia do governo e se unem à luta por uma anistia ampla e irrestrita, defendendo a liberdade de organização, manifestação, associação e greve, bem como o direito de professar qualquer crença ou ideologia. A liberdade de organização é essencial para construir um movimento feminista autônomo na luta contra a opressão. (Anistia para as mulheres, p. 2).</p> <p>A edição levanta questões sobre quem define o "abuso de poder" e a extensão da anistia, especialmente em relação aos presos comuns. Grupos em São Paulo estão explorando o sistema prisional, incluindo o Movimento Negro, ex-presidiários, advogados, o Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) e outros. (Que tu tenhas seu corpo, p. 5).</p> <p>O texto descreve a cena noturna no Recife, onde o movimento "guri" é ativo e visível, frequentando boates e bares nas noites de sexta e sábado. O autor destaca a descontração e a presença marcante desse grupo na cidade. (Recife, p. 6)</p> <p>No contexto da anistia, favelados e negros continuam ausentes desse benefício. O Quilombo, ciente da realidade dos sambistas, reafirma sua presença na comunidade retomada. (RUBEM CONFETE, No Quilombo o samba é pra valer, p. 15).</p>
v. 1, n.18, nov. 1979	<p>Há uma conexão entre os eixos mencionados e a nova política do Presidente Figueiredo, que inclui uma anistia restrita e uma reformulação partidária, com o objetivo de enfraquecer os movimentos populares reivindicativos. (Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – Boletim Informativo – páginas 8 a 10 – setembro/79). (Quanto vale o negro brasileiro?, p.8).</p>
v. 1, n.19, dez. 1979	<p>Durante o 12º Conselho Internacional da Anistia Internacional, foi decidido que pessoas presas por defender a causa homossexual seriam consideradas prisioneiras de consciência. A Anistia Internacional busca uma anistia verdadeiramente ampla e irrestrita, indo além dos benefícios destinados apenas aos filhos da classe média, para incluir pessoas marginalizadas e desfavorecidas. (Anistia apoia homossexuais, Aguinaldo Silva, p. 5).</p>
Extra, n.1, dez. 1979	<p>Republicou a matéria "Quanto vale negro brasileiro?"</p> <p>Republicou a matéria do Fernando Gabeira com 2 trechos que citam anistia. As prisões, portanto, estão cheias de presos políticos porque a prisão por motivos raciais é uma prisão política: e é por isso que nós reivindicamos, também, nessa tal de anistia ampla, irrestrita e coisa e tal, a liberação dos negros presos, que estão aí falsamente definidos como presos comuns; isso é mais uma safadeza dentro de todo este sistema de opressão ao negro. Qual é o lugar dos negros no Brasil? Abdias Nascimento responde, 1978, p. 12)</p>



## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

	A edição republicou uma matéria de Fernando Gabeira com dois trechos que mencionam a anistia. Neles, aborda-se a ideia de que as prisões estão cheias de presos políticos, incluindo negros, devido a razões raciais, e reivindica-se a liberação dos negros presos falsamente categorizados como presos comuns em busca de uma anistia ampla e irrestrita. A questão central é o lugar dos negros no Brasil. Abdias Nascimento responde, 1978, p. 12)
Extra, n.1, dez. 1979	Sem incidência

Fonte: Resultados da pesquisa. Lampião da Esquina (1979).

As citações apresentadas nesse quadro referentes às edições de 1979, mantém sua relevância na reflexão dos acontecimentos políticos, sociais e culturais da época, destacando a importância da questão da anistia. A revista continua a discutir a necessidade de uma anistia verdadeiramente “ampla, geral e irrestrita”. Além disso, critica a anistia restritiva prometida e argumenta que a anistia deve abranger não apenas os presos políticos, mas também as pessoas oprimidas por motivos raciais e de gênero, como os negros e as mulheres, incluindo também aqueles que foram estigmatizados e nomeados pelo regime como “loucos”. A busca por uma anistia abrangente permanece como um tema central e incontornável.

Um exemplo que ilustra a atuação do regime ditatorial militar e a preocupação dos grupos minoritários encontra-se também na edição número 15, de agosto de 1979, na entrevista de Abdias Nascimento intitulada “Qual é o lugar do negro no Brasil?”. Em uma de suas respostas, ele menciona a necessidade da anistia “ampla, irrestrita e afins” abranger os negros que foram presos, sendo injustamente classificados como presos comuns. Abdias argumenta que essa forma de classificação constitui uma forma de opressão aos negros.

A maneira pela qual os editores inicialmente se referiam à anistia como “ampla, geral e irrestrita” e, posteriormente, como “restrita e parcial” ou “semi-anistia”, evidencia uma preocupação específica em relação aos grupos minoritários. Isso é notável pelo fato de que a segunda forma de se referir à anistia era frequentemente utilizada em materiais que abordavam questões relacionadas aos afrodescendentes, indivíduos LGBTQIA+ e pessoas envolvidas na prostituição. Esta abordagem representou uma das estratégias empregadas pelos editores e jornalistas da revista para questionar a amplitude da lei promulgada pelo Estado.

Na edição número 17, datada de outubro de 1979, na reportagem intitulada



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

"'Que tu tenhas teu corpo': (habeas corpus)", levanta-se a indagação sobre se a Lei de Anistia beneficiaria principalmente a classe média, enquanto deixaria de lado os pobres e negros. Um trecho desta matéria apresenta uma pergunta contundente: "A anistia, agora reivindicada, será verdadeiramente a mais abrangente possível ou estará se restringindo aos filhos da classe média que foram perseguidos?".

É importante ressaltar a crescente preocupação com a aplicação da Anistia em relação a grupos minoritários, tais como afrodescendentes, LGBTQIA+, mulheres, pobres e favelados. Isso evidencia o compromisso da revista em abordar questões de direitos coletivos, ao mesmo tempo em que suscita questionamentos sobre se a anistia realmente contemplaria esses grupos historicamente marginalizados.

Esse questionamento surgiu imediatamente após a promulgação da Lei de Anistia, evidenciando o compromisso da revista em monitorar a sua implementação, quer fosse de forma "ampla, geral e irrestrita", quer de maneira "parcial e restrita". Isso fica ainda mais explícito com o veto presidencial à lei, executado pelo Presidente Figueiredo em 1979.

A mudança da terminologia usada para descrever a anistia ao longo do tempo, passando da formulação "ampla, geral e irrestrita" para a designação "restrita e parcial," reflete as mudanças na compreensão e nas expectativas em relação à anistia. Essa transformação linguística apresenta o aumento do descontentamento em relação à abrangência da Lei de Anistia e às suas implicações para grupos minoritários.

É interessante notar que a anistia só se tornou um tópico significativo nos materiais jornalísticos após a promulgação da Lei de Anistia em agosto de 1979. Essa mudança reflete o impacto dessa legislação na sociedade e na cobertura jornalística da época, podendo indicar que a anistia não era retratada antes desse evento.

Outro aspecto relevante que surgiu na análise foi a presença da anistia em contextos literários. Em duas matérias, a anistia é mencionada como um tema em livros recentemente lançados. O primeiro deles é "Oficial da Noite", escrito por Jefferson Barros, no qual uma das personagens retorna ao Brasil antes da anistia. O segundo livro é uma autobiografia de Márcio de Melo, que relata sua experiência como prisioneiro durante o regime ditatorial militar.

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

A anistia foi utilizada como uma figura de linguagem em várias reportagens, refletindo diferentes interpretações e associações que variam desde desejos sensuais até conceitos de liberdade e tolerância. Sugestão de reescrita: Isso pode ser observado na crônica de João Gilberto Noll, que descreve a experiência de um personagem que, ao urinar ao ar livre, depara-se com uma placa onde se lê a palavra "ANISTIA". Diante dessa cena, o personagem demonstra um entusiasmo corporal explícito, sugerindo uma forma de atração erótica vinculada à ideia de anistia política. Essa representação da anistia assemelha-se à abordagem de Castro (2010), que observa que a mídia alternativa utiliza frequentemente um tom humorístico em suas produções de conteúdo.

**Quadro 3:** Edição de 1980

Edição	Incidência sobre anistia
Ed.Extra, n.3, 1980	Sem incidência
v.2, n.20, jan. 1980	Sem incidência
v. 2, n.21, fev. 1980	Sem incidência
v.2, n.22, mar. 1980	Reportagem traz uma crítica aos desfiles de carnaval de 1980. A anistia surge na crítica das temáticas abordadas pelas escolas de samba. Nesse momento o autor da reportagem questiona se a comunidade das escolas de samba precisa abordar temas supérfluos para agradar aos "donos do poder", "Então um crioulo de Madureira não pode falar na conquista da lua, da anistia ou da independência dos países africano" (Esquerda, direita, um dois, p. 2) Reportagem escrita em formato de carta pelo, ainda exilado, Herbert-Daniel de Carvalho. Ele disserta sobre o seu caso de exilado que, mesmo meses após a Lei de Anistia, ainda está exilado. coloca que colocar a anistia como apenas um dispositivo jurídico é "referendar a velha política da ditadura, que sempre tratou seus oponentes como criminosos". (O que e isso, companheiros?, p.19).
v.2, n.23, abr. 1980	Reportagem opinativa sobre os movimentos de direita e esquerda no Brasil e como os homossexuais são vistos e representados por esses. A anistia "parcial e restrita" aparece como uma indicação de temática que apareceu no carnaval de 1980 (Esquerda, direita, um dois, p. 2). Texto literário, crônica, que usa a anistia como uma alegoria. Em determinado momento um dos personagens resolve "mijar" em um local e vê a inscrição ANISTIA. Nesse momento ele lembra daqueles que ainda estão presos (Domingo sem néctar, p. 20)
v.2, n.24, maio 1980	O Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro responde a uma reportagem da Lâmpião da Esquina de março de 1980, esclarecendo que não censuraram Herbert Eustáquio de Carvalho no II Congresso pela Anistia e negam discriminação devido à sua orientação sexual. Além disso, o Comitê criticou a anistia, considerando-a parcial por parte do regime militar. (CBA explica, p.14).
v. 2, n. 25, jun. 1980	Sem incidência

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

v. 2, n. 26, jul. 1980	<p>Notícia sobre o I Encontro Brasileiro de Grupos de Homossexuais Organizados e as discussões que foram pauta desse encontro. A anistia aparece como uma indicação da importância do Movimento pela Anistia incluir a questão do homossexual cassado. (Autonomia ou não, eis a questão, p. 10)</p> <p>Reportagem sobre a ação violenta da polícia de São Paulo contra homossexuais, principalmente os travestis e prostitutas, sob o pretexto de uma limpeza da cidade vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral. A anistia aparece num primeiro momento para ilustrar o cenário político de uma "semi-anistia". Numa segunda aparição referindo-se a necessidade de acionamento do Comitê Brasileiro de Anistia para resolver um problema de prisão arbitrária de um cidadão por não ter mostrado a carteira de trabalho assinada (São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti, p.18).</p> <p>Reportagem sobre o delegado Deraldo Padilha que ficou conhecido no Rio de Janeiro pelas suas ações violentas. A anistia é comentada sobre a possibilidade de anistia desse delegado, mas que foi afastado pelo AI-5. Há então uma fala de preocupação de uma análise do pedido de anistia pela Comissão de Anistia do Rio de Janeiro. (Deraldo Padilha: perfil de um delegado exibicionista, p. 19)</p>
v.2, n.27, ago. 1980	Sem incidência.
v. 2, n. 28, set. 1980	Sem incidência.
v. 2, n. 29, out. 1980	Sem incidência.
v. 2, n. 30, nov. 1980	Sem incidência.
v. 2, n. 31, dez. 1980	Sem incidência.

Fonte: Resultados da pesquisa. Lampião da Esquina (1980).

A anistia também se associou à cultura e ao lazer em duas reportagens, nas edições de números 22 e 23, de março e abril de 1980, respectivamente. Isso ocorreu porque, nesse ano, um dos temas envolvidos pelas escolas de samba foi a anistia. Ambas as reportagens questionam a repercussão negativa em relação às escolas de samba tratando desse tema. Como se a temática fosse elitista ou não se enquadrasse em um evento cultural de entretenimento. Em certo ponto, alguém comenta: "*Então, um crioulo de Madureira não pode falar sobre a conquista da lua, a anistia ou a independência dos países africanos*"(grifo nosso).

A anistia nem sempre foi abordada de maneira direta, mas muitas vezes se manifestou como uma figura de linguagem em textos. Uma instância notável disso ocorreu em uma reportagem que explorava destinos turísticos acolhedores para a comunidade LGBTQIA+. Nesse contexto, o autor utilizou a expressão "mais soltos do que o pensamento de um anistiado" para ilustrar a sensação de liberdade com que as pessoas percorrem as ruas de Recife.

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

**Quadro 4:** Edição de 1981.

Edição	Incidência sobre anistia
v. 3, n. 32, jan. 1981	Sem incidência.
v. 3, n. 33, fev. 1981.	Sem incidência.
v. 3, n. 34, mar. 1981.	Sem incidência.
v. 3, n. 35, abr. 1981.	Sem incidência.
v. 3, n. 36, maio 1981.	Notícia para avisar que Deraldo Padilha foi anistiado e que foi reintegrado ao cargo. Faz um aviso que se algum homossexual o encontrar, que "coce sempre o saco ao falar com ele" (Wanted!: Deraldo Padilha, p. 5).
v. 3, n. 37, jun. 1981.	Entrevista com Rolando e Luís Antônio [estrelas brasileiras em Paris] que estiveram no Brasil para alguns Shows. A anistia aparece como uma pergunta sobre um episódio anterior, pré anistia, em que os artistas foram convidados para fazer um show ao Comitê Brasileiro pela Anistia e em seguida censurados por serem homossexuais (Estrelas brasileiras em Paris, p.9).

Fonte: Resultados da pesquisa. Lâmpião da Esquina (1981).

Nas edições de 1981 da revista "Lâmpião da Esquina", observa-se uma notável redução na frequência da palavra "anistia". Nos números de janeiro (v. 3, n. 32), fevereiro (v. 3, n. 33), março (v. 3, n. 34) e abril (v. 3, n. 35), não se faz menção à anistia. Já na edição de maio (v. 3, n. 36), é relatada a anistia concedida a Deraldo Padilha, que foi reintegrado ao seu cargo. No entanto, constata-se que nesse relato está presente uma observação ofensiva relacionada à sua orientação sexual, o que demonstra a continuação do preconceito e da discriminação na sociedade da época. A observação ofensiva em relação à orientação sexual de Padilha ilustra claramente o preconceito e a discriminação que ainda perduravam.

A edição de junho (v. 3, n. 37) inclui uma entrevista com Rolando e Luís Antônio, estrelas brasileiras em Paris. A entrevista destaca um episódio pré-anistia em que eles foram convidados e, posteriormente, censurados devido à sua orientação sexual ao se apresentarem para o Comitê Brasileiro pela Anistia. Esse episódio revela o clima hostil de preconceito e discriminação, mesmo após a anistia. Ele ilustra como a orientação sexual das pessoas continuava sendo usada como justificativa para censura e exclusão, mesmo em contextos em que se esperava apoio à causa da anistia. O fato de terem sido inicialmente convidados e, posteriormente, censurados devido à sua orientação sexual constata como a homofobia e o estigma eram obstáculos à aceitação e igualdade da comunidade LGBTQ+ na sociedade.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

A entrevista de Rolando ressalta a importância de reconhecer que a luta por Direitos LGBTQ+ está intrinsecamente ligada a outras batalhas, como a busca por anistia e direitos coletivos. Ela demonstra que a luta contra a discriminação vai além das leis, exigindo uma transformação cultural e social profunda para garantir a inclusão e igualdade de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. Isso serve como um aviso de que a jornada pela igualdade LGBTQ+ é contínua e que desafios persistentes precisam ser superados em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

É importante destacar que essa revista não apenas informava sobre os acontecimentos relacionados à anistia, mas também levantava questões e promovia reflexões acerca da sua aplicação, de quem efetivamente se beneficiava dela e da extensão de sua eficácia. Isso evidencia um jornalismo crítico e a preocupação em compreender o impacto da anistia na sociedade.

### CONSIDERAÇÕES

A Revista Lampião da Esquina, retratou as discussões da comunidade homossexual, apresentou uma variedade de informações que demonstram como essa comunidade estava se apropriando das discussões sobre a anistia. Percebe-se que os editores da revista compreenderam a importância de manter a comunidade de leitores informada acerca da anistia.

A Revista Lampião da Esquina apesar de não ter se dedicado exaustivamente à pauta da anistia, manteve um olhar crítico a respeito dela. As diversas temáticas abordadas nos materiais jornalísticos em que a anistia surgiu refletem a diversidade com que esse tema permeou as discussões na comunidade homossexual. Foi evidente a preocupação com a aplicabilidade da Lei de Anistia às comunidades minoritárias, especialmente as de homossexuais, mulheres, negros, entre outros.

A despeito dessa preocupação, o referencial teórico revela como a anistia seria aplicada aos homossexuais demitidos do MRE. A análise dos resultados da revista demonstra essa inquietação, evidenciando uma Lei que, num primeiro momento, não foi realmente ampla, geral e irrestrita, e depois confirmou que essa preocupação não era mero devaneio.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Em resposta à pergunta que guia esta pesquisa, "Ampla, geral e irrestrita?", o posicionamento da própria Revista após a promulgação da Lei 6683/79 confirma que, tanto para a comunidade homossexual quanto para outras comunidades de minorias, a anistia se mostrou parcial e restrita.

A Revista Lampião da Esquina desempenhou um papel fundamental ao retratar e discutir as questões relacionadas à anistia política durante um período marcado por reivindicações no Brasil. Embora a anistia não tenha sido o foco principal da revista, ficou evidente que os editores compreenderam a importância de manter a comunidade de leitores informada sobre esse tema.

A revista não se limitou a relatar eventos, mas também adotou uma abordagem crítica em relação à anistia. A variedade de tópicos em que a anistia surgiu refletiu a diversidade das discussões na comunidade homossexual. Essa abordagem destacou a preocupação sobre como a Lei de Anistia seria aplicada às comunidades minoritárias, incluindo homossexuais, mulheres e negros, entre outros.

A mudança na terminologia usada para qualificar a anistia, de "ampla, geral e irrestrita" para "restrita e parcial" ou "semi-anistia", demonstra a evolução nas percepções e nas expectativas em relação a essa lei. Essa alteração de termos reflete o crescente descontentamento em relação à abrangência da anistia e como ela seria aplicada, especialmente em relação a grupos minoritários que foram alvos de repressão durante a ditadura militar. A revista refletiu essa realidade e confirmou que a anistia, tanto para a comunidade homossexual quanto para outras minorias, acabou sendo parcial e restrita.

Portanto, em resposta à questão central desta pesquisa, "Ampla, geral e irrestrita?", a Revista Lampião da Esquina demonstrou que, na prática, a anistia se mostrou limitada e restrita, revelando as complexidades e desafios na implementação dessa legislação em um período de transição política no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Jordan Lapa. A homossexualidade nas páginas do Lampião da Esquina. **Pergaminho**, n. 6, p. 39-47, 2015.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois**. Brasília: STF, 2010. (*online*). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>. Acesso em: 16 out. 2023.

CASTRO, Bruno Fernando. Imprensa alternativa. In: SOCIEDADE Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Enciclopédia INTERCOM de comunicação**. Pinheiros, SP: INTERCOM, 2010.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório final: volume II**. Brasília: 2014.

DUTRA, Deo Campos. A declaração de inconveniência da Lei de Anistia brasileira pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia). **Revista dos Tribunais**, v. 920, p. 183-203, 2012.

FIGUEIREDO, João B. de. Mensagem n. 81, de 1979 (CN). In: BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Ano XXXIV, n. 102, p. 1819, 4 setembro de 1979.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). In: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Dicionário). Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. (Consulta *online*).

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: [S/N], 41 n., 1978. Mensal. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 15 out. 2023.

LAMPIÃO da Esquina. Fernando Moraes apoia a Lampião. **Lampião da Esquina**, n. 10, 1979.

LANGARO, Janaína Júlia. Um estudo da repressão contra homens homossexuais dentro do Ministério das Relações Exteriores a partir da sua Comissão de Anistia. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, v. 11, n. 24, p. 49-64, 2019.

MEMÓRIAS da Ditadura. **Imprensa alternativa**. [s.l:s.n], 2019. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

---

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

MEYER, Emílio Peluso Neder. **Direitos Humanos e Cidadania: Memória, Verdade e Justiça**. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016. (Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais, v. 11).

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. 329f. Tese (Doutorado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MEZAROBBA, Glenda. **A verdade e o processo de acerto de contas do Estado brasileiro com as vítimas da ditadura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. **História Unisinos**, n. 13, v. 2, p. 131-139, 2009.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes de. O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 15, n. 36, p. 49-63, 2014.

SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Lampião da esquina: lutas feministas nas páginas do "Jornal Gay", luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981)**. 2016. 155f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SILVA, João Batista Teófilo. **Passar o passado a limpo: Memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura. Da Anistia à Comissão Nacional da Verdade**. 2021. 283f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOUZA, André Pinheiro de. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)**. 2012. 165f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

### SOBRE OS AUTORES

#### *Pablo Gomes*

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na área de Administração no Instituto Federal do Maranhão. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. Assessor Técnico no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8138-9369>

E-mail: pablogomes.pg@gmail.com

#### *Ana Cláudia Ribeiro*

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Magistério Superior da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia UFAM.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6581-7594>

E-mail: anacribeiro29@gmail.com

#### *Rosana Matos da Silva Trivelato*

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bibliotecária na Prefeitura de Belo Horizonte. Diretoria Técnica no Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6662-7020>

E-mail: [rosanatrivelato@gmail.com](mailto:rosanatrivelato@gmail.com)

#### *Olívia Andrade Coimbra*

Doutoranda e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bibliotecária documentalista do Sistema de Bibliotecas da UFMG.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-2507>

E-mail: oliviacoimbra@gmail.com

# A SÉRIE FRAGMENTOS DA PLATAFORMA GLOBOPLAY E A LÓGICA DO DESCARTE DAS TELENÓVELAS DA TV GLOBO

---

*Lucas Cardoso Alvares*

## RESUMO

O presente artigo analisa a série Fragmentos da plataforma Globoplay, onde são disponibilizadas mensalmente, até o presente momento, capítulos avulsos de telenovelas preteritamente descartadas em sua quase integralidade, discutindo a preservação parcial, em até 20 capítulos, de telenovelas da TV Globo. Examina com o apoio de autores como Sarturi, Lipovetsky e Huyssen a lógica do descarte, a relação entre efêmero e perene e o impacto da disponibilização de fragmentos na memória cultural e audiovisual brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Telenovelas; descarte; produções audiovisuais; fragmentação; cultura do efêmero

## ABSTRACT

This article analyzes the series Fragmentos on the Globoplay platform, which, to date, has made available on a monthly basis stand-alone episodes of telenovelas that had previously been almost entirely discarded, discussing the partial preservation—limited to up to twenty episodes—of TV Globo's telenovelas. Drawing on authors such as Sarturi, Lipovetsky, and Huyssen, the study examines the logic of disposal, the relationship between the ephemeral and the enduring, and the impact of making these fragments available on Brazilian cultural and audiovisual memory.

**KEYWORDS:** Soap opera, discard, audiovisual productions, fragmentation, culture of the ephemeral

“Inveni relictum [etiam] a naufragis navigii fragmentum”

Sêneca, o Velho (54 a.C - 39 d.C), Controversiae, Século I

## TELENÓVELAS BRASILEIRAS: ENTRE O DESCARTE E A PERENIDADE

Com base no panorama de histórico descarte de produtos audiovisuais como telenovelas, fragmentação via práticas internas da TV Globo e contemporânea salvaguarda digital na plataforma Globoplay, este artigo busca refletir sobre a permanente contradição entre acesso e restrição, democratização e descarte, memória e esquecimento, dualidades presentes na série Fragmentos da plataforma,

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

na qual progressivamente é disponibilizado, desde janeiro de 2023, um conjunto de 28 telenovelas restritas a quantitativos entre 2 e 20 capítulos remanescentes. Para tanto, serão trabalhadas categorias como cultura televisiva, à luz de Lipovetsky.

As telenovelas são, sem sombra de dúvidas, um dos principais bens de consumo da indústria cultural. Produzidas originalmente sob a lógica do permanente descarte, pois produtos perecíveis concebidos para a exibição ao vivo, tornaram-se, com a introdução do videotape no formato em 1964, com “Alma Cigana”, da TV Tupi<sup>1</sup>, uma antípoda de seu propósito inicial: de folhetins que reproduziam a experiência do irreproduzível importada da lógica de consumo teatral, incorporaram a perenidade pelo tripé que preconizaria, em tese, a permanência sobre a impermanência - flashbacks inseridos nas próprias tramas, reprises em horários alternativos e práticas de comercialização, direcionadas, por exemplo, para o mercado exterior, três distintos recursos direcionados para o reaproveitamento, e não para o descarte.

De “Alma Cigana”, não restou qualquer registro audiovisual nas instituições que ora salvaguardam os acervos da TV Tupi de São Paulo e da TV Tupi do Rio de Janeiro, respectivamente, a Cinemateca Brasileira<sup>2</sup> e o Arquivo Nacional<sup>3</sup>. Luiz Gallon (1928-2002), diretor da TV Tupi durante os anos 1970, em entrevista aos jornalistas Eduardo Elias e Luiz Costa, publicada em O Estado de S. Paulo nos anos 1990, recordou sua “penúria muito grande: para fazer um programa ou novela era preciso apagar as fitas da semana anterior” (Elias; Costa, 1999). Isso faz com que os fragmentos mais antigos de uma novela da TV Tupi presente em ambos os acervos públicos seja o de “Antônio Maria” (1968-1969), que dispõe de apenas três capítulos acervados dos 256 exibidos.

Nos dois arquivos públicos consultados, há amostras, ou mesmo a íntegra, de 55 das 97 telenovelas produzidas pela TV Tupi de São Paulo entre 1951 e 1980, todas elas posteriores ao ano de 1968. Entretanto, a TV Tupi jamais exportou suas

---

<sup>1</sup> FRANCFORT, Elmo; VIEL, Mauricio. **TV Tupi do tamanho do Brasil**. São Paulo: Ed. Dos Autores, 2022.

<sup>2</sup> Banco de Conteúdos Culturais - Coleção TV Tupi, disponível em <http://www.bcc.gov.br/tupi>. Consulta realizada em 24/08/2025.

<sup>3</sup> Fundo TV Tupi no Arquivo Nacional, banco de dados disponível em <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/tv-tupi>. Consulta realizada em 23/08/2025.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

produções, que possuíam circuito de distribuição restrito ao mercado nacional, notadamente às próprias Emissoras Associadas, e não manteve uma política de reprises até 1979, quando em seus estertores reexibiu as esotéricas "O Profeta" (1977) e "A Viagem" (1975), primeiro pela descontinuidade da faixa das 21h e, depois, pelo fim do próprio Departamento de Dramaturgia da emissora<sup>4</sup>. E para a terceira perna do tripé, a da necessidade dramática de flashbacks, havia a possibilidade da recriação de cenas, que poderia coexistir, como recurso artístico emergencial, com a "penúria" do apagamento de fitas.

Quanto às demais emissoras que produziam telenovelas no início da era do videotape (1964), não há registros confiáveis quanto à abrangência das amostras da extinta TV Excelsior, hoje sob a guarda das Fundações Padre Anchieta e Cásper Líbero, tampouco quanto à TV Record, cujo acervo de videotapes encontra-se sob a posse da própria emissora. É possível garantir, porém, que das amostras audiovisuais da teledramaturgia das antigas TVs Rio e Paulista, nada restou em arquivos oficiais. Todas as emissoras citadas foram protagonistas na transição entre as telenovelas ao vivo e as telenovelas gravadas em videotape, na medida em que recursos tecnológicos como o Ampex Editec (1963) tornaram possível a edição eletrônica, que dispensava o corte físico a partir da definição de pontos de entrada ("in") e saída ("out"). Essa inovação foi relevante para a possibilidade de salvaguarda, pois garantia maior precisão e menor risco de dano a fitas que, ao fim das contas, guardavam, originalmente, conteúdo que ainda não havia ido ao ar e era, portanto, intrinsecamente prioritário.

É deste período, com a inserção de tecnologias que tornavam possível a edição, o fenômeno concomitante da criação da "novela brasileira", notadamente a partir do lançamento de "Beto Rockefeller", de Bráulio Pedroso a partir de argumento de Cassiano Gabus Mendes, lançada pela TV Tupi. A oposição ao chamado "novelão mexicano" conduziu a obras capazes de prover reflexões sobre a realidade brasileira, em oposição a uma estrutura puramente folhetinesca. Segundo Esther Hamburger

---

<sup>4</sup> FRANCFORT, Elmo; VIEL, Mauricio. **TV Tupi do tamanho do Brasil**. São Paulo: Ed. dos Autores, 2022.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(2011):

Em primeiro lugar, creio que a novela se afirmou como tal por iniciativa dos próprios profissionais brasileiros, que procuraram distinguir seu trabalho daquele realizado por seus colegas latino-americanos, garantindo assim uma reserva de mercado. A oposição entre o “novelão mexicano”, cuja estrutura seria melodramática, e a “novela brasileira”, que seria realista, aberta ao diálogo coloquial, à filmagem em locação, às tensões sociais da vida contemporânea, se impõe no final dos anos 1960 como desdobramento de tensões em vigor desde o início da década (Hamburguer, 2011, p. 68).

Deste modo, é importante recordar que o florescimento do videotape coincide com dois outros fenômenos: a busca pelo formato telenovela como instrumento para a interpretação da realidade brasileira e a própria formatação do modelo empresarial televisivo, com o surgimento das redes de televisão e a massificação nacionalizada das telenovelas.

### TV GLOBO: STATUS DE CONSERVAÇÃO DAS TELENÓVELAS (1965-1985)

Há, porém, o caso da maior emissora de televisão brasileira, a TV Globo, inaugurada em 26 de abril de 1965, e que não vivenciou tal transição tecnológica: jamais produziu telenovelas ao vivo, operando sua teledramaturgia inteiramente na era do videotape, desde a estreia de “Ilusões Perdidas”, de Ênia Petri, na mesma data de sua entrada no ar<sup>5</sup>. No caso da TV Globo, embora esta tenha “herdado” profissionais técnicos e de nível superior de outras emissoras, jamais houve a contingência tecnológica que fazia das telenovelas obras inerentemente descartáveis, pela necessidade das produções ao vivo. Ao contrário, há na TV Globo, desde 1968, uma sistemática de reprises, iniciada com “A Grande Mentira” (1968-1969), reapresentada em horário alternativo ainda antes do término de sua exibição original<sup>6</sup> e uma política de exportações de telenovelas iniciada com “O Bem Amado” (1973), que incluiu os maiores êxitos comerciais do mercado nacional, como “Pecado Capital”

---

<sup>5</sup> ILUSÕES perdidas. Memória Globo, [S. l.], 29 out. 2021. Atualizado em 04 abr. 2025. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/ilusoes-perdidas/noticia/ilusoes-perdidas.ghtml>. Acesso em: 28/08/2025

<sup>6</sup> HOJE na Televisão. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 02/04/1969. 2ª Seção, P. 2.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(1975) e tramas, que no Brasil são bem menos lembradas, como “Sinhazinha Flô” (1976)<sup>7</sup>.

Ao menos desde 1975, com a série de especiais “TV Ano 25”, trabalha-se a temática da memória da televisão, com o recurso ao acervo de VTs da emissora. E mesmo com a perenidade de seus produtos audiovisuais, ora por propósitos estritamente comerciais, ora de preenchimento da grade de programação ou de salvaguarda da memória televisiva, todas as novelas produzidas entre 1965 e 1969 encontram-se inteiramente perdidas, excetuando-se breves imagens feitas em película fílmica sobre alguns de seus bastidores, e grande parte das produções dos anos 1970-1975, hoje restritas a apenas seis novelas completas (“O Bem-Amado”, “O Espigão”, “Escalada”, “Gabriela”, “Senhora” e “A Moreninha”), duas compactadas, com a preservação dos eixos narrativos (“Irmãos Coragem” e “Selva de Pedra”) e outras oito em fragmentos de 2 a 6 capítulos remanescentes (“Uma Rosa com Amor”, “Carinhoso”, “Fogo sobre Terra”, “Corrida do Ouro”, “O Rebu”, “Helena”, “Bravo!” e “O Grito”), todas disponibilizadas em seus fragmentos na plataforma Globoplay em outubro de 2025. Tais números colidem com outros 17 títulos inteiramente descartados, ou com a mera remanescência de chamadas (“Pigmalião 70”, “Assim na Terra como no Céu”, “A Próxima Atração”, “O Cafona”, “Minha Doce Namorada”, “O Homem que Deve Morrer”, “Bandeira 2”, “O Primeiro Amor”, “Bicho do Mato”, “O Bofe”, “A Patota”, “Cavalo de Aço”, “O Semideus”, “Os Ossos do Barão”, “Supermanoela”, “Cuca Legal” e “O Noviço”). Ou seja, há mais títulos definitivamente perdidos do período 1970-1975 do que parcial ou integralmente salvaguardados (Sarturi, 2024).

Ainda segundo Sarturi (2024), há um caso específico, o da telenovela “Meu Pedacinho de Chão”, exibida em 1971, que consta, paralelamente, nos acervos das duas emissoras que a co-produziram. A TV Globo dispõe de apenas um capítulo, o primeiro, e a TV Cultura dispõe de sete capítulos.

---

<sup>7</sup> SARTURI, Gabriel. Os primeiros anos da divisão internacional da Rede Globo. Medium, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://medium.com/@sarturigab/os-primeiros-anos-da-divis%C3%A3o-internacional-da-rede-globo-9d6bc87e727b> Acesso em: 06 jun. 2025.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Já nas janelas temporais 1976-1980 e 1981-1985, cujos folhetins também pertencem ao escopo da Série Fragmentos do Globoplay, há uma inversão neste panorama: há mais títulos parcial ou integralmente preservados do que inteiramente descartados. De ambas as janelas, somente “O Amor é Nosso!”, de 1980, foi descartada em sua íntegra.

### A SÉRIE FRAGMENTOS DO GLOBOPLAY: PERENIDADE DOS VESTÍGIOS NA CULTURA DO EFÊMERO

O Projeto Fragmentos é uma iniciativa do Globoplay, plataforma de streaming (veiculação digital sem necessidade de download) e vídeo on demand (sob demanda) do Grupo Globo, lançada em 22 de janeiro de 2024, que visa resgatar e disponibilizar novelas clássicas da TV Globo das décadas de 1970 e 1980, das quais restaram apenas certo número de capítulos (entre dois e 20) devido a perdas no acervo da emissor (Gshow, 2023). Essas perdas ocorreram principalmente pelo reaproveitamento sistemático de fitas para gravação de outros conteúdos e, em menor grau, por conta do incêndio ocorrido na emissora em 1976.

Apesar de a grande maioria das 28 obras anunciadas por ocasião da divulgação da série terem sido exibidas originalmente ou reexibidas após a data de 4 de junho de 1976, quando ocorreu incêndio na sede da TV Globo no Jardim Botânico, Zona Sul do Rio, as ações promocionais de lançamento da iniciativa alardeavam uma vinculação direta entre as perdas e o incêndio, ao abrir a campanha com o texto, em off: “Nos anos 70, parte do acervo da TV Globo foi perdido em um grande incêndio. E agora, o Globoplay traz de volta o que resistiu a esse triste evento. É o projeto Fragmentos: assista aos capítulos e trechos recuperados de 28 novelas dos anos 70 e 80, agora disponíveis no Globoplay”<sup>8</sup>.

Diferentemente do Projeto Resgate, que disponibiliza novelas completas em seu formato original, ou edições especiais voltadas para o mercado internacional, um pouco mais curtas, mas que conservam a trama original em sua quase integralidade,

---

<sup>8</sup> GLOBOPLAY. Projeto Fragmentos | Novelas | Globoplay. YouTube, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2jVxDYvaEk4>. Acesso em: 29/08/2025.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

o Projeto Fragmentos oferece aos assinantes do Globoplay a oportunidade de assistir aos capítulos remanescentes das obras semi-descartadas, isto é, que tiveram a maior parte de seus capítulos submetida a apagamentos sistemáticos. Essa iniciativa permite que o público tenha acesso a conteúdos históricos da teledramaturgia brasileira, mesmo que de forma incompleta, contribuindo para a preservação da memória televisiva nacional. Portanto, não é intuito deste artigo promover a crítica à iniciativa, mas destrinchá-la em suas possibilidades de discussão.

Mensalmente, a plataforma Globoplay anuncia em seus perfis em mídias sociais a trama que será disponibilizada no mês subsequente, o que gera expectativas no público do streaming em relação a qual será a novela da vez. Também há discussões nas redes, mensuráveis tanto qualitativa quanto quantitativamente, a respeito do teor de tal pacote de novelas fragmentadas, que jamais foi inteiramente divulgado pelo Globoplay.

### EFÊMERO E PERENE: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

O permanente diálogo entre o efêmero e o perene presente na disponibilização de telenovelas em plataformas digitais dialoga com as reflexões do Gilles Lipovetsky, em “O Império do Efêmero”, obra em que aborda o panorama em que a sociedade de consumo, na qual o caldo de cultura da televisão e de seus sentidos está inserido, é permeada pelo culto ao novo, pela obsolescência rápida de todos os produtos (incluindo os bens culturais) e a marca da transitoriedade. O autor enxerga a cultura televisiva, direcionada para o efêmero, como individualizante e, em um aparente paradoxo, homogeneizante. Segundo Lipovetsky (2009):

Ao se admitir que a mídia individualiza os seres pela diversidade dos conteúdos, recriando, porém, uma certa unidade cultural pelo tratamento de suas mensagens, o debate atual sobre os efeitos sociais da “televisão fragmentada” talvez ganhe em clareza. Conhecem-se seus termos: ora se faz valer a ameaça que a multiplicação das redes de comunicação faz pesar sobre a unidade cultural das nações — o aumento dos canais e dos programas só viria a dividir ainda mais o corpo coletivo e criar obstáculo à integração social —; ora, ao contrário, sublinha-se que quanto mais houver “escolha” audiovisual, mais os programas se alinharão uns pelos outros e a padronização social irá crescendo. Velho debate retomado:

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

hiperdesagregação contra hiperhomogeneização. Na realidade, a explosão da mídia não mudará fundamentalmente o rumo da dinâmica desencadeada pelo impulso das comunicações de massa; o fenômeno desenvolverá no mesmo passo a espiral da individualização e a da homogeneização cultural. De um lado, mais programas e canais não podem senão dispersar os gostos das pessoas e acentuar as paixões de autonomia privada. De outro, a multiplicação das transmissões não se fará evidentemente segundo vias radicalmente opostas, os mesmos princípios comunicacionais serão empregados: seduzir o público, distrair, apresentar a atualidade quente, visar o efeito mais do que a demonstração acadêmica. Qualquer que seja o leque de escolhas, os mesmos grandes temas problemáticos serão tratados, as mesmas informações essenciais serão difundidas, as transmissões de sucesso captarão um público ampliado. A mídia não deixará de promover uma cultura da atualidade, da eficácia, da troca comunicacional, da objetividade (Lipovetsky, 2009, p. 315).

Para Lipovetsky, mesmo o culto à instantaneidade e ao descarte proveria à relação emissor-receptor um componente de “troca comunicacional”, onde a veiculação de conteúdos fugazes é capaz, ao menos, de ofertar elementos para o acréscimo do capital cultural do espectador e do público em geral. Não se deu por acaso que, mesmo nos tempos da teledramaturgia ao vivo, a interação entre o erudito e o popular não era rara na teledramaturgia. O “TV de Vanguarda” e o “Grande Teatro Tupi” trouxeram adaptações de obras icônicas do teatro universal. Foi no “Grande Teatro Tupi”, aliás, que a lógica do descarte deu o primeiro passo para a adoção do perene, com a inauguração oficial das operações regulares de videotape na TV brasileira, realizada pela TV Tupi de São Paulo, na noite de 26 de setembro de 1960, dentro do programa com a encenação especial de “Hamlet”, de William Shakespeare, em adaptação estrelada por Dionísio Azevedo (1922-1994) (Francfort; Viel, 2022). Tal distinção se deu, possivelmente, pelo reconhecimento do caráter “nobre” de certo tipo de teledramaturgia, em contraposição às telenovelas da época, também exibidas ao vivo e de veiculação não diária.

Este tipo de troca, que reinterpreta a cultura erudita pela ação de um meio de comunicação de massa, está no âmago do ponto de virada das telenovelas a partir da introdução do videotape. É relevante frisar que, a partir dos anos 1960, houve intensa migração de teatrólogos para o mercado televisivo, que iniciaram carreira

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

como autores de telenovelas. São os casos de Lauro César Muniz (1938), que estreou com “Ninguém crê em mim” (TV Excelsior, 1966), Alfredo Dias Gomes (1922-1999), com “A Ponte dos Suspiros” (TV Globo, 1969) e Bráulio Pedroso (1931-1990), com “Beto Rockefeller (TV Tupi, 1968). Os três tornaram-se laureados como autores de teatro. Dias foi consagrado internacionalmente por peças teatrais como “O Pagador de Promessas” (1959), cuja adaptação cinematográfica dirigida por Anselmo Duarte mereceu a Palma de Ouro de Cannes; Muniz e Pedroso foram, ambos, vencedores do Prêmio Molière de melhor autor teatral paralelamente às carreiras como romelistas.

Portanto, a proposta de certa negociação com o olhar erudito é uma peculiaridade da telenovela brasileira em contraposição ao que é o cenário televisivo de um modo geral. Sobre a exiguidade de discussões aprofundadas nos produtos para televisão, Lipovetsky (2009) pontua:

Hoje, as séries de televisão vão muito longe para obter uma compreensão máxima, sem esforço: os diálogos são elementares, os sentimentos são expressos-repetidos com o apoio da mímica dos rostos e da música de acompanhamento. A cultura de massa é uma cultura de consumo, inteiramente fabricada para o prazer imediato e a recreação do espírito, devendo-se sua sedução em parte à simplicidade que manifesta (Lipovetsky, 2009, p. 290).

Deste modo, forma-se um paradoxo na realidade brasileira: em primeiro plano, criada originalmente para a absoluta efemeridade, para o consumo imediato de um produto ao vivo, intrinsecamente perecível e centrada, ao longo de uma década de teledramaturgia ao vivo na adaptação por roteiristas de TV de clássicos do teatro universal, nos chamados teleteatros, que punham em interação o erudito e o popular. A partir do advento do videotape, a telenovela assume o protagonismo do produto teledramatúrgico e, sem descartar romelistas de perfil mais popular, como Janete Clair (1925-1983) e Ivani Ribeiro (1922-1995), egressas das radionovelas, torna-se importante mercado de trabalho para dramaturgos habituados às grandes discussões do teatro brasileiro dos anos 1960. Ou seja, de produto massivo, potencialmente alienante e atomizador, a telenovela converte-se em uma difusora da narrativa das vanguardas que são, por natureza e propósito político, desejosas de perenidade,



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

intrinsecamente não esgotando-se no momento da exibição, mas provocando a reflexão, em oposição ao mero intuito do “prazer imediato e recreação do espírito”, proposta criticada por Lipovetsky.

Andreas Huyssen, teórico da Memória Social, reflete, em “After the Great Divide: Modernism, Mass Culture, Postmodernism” sobre o papel das vanguardas que integraram modernismo, cultura de massa, canonicidade, inovação estética e reflexão aprofundada sobre os problemas sociais. Segundo Huyssen, tal integração se deu de forma datada, justamente posicionada nas vanguardas dos anos 1960, sendo sobrepujada pelo pós-modernismo que, a partir da década seguinte, fez fragmentar a reflexão e a canonicidade em prol de um pós-vanguardismo que teria, a seu ver, fraturado o propósito revolucionário das vanguardas sessentistas. Segundo Huyssen (1991):

Porém, o que acho mais importante no pós-modernismo contemporâneo é que ele opera num campo de tensão entre tradição e inovação, conservação e renovação, cultura de massas e grande arte, em que os segundos termos já não são automaticamente privilegiados em relação aos primeiros; um campo de tensão que já não pode ser compreendido mediante categorias como progresso versus reação, direita versus esquerda, abstração versus representação, vanguarda versus kitsch, entre outras (Huyssen, 1991, p. 74).

No caso brasileiro, a contribuição dos supracitados teatrólogos como romancistas, permaneceu ativa ao longo dos anos 1970 e 1980, com a obra de Lauro César Muniz espalhando-se até os anos 2000. É tema de interesse promover o estudo comparativo entre representações vanguardistas em suas obras iniciais e eventuais submissões às demandas da cultura de massa em décadas posteriores. Fato é que, curiosamente, sua obra como romancista é uma das menos conservadas (ou mais descartadas) dos anos 1970, e conta apenas com duas telenovelas nos arquivos da TV Globo daquele período em boas condições de preservação: “Escalada” (1975) e “O Casarão” (1976). A obra de Dias Gomes, por sua vez, o supera por pouco em conservação: o autor teve preservadas “O Bem Amado” (1973), “O Espigão” (1974) e “Saramandaia” (1976), telenovela em que Dias Gomes aderiu ao realismo fantástico.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Bráulio Pedroso, autor menos frequente, tem apenas uma trama salvaguardada integralmente, “Feijão Maravilha” (1979). Todos os três têm obras semi-descartadas disponibilizadas na série “Fragmentos”. Lauro Cesar Muniz, com “Carinhoso” (1973), “Corrida do Ouro” (1975), “Espelho Mágico” (1977) e “Os Gigantes” (1980); Dias Gomes com “Sinal de Alerta” (1979) e Bráulio Pedroso com “O Rebu” (1974) e “O Pulo do Gato” (1978).

Portanto, não parece ter sido o critério da vinculação vanguardista a impactar no descarte ou salvaguarda de uma telenovela produzida nos anos 1970. Embora almejassem a perenidade e a reflexividade, com tramas políticas que serviam de alegoria para a interpretação da realidade brasileira em tempos de ditadura militar (como “O Bem-Amado” explícita para quem a assiste), permanências e impermanências pouco pareciam conectadas com o reconhecimento do mérito artístico de uma obra. Se o vanguardismo dos três dramaturgos, e de outros mais, como o teatrólogo Jorge Andrade (1922-1984), impiedosamente descartado dos arquivos da TV Globo com a fragmentação de sua novela “O Grito” (1975), não impediu o descarte semi-integral de suas criações, cabe inferir quais critérios foram adotados para a construção da lógica do descarte.

### LÓGICA DO DESCARTE DE TELENÓVELAS NA TV GLOBO: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS INTERNAS

Janete Clair (1925-1983), romancista limítrofe entre o lugar da cultura erudita e o da cultura popular, que fez das artes plásticas (em “Selva de Pedra”, 1972 e “Coração Alado”, 1980), do balé clássico (“Pai Herói”, 1979) e da música de concerto (“Bravo!”, 1975) temas centrais de suas obras, era, em contraponto, uma personalidade egressa das radionovelas, distante das articulações vanguardistas e que se propôs a discutir as artes e seus mercados em telenovelas. A obra de Janete Clair tampouco escapou de fragmentações, embora a autora tenha sido exitosa comercialmente em quase tudo o que produziu, o que lhe valeu a posição de principal nome entre os dramaturgos da TV Globo e titular do horário das 20h. Das 18 telenovelas que assinou na emissora, restam completas apenas “Pecado Capital” (1975), “O Astro” (1977), “Pai Herói” (1979) e “Sétimo Sentido” (1982), com

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

compactações de “Irmãos Coragem” (1970) e “Selva de Pedra”, fragmentações em seis capítulos de “Fogo sobre Terra” (1974), “Bravo”, “Duas Vidas” (1977), “Coração Alado” e “Eu Prometo” (1984) e o integral descarte de “Anastácia, a Mulher sem Destino” (1967), “Sangue e Areia” (1967), “Passo dos Ventos” (1968), “Rosa Rebelde” (1969), “Véu de Noiva” (1969), “O Homem que Deve Morrer” (1971) e “O Semideus” (1973) (Sarturi, 2024). Em suma, uma das obras mais prejudicadas por descartes, apesar do êxito comercial de quase toda a sua obra.

Tampouco foram integralmente salvaguardadas obras únicas, ou bissextas, de autores egressos de outros campos da produção literária. O cronista Carlos Eduardo Novaes (1940) teve sua incursão como romancista, “Chega Mais” (1980), fragmentada.

O dramaturgo e cronista brasileiro Mário Prata (1946), cronista da mesma geração, teve fragmentadas suas duas telenovelas para a TV Globo daquela década pós-vanguardista: “Estúpido Cupido” (1976) e “Sem Lenço, sem Documento” (1977), a segunda com forte potencial de crítica social, pelo protagonismo de quatro irmãs, todas empregadas domésticas. O escritor Marcos Rey (1925-1999), autor do romance “Memórias de um Gigolô” (1968), teve integralmente salvaguardada “A Moreninha” (1975), sua adaptação para a obra de Joaquim Manuel de Macedo, mas inteiramente descartada “Cuca Legal” (1975), baseada na peça teatral “Boeing Boeing”, de Marc Camoletti (Sarturi, 2024).

Se o êxito do romancista no mundo do teatro ou da literatura, que permitia certo sabor erudito ao gosto da crítica especializada, não era o suficiente para a salvaguarda de suas obras teledramatúrgicas, tampouco a adequação comercial das obras de um autor genuinamente televisivo, como Gilberto Braga (1945-2021), ou egresso de outros meios de comunicação de massa, como a outrora radiofônica Janete Clair, era garantia de salvaguarda.

O comunicólogo Gabriel Sarturi, em seu recente trabalho defendido na Universidade Federal de Santa Maria, intitulado “O vídeo é uma fantástica máquina do tempo: a preservação e a rememoração do arquivo de entretenimento da Rede Globo”, dissecou a problemática das lacunas da preservação do acervo audiovisual da antiga Central Globo de Produção, relativo à teledramaturgia, aos programas humorísticos e à linha de shows. Debruçado, sobretudo, sobre as telenovelas, Sarturi

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(2024) rememorou a relevância da série de especiais “TV Ano 25”, produzida pela TV Globo e levada ao ar em 1975, ano em que a televisão no Brasil completava um quarto de século. Produzida por Luiz Lobo e Paulo Gil Soares, roteirizada por Manoel Carlos e dirigida por Daniel Filho, prevista para 20 episódios que contavam, apoiados em imagens de arquivo, a história da televisão no país, “TV Ano 25” esbarrou na escassez de imagens da primeira década da própria TV Globo. Em setembro de 1982, o escritor Otto Lara Resende (1922-1992), que representava o jornalista Roberto Marinho (1904-2003) na 4ª Assembleia Geral da Federação Internacional de Arquivos de Televisão, lembrando a empreitada de 1975, lamentou, em nome das Organizações Globo:

Para comemorar os 25 anos da televisão no Brasil e os dez anos da Rede Globo, uma equipe de profissionais, dirigida por Manoel Carlos, montou uma série de programas que recordasse o que era, naquela altura, a história da televisão brasileira. As dificuldades foram imensas. Muita gente, profissionais de todas as áreas, ainda atuantes, se lembrava dos começos pioneiros da TV entre nós. O material disponível, porém, era escasso, quase nenhum. Até na imprensa a pesquisa estava longe de ser fácil. Foi um choque inesquecível. Era como se tivéssemos sofrido de um acesso nacional de amnésia, com a agravante de serem muito recentes os fatos e os personagens que tinham desaparecido praticamente sem deixar traço de sua passagem (O Globo, 1982, p. 9).

Gabriel Sarturi (2024) inventariou importantes lacunas que se referem às 28 telenovelas que compõem a série Fragmentos, ao apurar, com fontes internas da emissora, a extensão dos vestígios de tais obras, informação publicada em seu trabalho e que depois veio a se confirmar com a disponibilização progressiva de tais telenovelas fragmentadas na plataforma Globoplay. Seus levantamentos registram que, das 28 telenovelas da série Fragmentos, 19 títulos correspondem à chamada “Regra de seis”, nas quais restaram salvaguardados os dois primeiros capítulos da trama, dois da exata ou aproximada metade e o último par, com o desfecho da trama. Obedecem a esta regra, as seguintes telenovelas, segundo Sarturi (2024).

### **Tabela 1: Telenovelas arquivadas na TV Globo que seguem a “regra de seis”**

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Telenovela	Horário original	Capítulos existentes
Uma Rosa com Amor - 1972	19h	1, 2, 110, 111, 219 e 220
Corrida do Ouro - 1974	19h	1, 2, 89, 90, 177 e 178
Fogo sobre Terra - 1974	20h	1, 2, 104, 105, 208 e 209
Bravo! - 1975	19h	1, 2, 99, 100, 197 e 198
Vejo a Lua no Céu - 1976	18h	1, 2, 49, 50, 98 e 99
O Feijão e o Sonho - 1976	18h	1, 2, 42, 43, 84 e 85
Estúpido Cupido - 1977	19h	1, 2, 80, 81, 159 e 160
À Sombra dos Laranjais - 1977	18h	1, 2, 45, 46, 90 e 91
Sinhazinha Flô - 1977	18h	1, 2, 29, 30, 81 e 82
Sem Lenço, sem Documento - 1977	19h	1, 2, 74, 75, 148 e 149
Nina - 1977	22h	1, 2, 59, 60, 141 e 142
Gina - 1978	18h	1, 2, 45, 46, 89 e 90
Sinal de Alerta - 1978	22h	1, 2, 58, 59, 115 e 116
Memórias de Amor - 1978	18h	1, 2, 41, 42, 81 e 82
As Três Marias - 1980	18h	1, 2, 78, 79, 155 e 156
Chega Mais - 1980	19h	1, 2, 79, 80, 157 e 158
Coração Alado - 1980	20h	1, 2, 92, 93, 184 e 185
Voltei pra Você - 1983	18h	1, 2, 70, 71, 139 e 140
Eu Prometo - 1983	22h	1, 2, 52, 53, 102 e 103

Fonte: Sarturi (2024)

Sobre as obras que passaram por tal modalidade de descarte, remanescendo apenas seis de seus capítulos, é possível diagnosticar algumas constantes. Das 19 produções audiovisuais analisadas (17 das quais já haviam sido disponibilizadas na plataforma digital Globoplay em outubro de 2025), 13 delas estão concentradas em suas exibições originais entre os anos de 1976 e 1980, período de transição que marcou as últimas produções próprias em preto e branco da TV Globo (Estúpido Cupido, de 1977, foi a última novela monocromática)<sup>9</sup> e as últimas reprises regulares de produções próprias em preto e branco (A última reprise regular, excetuando exibições especiais de telenovelas, em compactos pontuais, como “Irmãos Coragem”, no Festival 25 anos, foi a de “Anjo Mau”, inserida no matinal TV Mulher, em 1981) (Sarturi, 2024). Porém, é necessário observar que apenas as três produções mais

<sup>9</sup> MEMÓRIA GLOBO. Estúpido Cupido. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., [s. d.]. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/estupido-cupido/>. Acesso em: 29/08/2025.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

antigas, somadas a “Estúpido Cupido”, foram produzidas originalmente em preto e branco. Portanto, não parece ter sido este um critério determinante para o descarte de tais obras, a despeito de “Uma Rosa com Amor” e “Estúpido Cupido” terem sido reprisadas, no início dos anos 1980, no próprio TV Mulher.

Das 19 obras que passaram pela “Regra de Seis”, é sabido que “Corrida do Ouro”, “Fogo sobre Terra”, “Estúpido Cupido”, “Sem Lenço, sem Documento”, “Nina” e “Sinal de Alerta” não haviam passado por tal processo em 1979, uma vez que foram utilizadas fartas imagens de tais obras audiovisuais, excedentes aos seis capítulos ora preservados, na série de especiais “A História da Telenovela”, veiculada naquele ano e consultada por este autor.

Por outro lado, sete das obras que compõem as 19 telenovelas semi-descartadas sob a “Regra de Seis” receberam reprises na própria TV Globo. Foram as seguintes: “Uma Rosa com Amor” (Primeiramente entre 29/03/1973 e 25/01/1974, e, em uma segunda reprise, em 1980, em datas indeterminadas, inserida no TV Mulher); “Vejo a Lua no Céu” (entre 12/12/1976 e 29/04/1977); “O Feijão e o Sonho” (entre 02/05/1977 e 26/08/1977); “Estúpido Cupido” (entre 21/05/1979 e 01/01/1980); “À Sombra dos Laranjais” (entre 07/01/1980 e 02/05/1980); “As Três Marias” (entre 09/08/1982 e 01/10/1982, em versão bastante compactada) e “Chega Mais” (em 1983, em datas indeterminadas, inserida no TV Mulher). As demais 12 jamais chegaram a ser, portanto, reprisadas pela TV Globo.

Gabriel Sarturi, em recente contribuição no artigo “Os primeiros anos da Divisão Internacional da Rede Globo”, publicado em 2025 na plataforma Medium, acrescentou que “Sinhazinha Flô” foi exibida em Portugal, na RTP1, entre 23/06/1980 e 30/08/1980 e, posteriormente, dublada em italiano, na Retequattro, da Itália, entre 12/09/1983 e 10/12/1983.

Tal constatação revela que ao menos oito das dezenove telenovelas supracitadas foram fragmentadas em período posterior à sua exibição anterior. Posterior, portanto, a seu reaproveitamento. A menor lacuna entre o reaproveitamento para reprise foi de menos de um ano (“Uma Rosa com Amor” começou a ser reprisada enquanto a exibição original, encerrada em 30/06/1973, ainda estava no ar, e o primeiro capítulo foi reprisado apenas cinco meses após sua



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

exibição original) e as maiores lacunas foram de dois a três anos: “Estúpido Cupido”, “À Sombra dos Laranjais” e “Chega Mais”. Quanto à “Sinhazinha Flô”, da qual remanesçam apenas seis capítulos em som original nos arquivos da TV Globo, a reprise portuguesa ocorreu três anos após a exibição original no Brasil.

Desta forma, é possível observar que apenas uma (menos de 5%) das tramas semi-descartadas mereceu atenção do mercado internacional, com as demais não tendo sido catalogadas, segundo Sarturi (2025), nas feiras internacionais nas quais a TV Globo negociava seus produtos audiovisuais. E que sete delas (menos de 37%) foram reaproveitadas pelo mercado nacional, a título de reprises, sendo que apenas uma, “Uma Rosa com Amor”, foi reprisada duplamente. Portanto, é possível afirmar que mais da metade das 19 obras submetidas à “Regra de Seis” não tiveram qualquer reaproveitamento por parte da emissora, e que quando o tiveram, para efeitos de ilustração de programas especiais sobre a história das telenovelas, tal iniciativa se deu por obra de uma outra emissora, a TV Cultura.

Na amostra de 19 obras submetidas à “Regra de Seis”, é possível observar a presença de sete (cerca de 37%) que se configuram como roteiros adaptados: “Vejo a Lua no Céu”, da obra de Marques Rebelo (1907-1973); “O Feijão e o Sonho”, adaptação de Orígenes Lessa (1903-1986); “À Sombra dos Laranjais”, da peça teatral de Viriato Corrêa (1884-1967); “Sinhazinha Flô”, tripla adaptação dos romances “Til”, “A Viuvinha” e “O Sertanejo”, de José de Alencar (1829-1877); “Gina”, da obra de Maria José Dupré (1905-1984); “Memórias de Amor”, inspirada em “O Ateneu”, de Raul Pompéia (1863-1895), e “As Três Marias”, livre adaptação de romance de Rachel de Queiroz (1910-2003). Com exceções de Pompeia e Alencar (justamente em “Sinhazinha Flô”, única obra exportada), todos os demais autores ainda viviam, ou seus herdeiros estavam cobertos pela Lei de Direito Autoral vigente na época (Lei Nº 5.988 de 14/12/1973), que protegia os direitos patrimoniais sobre as obras literárias por sessenta anos após a morte do último autor<sup>10</sup>. Ou seja, o licenciamento de tais adaptações para o mercado exterior poderia gerar custos adicionais a título

---

<sup>10</sup> BRASIL. Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. Regula os direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5988.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5988.htm). Acesso em: 26/08/2025.

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

de pagamento de direitos patrimoniais.

Quanto ao horário de exibição original, é possível observar que sete foram ao ar às 18h, seis às 19h, duas às 20h e outras três às 22h, o que contraria eventual hipótese de que seus descartes estivessem conectados a eventuais inadequações para reprises no horário da tarde. Cerca de 74% das tramas foram ao ar originalmente nas duas primeiras faixas de telenovelas inéditas da programação da TV Globo, 18h e 19h.

Em relação às demais nove novelas ora integrantes do Projeto Fragmentos, há distintas situações de conservação, o que enseja analisá-las à parte:

**Tabela 2: Novelas fragmentadas arquivadas na TV Globo fora da “regra de seis”<sup>11</sup>**

Telenovela	Horário original	Capítulos existentes
Carinhoso (1973)	19h	1/2, 3, 87, 88, 172, 173 e 174
O Rebu (1974)	22h	1 e 92
Helena (1975)	18h	1, 11, 19 e 20
O Grito (1975)	22h	1, 2 e 125
Espelho Mágico (1977)	20h	1, 2, 75, 76, 105, 149 e 150
O Pulo do Gato (1978)	22h	1, 3/4, 40, 66, 70, 74, 134 e 135
Os Gigantes (1979)	20h	1 e 147
Sol de Verão (1982)	20h	1, 2, 69, 70, 121, 122 e 137*

Fonte: Sarturi (2024)

Neste segundo conjunto de telenovelas, é possível observar importantes distinções em relação ao primeiro grupo analisado, o da chamada “Regra de Seis”. Aqui, há distintos estados de remanescência. Duas novelas, “O Rebu” e “Os Gigantes”, possuem apenas dois capítulos salvaguardados, sendo que a primeira (que contou originalmente com 112 capítulos exibidos entre 04/11/1974 e 11/04/1975) não possui sequer seu capítulo final. Em outra ponta, “O Pulo do Gato” possui nove capítulos acervados, aproximadamente 6% dos 140 capítulos originais. Quanto ao reaproveitamento comercial de tais obras, é possível observar os seguintes fatores: “Carinhoso”, “O Pulo do Gato” e “Os Gigantes” possuem longas sequências

<sup>11</sup> Todas as referidas obras estavam disponibilizadas na plataforma digital Globoplay em outubro de 2025. Quanto à Sol de Verão, há ainda um oitavo fragmento preservado: um compacto dos 17 capítulos finais da telenovela com 49 minutos de duração.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

empregadas na série de especiais “A História da Telenovela”, produzida e exibida em 1979 pela TV Cultura e assistidas por este autor. Já “O Rebu” e “O Grito” são ali apenas mencionadas, a partir de depoimentos de seus autores, respectivamente Bráulio Pedroso e Jorge Andrade, sem que sejam utilizadas imagens ilustrativas das obras originais.

É também necessário constatar que nenhuma das referidas obras foi exportada, a despeito do êxito comercial de “Carinhoso”, um dos maiores sucessos do horário das 19h na década de 1970. Portanto, nenhuma delas chegou a entrar no circuito de exportação de telenovelas.

Houve, porém, reprises. “Carinhoso”, assim como “Uma Rosa com Amor”, foi reprisada por duas vezes. A primeira, logo após sua exibição original, entre 28/01/1974 e 13/09/1974, e a segunda, entre 20/09/1978 e 15/08/1979, cinco anos após a primeira veiculação, o maior espaço observado entre as obras fragmentadas. “Helena”, por sua vez, foi reprisada entre 08/03/1976 e 02/04/1976.

Em resumo, nenhuma das telenovelas deste segundo grupo foi exportada, e apenas duas foram reprisadas, com “Carinhoso” recebendo duas reprises.

Quanto ao horário da exibição original, observa-se uma inversão da lógica das telenovelas fragmentadas na “Regra de Seis”: aqui, há uma obra para as 18h, uma para as 19h (ambas justamente as reprisadas), três para as 20h e outras três para as 22h. Ou seja, 66% das telenovelas desse segundo grupo encontravam-se possivelmente impróprias para reprises no horário vespertino em tempos de vigência da legislação sobre Censura Federal.

Das nove obras analisadas, apenas uma “Helena”, é um roteiro adaptado: produção de apenas 20 capítulos, trouxe a adaptação de Gilberto Braga para a obra literária de Machado de Assis (1839-1908) já encontrando-se, à época da versão, em domínio público perante a legislação da época.

Quanto ao 28º título, que completaria o conjunto anunciado pela plataforma Globoplay em janeiro de 2024, há controvérsias sobre qual seria tal obra. Por não ter ainda sido disponibilizada ou anunciada em outubro de 2025, tampouco por não ser conhecido o exato estado de conservação das possíveis obras que preencheriam tal quantidade, optamos por não submeter especulações à análise. Portanto, não é

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

sabido se este se enquadraria na “Regra de Seis” ou em algum outro critério de salvaguarda.

Ao submetermos à análise os dois conjuntos, tanto o de obras que tiveram seis capítulos salvaguardados sob o critério dois primeiros-dois do meio-dois finais, bem como as demais obras que não se enquadram em tal método, é possível observar que apenas cinco delas, “Corrida do Ouro”, “Fogo sobre Terra”, “Bravo!”, “O Rebu” e “O Grito”, são pretéritas, seja em sua exibição original ou a de reprises, ao incêndio ocorrido nas dependências da TV Globo em 4 de junho de 1976. Destas, quatro estão disponíveis sob a “Regra de Seis” e as duas demais, sob critérios outros de salvaguarda. A salvaguarda metódica do primeiro conjunto torna possível inferir que as quatro primeiras obras sobreviveram integral ou expressivamente ao sinistro, sofrendo fragmentação intencional posterior. Quanto às demais duas, vale ressaltar que “O Rebu” não possui seu desfecho salvaguardado, o que sinaliza a possibilidade de perdas ocorridas no referido incêndio, embora não possa ser descartada a hipótese de perda acidental em outras circunstâncias.

Desta forma, é possível concluir que a fragmentação de 23 das 28 telenovelas disponibilizadas na Série Fragmentos não possuiu relação direta com o incêndio ocorrido em 1976. As verdadeiras razões para um descarte desta monta ainda precisam ser melhor dissecadas em produções posteriores. A hipótese mais aceita, apresentada por Sarturi (2024), é a de reaproveitamento intencional de fitas quadruplex em decorrência da necessidade de gravar produções do início dos anos 1980, em um momento em que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., instituição que regulava as importações e exportações do comércio brasileiro, havia imposto um bloqueio à importação de tais insumos. Porém, não podem ser descartadas perdas acidentais e até mesmo outros critérios de descarte, de caráter intencional. Tal reflexão cabe a futuras pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES

Como é possível observar, a partir da disponibilização das telenovelas semi-descartadas da série “Fragmentos” na plataforma digital Globoplay, não há correlação direta entre o processo de fragmentação dos produtos audiovisuais e o incêndio

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

ocorrido na TV Globo em junho de 1976, uma vez que tais obras foram, em sua grande maioria, exibidas, reprisadas ou exportadas em data posterior ao sinistro, o que descarta a sua perda no episódio, contrariando a campanha de lançamento da série por parte da plataforma Globoplay, que alude ao incêndio como causa para a perda de tais conteúdos.

A cultura televisiva, intrinsecamente ligada ao efêmero e ao homogeneizante, como concluiu Lipovetsky (2009), é, no Brasil, pela própria natureza do ao vivo em que se assentou, uma oportunidade de construção de práticas de memória e, no avançar da era da cultura digital, de digitalização de acervos amparada no caldo de cultura contemporâneo.

É possível observar, nos conteúdos já disponibilizados, método na maior parte dos descartes, com a salvaguarda sistemática de seis capítulos (os dois primeiros, dois da metade aproximada da trama e os dois finais), o que resta bastante improvável a hipótese de perda acidental e salienta a possibilidade de que, em algum momento, tais conteúdos tenham sido, contingencialmente, descartados de forma intencional. A hipótese levantada por Gabriel Sarturi, que alude ao descarte sistemático de obras “antigas” para que seus suportes tecnológicos, fitas quadruplex, permitissem a gravação de novos conteúdos precisa ser melhor aprofundada, com eventual acesso à documentação comprobatória de tais descartes, bem como com o aprofundamento dos registros testemunhais.

Por outro lado, é mister ressaltar o relevo da iniciativa da plataforma Globoplay em disponibilizar fragmentos de telenovelas semi-descartadas, pois ao mesmo tempo que tal ação proporciona a rememoração de conteúdos que, em linhas gerais, jamais foram reprisados ou exportados (com exceções de apenas nove dos 27 títulos já disponibilizados em outubro de 2025), permite o vislumbre das novas gerações sobre tais tramas e, ao mesmo tempo, instiga, pela própria explicitude do descarte, a reflexão sobre o estado de salvaguarda do acervo audiovisual das emissoras de televisão do Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.** Regula os direitos autorais e dá outras providências.

ELIAS, Eduardo; COSTA, Luiz. Descasos e incêndios destruíram grandes sucessos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 jan. 1999.

FRANCFORT, Elmo; VIEL, Mauricio. **TV Tupi do tamanho do Brasil.** São Paulo: Ed. dos Autores, 2022.

GSHOW. **Globoplay: Projeto Fragmentos relança capítulos de novelas dos anos 1970 e 1980; veja as tramas disponíveis.** *Gshow*, 22 jan. 2024. Atualizado em 9 dez. 2025. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/mundo-de-novela/noticia/globoplay-projeto-fragmentos-relanca-capitulos-de-novelas-dos-anos-1970-e-1980-veja-as-tramas-disponiveis.ghtml> Acesso em: 25 jun. 2025.

GLOBOPLAY. Projeto Fragmentos | Novelas | Globoplay. YouTube, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2jVxDYvaEk4>

HAMBURGUER, Esther. Telenovela e interpretações do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 82, p. 61-86, 2011.

HOJE na televisão. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1969.

HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**, Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 15-44.

ILUSÕES perdidas. *Memória Globo*, [s. l.], 29 out. 2021. Atualizado em: 4 abr. 2025. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/ilusoes-perdidas/noticia/ilusoes-perdidas.ghtml>

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MEMÓRIA GLOBO. Estúpido Cupido. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., [s.d.]. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/estupido-cupido/>

REDE GLOBO abre Assembléia dos Arquivos de TV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 set. 1982.

SARTURI, Gabriel. Os primeiros anos da divisão internacional da Rede Globo.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Medium, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://medium.com/@sarturigab/os-primeiros-anos-da-divis%C3%A3o-internacional-da-rede-globo-9d6bc87e727b>, 2025.

SARTURI, Gabriel Salgado. **“O vídeo é uma fantástica máquina do tempo”**: a preservação e a rememoração do arquivo de entretenimento da Rede Globo. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Produção Editorial) –Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

### SOBRE O AUTOR

#### *LUCAS CARDOSO ALVARES*

Lucas Cardoso Alvares é professor auxiliar dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Cinema da Universidade Estácio de Sá, onde é bolsista de Pesquisa e Produtividade. É mestre e doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2021, apresenta semanalmente, na Rádio Roquette-Pinto, o programa Memórias do Samba.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9195-8322>

E-mail: [lucasalvares07@gmail.com](mailto:lucasalvares07@gmail.com)

# DESEMPACOTANDO SUA BIBLIOTECA

## OS LIVROS DE CINEMA DE LEILA BEATRIZ RIBEIRO (OU, ANTES DO SUAVE TÉDIO DA ORDEM)

---

Wilson Oliveira Filho

Márcia Cristina da Silva Sousa (Márcia Bessa)

### RESUMO

Ensaio que apresenta o processo mnemônico que se instala ao herdar uma coleção. Uma coleção muito particular de livros de cinema da professora do PPGMS da UNIRIO, Leila Beatriz Ribeiro que nos deixou em 2021. A partir da leitura de Walter Benjamin, em particular de seu texto “Desempacotando minha biblioteca”, os autores, que foram ambos orientandos de Leila, traçam os pormenores do ato de transferir e cuidar de uma coleção. Os livros sobre cinema de Leila Ribeiro incorporados à coleção de livros dos autores demandavam um artigo em forma de homenagem à brilhante professora e amiga.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coleção; Livros; Memória; Cinema.

### ABSTRACT

Essay that presents the mnemonic process that takes place when inheriting a collection. A very particular collection of cinema books belonging to Professor Leila Beatriz Ribeiro, from the PPGMS at UNIRIO, who passed away in 2021. Drawing on Walter Benjamin's reading in special his text “*Unpacking My Library*”, the authors—both of whom were Leila's advisees—trace the nuances of the act of transferring and caring for a collection. Leila Ribeiro's cinema books, now part of the authors' personal library, called for an article as a tribute to the brilliant professor and friend.

**KEYWORDS:** Collection; Books; Memory. Movies.

"Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objetos para expor ao olhar. Ainda que não tenham qualquer utilidade e nem sequer sirvam para decorar os interiores onde são expostos, as peças de colecção ou de museu são, todavia, rodeadas de cuidados"

(Krzysztof Pomian)

### PREÂMBULO DO DESEMPACOTAR

“Sim, estou!” Walter Benjamin começa assim seu ensaio “Desempacotando minha biblioteca: Um discurso sobre o colecionador”. Em forma de homenagem começamos o nosso, ao tirarmos finalmente os lacres e a abrir timidamente as caixas

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

que Leila Beatriz Ribeiro nos legou com seus livros sobre cinema. Sim, estamos desempacotando sua biblioteca! As obras ainda não seguem o *suave tédio da ordem* que nos fala Benjamin, mas o caos e a paixão dos colecionadores. O colecionismo, tema que Leila desenvolveu em suas pesquisas, e que, de certa forma, se tornou nosso, é o que dá liga a esse ensaio em forma de homenagem. Os livros herdados estão por aqui *rodeados de cuidados*.

Ao afirmar que o estudante coleciona saber em uma de suas passagens, o teórico alemão também nos ilumina ao abrimos, caixa por caixa, a coleção de Leila Ribeiro. Ele assim nos ensinava sobre a imagem do pensamento. Ela assim nos ensinava a seguirmos estudantes. Colecionamos com os livros, citações, teorias, poemas, diálogos de filmes, orelhas, destaques de canetas marca texto, lombadas, lambidas, letras, letras e mais letras. Fontes de saberes e sabores inesgotáveis, os livros de qualquer coleção nos inspiram. Livros de uma coleção tão particular nos inspiram ainda mais.

Como quem faz cinema se inspira na palavra, achamos Leila e, unidos pelo cinema como tema, pesquisamos e nos debruçamos nos livros sobre a sétima arte. Livros da arte que nos levou a ela e que evocam memórias a cada título. Como se o objeto começasse a falar por si só. Sim, livros falam! “Cinema, arte da memória”. “A experiência do cinema”. “O discurso cinematográfico”. “Filme: uma teoria expandida do cinema”. “Cinema e educação”. “O sentido do filme”. Roteiros, manuais, revistas... Catálogos do “Festival de Cinema do Rio de Janeiro”, do “É tudo verdade” ...

### OS (DES)CAMINHOS DE UMA COLEÇÃO AO CHEGAR

Chegamos aos escritos de Leila sobre coleção e cinema no fim de 2008. Com o ingresso de nós dois no PPGMS, primeiro Márcia depois Wilson, entramos na vida de nossa futura orientadora em comum. Nós já estávamos um na vida do outro desde 2006. Nos casamos um ano depois e iniciamos uma busca conjunta pelo doutorado. Leila aceitou nos orientar. Desorientar como brincávamos com ela. Em sua casa para uma comemoração de aniversário em 2009, tivemos pela primeira vez contato com sua coleção de livros espalhada por três cômodos do apartamento em Santa Teresa. Na sala em que ela nos guiava ficava, em duas ou três estantes, sua coleção de livros

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

de cinema. Uma pequena parte desta era da cômoda em seu quarto. Em um cômodo no fundo ficavam os demais volumes de sua grande coleção e os restantes de Cinema. Jamais poderíamos pensar que esses livros estariam hoje conosco sendo desempacotados aos poucos e em fases.

Os livros chegaram por intermédio de Tamas e Tiana<sup>1</sup>, filhos de Leila. Chegaram em caixas de vinho, na sua maioria, que abrigavam os livros que, por intermédio de um amigo motorista de táxi, pousaram em nossa residência. Inicialmente as vinte caixas ficaram do lado de fora do apartamento, pois em meio a pandemia precisávamos higienizar tudo que recebíamos. Com os livros achamos essa a melhor estratégia também. Enquanto isso pensávamos onde guardá-los. Estávamos há anos planejando uma mudança de lar, assim talvez fosse melhor deixá-los nas caixas até mudarmos. Lá eles ficaram até perto da mudança para um apartamento novo.

De vez em quando, com os livros já dentro de nosso apartamento acondicionados em uma pequena varanda, Wilson tentava abrir uma ou outra caixa, com a curiosidade de um despretenso colecionador. Por curiosidade, entendemos os “achados da rica história da visão, da audição e do uso combinado dos meios técnicos: coisas em que algo centelha ou brilha” (Zielinski, 2006, p.53). As capas de livro pelas frestas das caixas e lonas em que estavam acondicionados pela incidência da luz ganhavam uma bioluminescência poética, brilhando para dentro de nosso apartamento. Nesse sentido, eles incorporavam a tensão entre o interno e o externo que Benjamin tão bem observava “... o *intérieur* projeta-se para o lado de fora [...] minha casa, não importa onde lhe seja feito um corte, é sempre uma fachada” (Benjamin, 2006, p.450). As passagens enigmáticas de Walter Benjamin apresentam a relação entre exterior e interior através de “um espaço ambíguo e contraditório que permite uma interpenetração – não somente para espaços, mas para maneiras de habitar e usar o espaço (Gunning, 2025, p.176). Habitar e saber usar o espaço das coleções parece ser a vocação de quem herda objetos em uma visada benjaminiana.

---

<sup>1</sup> A quem agradecemos sempre e sem os quais essa nova coleção não existiria.

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Os quase 800 livros passaram a habitar nosso espaço. Uma coleção é um *ethos*, morada, ambiente e hábito.

Em dezembro de 2024, preparando a mudança, começamos a abrir de fato as caixas invadindo o espaço dos livros para passá-los para novas e maiores. Isso nos parecia mais apropriado devido ao fato de elas terem ficado na varanda protegidas da chuva cobertas por mais tempo que imaginávamos. Após a pandemia, a dificuldade de encontrar um novo lugar. Depois de achado, a burocracia cartorial e a morosidade das imobiliárias nos impediam de desempacotar a biblioteca Leila Ribeiro de Cinema que se encontra quase pronta no nosso novo endereço. Se a Tijuca não abriga mais nenhuma sala de cinema de rua<sup>2</sup>, ela abriga agora uma ótima coleção de livros de cinema. Uma coleção viva<sup>3</sup>, em tempo real, “*mnemosyne do mnemocine*”.

### Imagem 1: As caixas da coleção



Fonte: os autores

<sup>2</sup> Tema da tese de Bessa, Márcia, Entre achados e perdidos: Colecionando memórias dos palácios cinematográficos da cidade do Rio de Janeiro” (2009-2013). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO, 2013.

<sup>3</sup> Tema da tese de Oliveira, Wilson. Memórias vivas/camadas híbridas: cinema, colecionismo e performance audiovisual em tempo real. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO, 2014.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

### A ARTE DOS COLECIONADORES

Benjamin parte da premissa de “dar uma ideia sobre o relacionamento de um colecionador e seus pertences, uma ideia sobre a arte de colecionar do que da coleção em si” (Benjamin, 1987, p.227). Sim, um relacionamento começou também com as caixas. Talvez por saudade e respeito àqueles livros e sua prima-dona eles deveriam ficar mesmo encaixotados. Uma certa coleção de Schroedinger que talvez poderia permitir a emergência de nova coleção: uma coleção de caixas de livros. Mas a arte de colecionar livros enquanto objetos ganhou a disputa e esses passaram a ser incorporados em nossa biblioteca. Em janeiro de 2025, já na casa nova, começamos o exercício de desempacotamento.

Devido a nossa atividade como professores e pesquisadores, há mais de 25 anos colecionamos livros relacionados ao cinema. Talvez tenhamos já ultrapassado dois mil volumes e incorporar livros herdados nos levou a uma análise inicial com possíveis títulos repetidos. Decidimos doar os repetidos que fossem da nossa parte de livros e manter os de Leila. Uma outra filtragem vinha de pedidos de títulos específicos. Alguns orientandos de Leila já haviam solicitado um ou outro exemplar. Para esses acabamos por doar os da própria Leila. Destacamos aqui o interesse de Joaquim Delphim que, orientado por Leila fez uma dissertação sobre as memórias dos trilhos ferroviários no cinema, gostaria de ficar com o livro “O cinema e a invenção da vida moderna”. Em um artigo dessa obra, Tom Gunning (2004) pensa a relação entre os detetives e a fotografia como elementos para compreender o cinema nos primórdios. Como detetives, vasculhamos a coleção herdada para compreender o melhor destino para certas obras. Em alguns casos renunciar a um outro livro era fazer jus não só a coleção, mas a Leila Ribeiro.

Leila era uma colecionadora autêntica no sentido benjaminiano que pensa que “a existência do colecionador é uma tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem” (Benjamin, 1987, p.228). Nessa síntese, uma nova forma começa a se instituir na própria coleção, transcendendo sua “existência e ultrapassando simbolicamente as coisas materiais [...]”. Esses mesmos objetos, ao serem ressignificados pelos novos proprietários, passam a simbolizar o invisível e o compartilhamento de um passado identitário comum” (Ribeiro, 2006, p. 3). Entre o



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

caos e a ordem, o visível e o invisível, o simbólico e o material, uma coleção nasce e/ou renasce. A tensão dialética que nos fala Benjamin se materializa ao lembrarmos a autenticidade que Leila conferia aos livros. Para ela a importância do objeto (forma) não rivalizava com o texto (conteúdo), mas, sim, ampliava-o.

### Imagem 2: A coleção em novo lugar



Fonte: os autores

### CONSIDERAÇÕES: INVENTANDO O INVENTÁRIO OU COMO CATALOGAR COM O CORAÇÃO?

Agora, em frente da última caixa semi-esvaziada, há muito tempo já passou da meia-noite. Afloram em mim pensamentos diversos dos quais acabei de relatar. Não são pensamentos, são imagens, lembranças. Lembranças das cidades que achei tantas coisas. Riga, Nápoles, Munique (...) lembranças dos recintos onde esses livros ficavam da minha toca de estudante em Munique, do meu quarto em Berna, da solidão de Isetwald à margem do lago de Brienz, e por fim do meu quarto de criança, donde se originaram apenas quatro ou cinco dos muitos milhares de livros que começam a se empilhar a meu redor. Bem-aventurado o colecionador! Bem-aventurado o homem privado! (Benjamin, 1987, p.235).

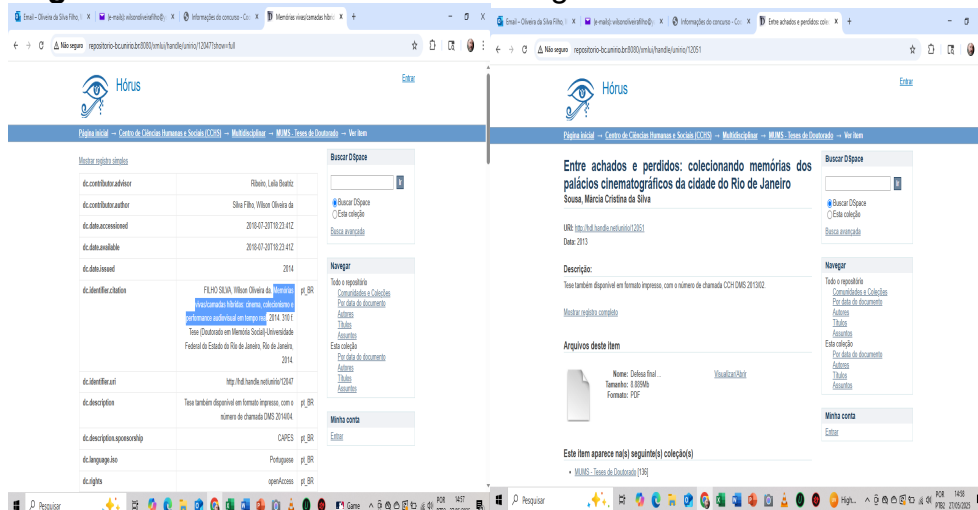
Walter Benjamin foi um dos mais importantes pensadores do século XX. Seus textos unem uma visão abrangente entre universal e particular. Em sua análise sobre o colecionismo, Benjamin nos deixou, além de um amplo repertório de frases e

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

imagens, um gesto afetoso sobre as coisas. Próximos aos textos sobre colecionismo, os escritos sobre a infância e a calorosa bem-aventurança nos ajudaram com a tarefa de cuidado com os objetos que nossa orientadora nos deixou. Ao inventariarmos nossa nova coleção somente a invenção de produzir um texto sobre ela poderia tornar esse processo mais com a cara de nossa professora. Se, como observa Jean Baudrillard, “um fenômeno que acompanha frequentemente a paixão do colecionador é a perda do sentido do tempo atual” (Baudrillard, 2002, p. 98), nossos novos livros passam por diferentes tempos.

1. O da aquisição por Leila que nos remete a diversas idas a livrarias, lançamentos, exposições, festivais, sites, cidades, congressos, que tivemos oportunidade em dividir alguns com ela.
2. O do convívio da coleção em sua casa em Santa Teresa durante nosso período de orientação e depois que nos rememora as prateleiras, estantes, cinzeiros e cigarros, almoços e cafés, fichas catalográficas<sup>4</sup>...
3. Das transições em nossas casas.
4. O tempo atual em seu sentido perdido *stricto sensu*.

### Imagens 3 e 4: Prints das fichas catalográficas das teses dos autores



Fonte: Base de Dados Hórus- Unirio

<sup>4</sup> Durante a elaboração dos dados para a ficha catalográfica, Wilson teve uma reunião de orientação que acabou se tornando uma aula de Biblioteconomia particular.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

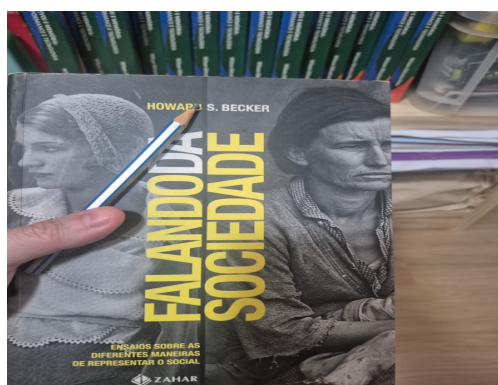
---

Estarmos diante da coleção agora quase ordenada, beirando o tal suave tédio que Benjamin falava ainda nos remete a abertura da última caixa. Da expectativa do que nela encontrar. Um livro ou memória de Leila, com Leila, para Leila. Uma dedicatória, um marcador de livro, uma referência para um novo aluno de doutorado que hoje orientamos. Uma outra indicação filmográfica. Uma foto. Uma série de citações. Enfim, a busca por mais uma lembrança. Outras memórias.

Como foi necessário catalogar com o coração, usar essa coleção a partir de agora é unir corações e mentes com sua doadora. Nessa união, nos parece que de fato, a coleção cumpre sua função. Ela emerge para novos trabalhos, para novas criações e para outros possíveis. Essa coleção que gerou através de dois autores uma homenagem à Leila Beatriz Ribeiro, além de infinitas saudades, agora é um artigo. Mas, é mais. É algo a ser desempacotado mais uma vez, agora pelos leitores que podem e devem descobrir uma nova coleção. A tarefa do leitor é tarefa de um desempacotador.

Um detalhe final ou um mimo da nova coleção. Ao desempacotar e olhar um livro que não é diretamente sobre cinema, algo cinematográfico ocorre. Um lápis de Leila Ribeiro em um livro de Howard Becker (imagem 5). O colecionador é também um cineasta falando da sociedade.

**Imagem 5:** Lápis no livro



Fonte: os autores

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. *In*: **Rua de Mão única**. Obras escolhidas Vol. 2. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987. p.227-235.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BESSA, Márcia. **Entre achados e perdidos**: colecionando memórias dos palácios cinematográficos da cidade do Rio de Janeiro (2009-2013). 2013. Tese (Doutorado em Memória Social)– Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GUNNING, Tom. The exterior as intérieur: Benjamin's optical detective. *In*: MORGAN, Daniel (ed.). **The attractions of the moving image**: essays on History, Theory and the avant-garde. Chicago: The University of Chicago Press, 2025. p.175-192.

GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. *In*: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 33-65.

OLIVEIRA FILHO, Wilson. **Memórias vivas/camadas híbridas**: cinema, colecionismo e performance audiovisual em tempo real. 2014. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Uma vida iluminada: coleções e imagens narrativas. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. **Anais Digitais [...]** Niterói: UFF, 2006. p. 1-10.

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

ZIELINSKI, Siegfried. **Arqueologia da mídia**: em busca do tempo remoto das técnicas de ver e ouvir. São Paulo: Annablume, 2006.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

### SOBRE OS AUTORES

#### *Wilson Oliveira Filho*

Graduado em Comunicação Social – habilitação Jornalismo (Unesa), com pós-graduação lato sensu em Filosofia Contemporânea (PUC-Rio). Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ) e Doutor em Memória Social (UNIRIO), sob orientação de Leila Beatriz Ribeiro, com período sanduíche na Universidade de Chicago (com co-orientação de Tom Gunning) e pesquisa sobre o cinema ao vivo. Professor e pesquisador da Universidade Estácio de Sá desde 2005 e docente permanente do PPGCINE/UFF.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3152-1733>

E-mail: wilsonoliveirafilho@yahoo.com.br

#### *Márcia Cristina da Silva Sousa*

Conhecida profissionalmente como MÁRCIA BESSA. Possui doutorado em Memória Social (PPGMS/UNIRIO), mestrado em Ciência da Arte (IACS/UFF), bacharelado em Comunicação Social - Habilitação Cinema e Vídeo (IACS/UFF) - e licenciatura em Artes Visuais (FAMOSP). Desenvolveu estágio de doutorado no Department of Cinema Media Studies da University of Chicago sob a orientação do PhD. Tom Gunning. Atualmente é produtora e artista A/v no Coletivo DUO2X4 e docente convidada no Programa de Pós-Graduação de Direção em TV para teledramaturgia da Faculdade CAL de Artes Cênicas (Pós-CAL).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7648-5364>

E-mail: marciabessa@bol.com.br

# RETOURNER LE MONDE

## ARTE E MEMÓRIA ÀS VOLTAS COM UMA ANTROPOLOGIA INQUIETA

Rodrigo Frare Baroni

### RESUMO

Dando continuidade ao projeto do que chamou de uma “antropologia dos restos”, Octave Debary tem se dedicado nos últimos anos a pesquisar as diversas formas em que as artes e as antropologias se entrecruzam com as escrituras da história e com o trabalho da memória. Seu mais recente livro *Retourner le monde: arts, anthropologies, ressemblances* [Retornar o mundo: artes, antropologias, semelhanças] (Debary, 2025), constitui nesse sentido tanto uma condensação de uma série de trabalhos realizados junto à artistas contemporâneos e coleções museais, mas também a ocasião de uma revisão e aprofundamento teórico e conceitual acerca da difícil questão de como acomodar os restos da história. O texto que segue trata-se de uma resenha, acrescida de alguns comentários, deste livro em que o antropólogo retrança seus percursos acompanhando esses “objetos” cuja “ontologia” é tão incerta quanto inquieta, e cuja persistência por vezes é causa de um mal-estar na e da cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia; Arte; Memória; História.

### ABSTRACT

Continuing the project he has called an “anthropology of remnants,” Octave Debary has, in recent years, devoted himself to researching the various ways in which the arts and the anthropological disciplines intersect with the writings of history and with the work of memory. His most recent book, *Retourner le monde: arts, anthropologies, ressemblances* (Debary, 2025), constitutes in this sense both a condensation of a series of works carried out alongside contemporary artists and museum collections, and an opportunity for a theoretical and conceptual revision and deepening of the difficult question of how to accommodate the remnants of history. The text that follows is a review—supplemented with a few comments—of this book, in which the anthropologist retraces his paths by following those “objects” whose “ontology” is as uncertain as it is disquieting, and whose persistence is at times the cause of a malaise in and of culture.

**KEYWORDS:** Anthropology; Art; Memory; History.

### Introdução<sup>1</sup>

Em sua primeira aula para os estudantes de mestrado do Centre d’Anthropologie Culturel (CANTHEL) da Université Paris Cité, o professor, Octave

<sup>1</sup> Agradeço à Octave Debary por me acolher no laboratório do Centre d’Anthropologie Culturelle (CANTHEL) da Université Paris Cité e por confiar-me a tarefa de resenhar seu mais recente livro apresentando-o ao público brasileiro. Essa resenha também não seria possível sem o apoio da FAPESP, graças à Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) n.º do processo: [2025/01331-8](#).



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Debary, apresenta um pouco esquematicamente o processo de pesquisa acadêmica como uma analogia mais ou menos velada do processo de reciclagem: pesquisamos, lemos e reunimos bibliografia, vamos a campo e “coletamos” materiais (anotações, observações e descrições) acerca de nossos encontros com as pessoas, com o mundo. Todo esse material acumulado, nós o triamos, separamos e organizamos para então o utilizarmos, por vezes transformá-los: em novas questões e pensamentos, mas também em monografias e teses, livros e artigos. Em seguida, o professor exemplifica, como ponto de partida para as discussões que se seguiriam, a tese de Jean Baudrillard (1968) segundo a qual os objetos seriam índice (e substitutos compensatórios) da falta de relações sociais.

Nas aulas seguintes<sup>2</sup> do curso, Debary relança a cada vez, pondo a prova a tese de Baudrillard, a questão dos objetos-restos e de suas relações com a memória e a história a partir de diferentes cenas e dramaturgias, tanto artísticas quanto museais. Começa por apresentar “gentil, mas firmemente” – como frequentemente anuncia – detendo-se aqui e ali para lançar questões e interpelar os alunos chamando-os para a conversa, convidando-os para participar ativamente do jogo de pensamento que se instaura. Por vezes a discussão acaba por adiantar pontos de sua aula, outras a conduzem para direções inesperadas. A aula torna-se efetivamente um encontro. Não raro é necessário um pequeno intervalo para, considerando tudo o que foi dito, reorganizar as fichas e anotações antes de retomar tudo em um segundo ato.

Se inicio essa resenha acrescida de alguns comentários – com alguma sorte críticos – do recém-publicado livro de Debary (2025) *Retourner le monde: arts, anthropologies, ressemblances* [Retornar<sup>3</sup> o mundo: artes, antropologias, semelhanças], não é somente porque reconheço na escrita de Debary uma “semelhança” com os encontros de suas aulas, ambas permeadas de perguntas que interpelam o leitor à participar das reflexões. Nem somente pela organização do livro que, da primeira lembrança

---

<sup>2</sup> Refiro-me às aulas do curso *Anthropologie d'art et politiques de la mémoire* ministrado por Debary entre outubro e dezembro de 2025 no centro de antropologia cultural da Université Paris Cité.

<sup>3</sup> A palavra francesa “retourner” poderia ser traduzida ainda ainda como “inverter”, “revirar”, ou “girar novamente”. O livro de Debary comporta todos esses sentidos.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(introdução) à última (epílogo), passando pelos outros sete capítulos, não cessa de reorganizar as fichas, recolocar as questões, retomar e prolongar encontros, diálogos e reflexões que acompanham o antropólogo<sup>4</sup> ao menos desde seus primeiros trabalhos acerca dos processos transformação das antigas indústrias Creusot (Debary, 2002), com seu paternalismo industrial, em “patrimônio” e em “Ecomuseu”. Mas também porque, como o próprio autor pontua, *Retourner le monde*, é a ocasião que lhe foi oferecida para reunir uma série de textos publicados inicialmente fora da França e, em sua maioria, em outros idiomas que não o francês. Fragmentos de um trabalho fruto de encontros com pessoas e com o mundo e tempos e lugares diferentes. Ao que me parece, é também a ocasião de revisar e condensar suas reflexões, avançar algumas hipóteses e experimentar outras.

Poderíamos considerar que, apesar da desconfiança expressa por Debary acerca da delegação da tarefa de recordação aos objetos e restos da história, o livro (esse objeto-porta-palavra) poderia ele também ser visto e compreendido como a oportunidade de uma continuação de encontros e diálogos e mesmo a possibilidade de iniciar outros com o leitor, para que este possa também decidir o que fazer dele: acolhê-lo, reciclá-lo aproveitando suas reflexões, ou mesmo criticá-lo e contestá-lo.

Dando continuidade ao projeto do que o autor chamou de uma “antropologia dos restos” (Debary, 2017), *Retourner le Monde* condensa e desdobra em seus capítulos os encontros do antropólogo com artistas (Swaantje Güntzel, Jochen Gerz, Christian Boltanski, Samuel Roy-Bois e Mauro Fainguelernt), à enigmática coleção deixada por um filósofo que nos últimos anos de sua vida dedicou-se à pensar seriamente uma ecologia sem nunca ter escrito sobre os cerca de 10 mil objetos que reuniu (Jaap Kruithof), ou ainda retomar as reflexões sobre os lugares de memória, a “onda patrimonial” e a diferença entre memória e história, com um dos historiadores franceses, cuja obra talvez seja uma das mais influentes nesse debate, certamente na França, mas também ao redor do mundo (Pierre Nora).

---

<sup>4</sup> Alguns destes, em especial seus encontros com Christian Boltanski, interrompidos subitamente por conta do falecimento desse artista que fez de sua vida, obra, e delas um jogo com a morte, a semelhança e a desapareição. Sobre as conversas e trocas entre o artista e o antropólogo, ver *Les Fantômes de Christian Boltanski* (Debary, 2023).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Retornar um mundo do qual, todavia, nunca saímos? Retornar o mundo como pluralidade ou multiplicidade pensada na semelhança entre artes e antropologias ou entre a, talvez difícil conciliação entre história(s) e memória(s)? Tal retorno não será o mesmo a cada capítulo, embora o que talvez aproxime cada uma de suas voltas seja o incômodo retorno daquilo de que pensávamos ter nos separado, ou seja, a própria dissolubilidade do que poderíamos alguma vez ter concebido enquanto a fronteira que separaria nós mesmo e o mundo (do outro concebido como “humano” ou “não-humano”, ou do passado). Como enuncia Debary (2025, p. 22), pensar esse “retorno do mundo” suas voltas é também permanecer no mal-entendido constitutivo da experiência e da comunicação. Mal-entendido, entretanto, que, como aqueles como a arte podem produzir “encontros nos quais os sentidos do mundo se entrechocam, revolvendo-se” (tradução própria).<sup>5</sup>

Giros que alteram tudo, mesmo que se julgue voltar ao mesmo endereço, os retornos do mundo são também para Debary esses momentos em que algo pode se desfazer ou se refazer de uma outra maneira.

Eis também porque, no subtítulo as palavras “artes” e “antropologias” – ambas postas no plural – aparecem lado a lado, separadas apenas por vírgulas, da palavra “semelhanças”. A princípio poderíamos ser levados a pensar se tratar de algo como “a semelhança entre” duas disciplinas, áreas ou “modos de fazer”. Entretanto, se de um lado, “semelhanças” poderia ser entendida como a pluralidade dos modos de pensar, de separar e aproximar com seu pleno direito, de outro, trata-se também de dizer que aquilo que retorna nunca é idêntico a si mesmo. Escapar a questão de uma “identidade”? Busca por conciliar o que talvez seja inconciliável?

As semelhanças, assim como os encontros e conversas, oferecem para Debary um espaço de questionamento que ele anuncia como uma “maiêutica”: “a semelhança permite identificar o mundo, mas escapa rapidamente por sua fragilidade, seus rodeios. Ela não estabelece certezas ontológicas, ela acolhe a encenação [mise en scène] do mundo”<sup>6</sup> (Debary, 2025, p. 42, tradução própria).

---

<sup>5</sup> [...] racontes où les sens du monde s'entrechoquent, se retournent

<sup>6</sup> No original em francês: La ressemblance permet d'identifier le monde mais s'échappe aussitôt vers sa fragilité, ses ambages. Elle n'établit pas de certitudes ontologiques, elle accueille la mise en scène

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Se a semelhança não exclui as diferenças e os mal-entendidos, ela também é um recurso mobilizado pelo autor para permanecer no campo das incertezas. Se em *Retourner le Monde*, não há uma crítica explícita à chamada “virada ontológica” da antropologia (Debary, inclusive explicita em diversos momentos seu diálogo com Philippe Descola)<sup>7</sup>, seu campo de interesse lhe parece indissociavelmente ligado à toda sorte de objetos-restos que ele caracteriza como dotados de uma “ontologia circulatória”, portanto instável, que dificulta (se não impossibilita) a caracterização de algo como seu “ser”. Característica de todo objeto? Debary (2025, p.193) admite, advertido por seu amigo e colega de profissão Daniel Fabre, que corre mesmo o risco de ver restos por toda parte, mas isso porque encararia a história como povoada de “restos”, preferindo substituir esta última noção àquela de objetos. Ademais, lembrando-se do trabalho de Mary Douglas (2020) com suas considerações acerca das noções de sujeira e poluição, Debary insiste sobre o ponto de que os “restos”, ou os “dejetos” são aquilo do qual nos separamos, conduzindo-os para fora da fronteira de si enquanto “objetos” ou mesmo “abjetos”. Essa “ontologia”, sem dúvida problemática, espacial e circulatória, já fez com que Debary os considerasse seguindo as pistas de Douglas como “coisas fora de lugar” e mesmo como coisas as quais não sabemos bem onde colocá-las, ou melhor, deixá-las para nos desfazermos delas (para nos esquecermos?). É assim que a lixeira tanto quanto o museu, aparecerão em suas reflexões como esses dois destinos possíveis para essas coisas tão incertas, e que o projeto de sua “antropologia dos restos” pretende levar em conta à uma só vez como espaços de memória e de esquecimento.

Se o projeto antropológico de Debary é percebido como sendo o de uma “antropologia do próximo”, vale sublinhar como o fez Descola (2017), que não se trata de procurar onde quer que seja no “ocidente” os equivalentes dos temas clássicos entorno dos quais a etnografia se erigiu. Debruçar-se sobre os restos envolveria antes, para Debary, pensar justamente aquilo que é mais (in)familiar e que se coloca como uma espécie de “identidade” em negativo. Uma sorte de “emoção da

---

du monde.

<sup>7</sup> Descola, diga-se de passagem, é quem escreve o prefácio ao livro de Debary (2017) publicado no Brasil: *Antropologia dos restos: da lixeira ao museu*.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

diversidade” [émoi], que Debary (2025, p. 18-19) evoca ao mencionar o poeta Édouard Glissant, a qual conduz a um intenso questionamento de si mesmo, e sobre a forma de conceber o mundo: “E eu?” [et moi?], princípio de alteridade que orienta o projeto antropológico, mas que lhe serve também como elaboração do próprio lugar a partir do qual se enuncia ou situa-se.

Nascido na França do início da década de 1970, Debary considera-se como pertencente à uma geração a qual teria reiteradamente ouvido que ela veio “após”. Após os grandes eventos, após a queda do sentimento de unidade nacional e de uma história saturada de memória, entendida como “comemoração”. Mas também, segundo ele, de uma proliferação de monumentos e museus, de lugares repletos de objetos e de silêncios.

É a partir deste contexto, e em diálogo com os debates acadêmicos francês, que Debary planta suas questões. Um contexto também de contestações de direitos de memória provenientes de minorias políticas e de demandas por reparação histórica que, segundo o autor, colocam em questão a crise de um certo modelo de relação à alteridade, bem como a possibilidade de escrever uma história não vivida, seja ela referente ao próprio tempo (passado), ou ao tempo dos outros e que, em sua encontraria correspondência em uma definição possível da relação entre “antropologia e memória” (Debary, 2025, p. 35). Isso, sem se esquecer que a “crise da história”, ou de um certo modelo historiográfico, vem acompanhada não apenas de uma insegurança acerca do passado, mas também de um futuro ameaçado pela crise climática resultante de um certo modelo de concepção de relação com o mundo consumido por um capitalismo que o converte em objetos-mercadoria.

Além disso, na esteira das numerosas críticas sobre o como os vestígios oriundos de violências históricas foram convertidas em patrimônio por museus, monumentos e memoriais, o autor argumentará que:

Em uma história de sociedades marcadas por rupturas e violências históricas, o museu aparece como um espaço de neutralização, de pacificação. Um calmante que ajuda a crer que tudo se passou bem, que tudo pode passar. Uma história que se conta sem choques. O paradoxo do museu reside no fato de ser um instrumento do esquecimento mais do que de lembrança, uma negação de historicidade que tem medo de contar que a história é atravessada de

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

feridas e acidentes (Debary, 2025, p.14, tradução própria)<sup>8</sup>.

Debary não ignora que o museu, ou os “lugares de memória”, são também espaços de e em disputa. Nem mesmo que as escolhas de como expor as coleções também reveladores de diferentes narrativas. O que se encontra no cerne de seu questionamento poderia ser colocado, grosso modo, em dois pontos principais: a dúvida de que os objetos, sobretudo quando museificados, encerrados em seu silêncio podem por eles mesmos contar sua história. Suspeição que leva a provocação de que ao delegar-se aos objetos ou lugares de memória a função de lembrança se estaria, em verdade, nos desembaraçando da tarefa, da própria responsabilidade de recordar-se. Em segundo lugar, ao considerar a própria história da formação dos museus modernos em oposição aos antigos templos dedicados às musas, Debary perguntar-se pela diferença do papel e dos usos desses lugares que passam do culto aos deuses e da inspiração do poeta que se inspira e toma (ou perde) a palavra, à versão secular de separação dos objetos que não mais se cultua. Essa última consideração leva ainda à suspeição de noções como a de herança e de patrimônio, que tal como já anunciara Benjamin (1987, p. 225) não poderia ser vista sem horror, uma vez que os “bens” ou os documentos da cultura são, enquanto pilhagem e butim de guerra, documentos de barbárie. Do que também decorreria a necessidade de uma história contada a “contrapelo”, uma história escrita a partir do ponto de vista dos vencidos. Uma história reconciliada com a memória.

Se a noção de um museu que pacificaria as violências históricas encontra seus alicerces nessa concepção de uma história única, pois contada desde o ponto de vista dos vencedores, a comparação do museu como um fármaco ou um “calmante” ressoa ainda com aquela de Georges Bataille – esse outro escritor e sociólogo caro a Debary – segundo o qual: “Abordamos um marchand de quadros como entramos numa farmácia, em busca de remédios bem apresentados para doenças confessáveis”

---

<sup>8</sup> No original em francês: Dans une histoire des sociétés marquées par des ruptures et des violences historiques, le musée apparaît comme un espace de neutralisation, de pacification. Un calmante qui aide à croire que tout s'est bien passé, que tout peut passer. Une histoire qui se raconte sans heurt. Le paradoxe du musée tient au fait d'être un instrument d'oubli d'avantage que de souvenir, un déni d'historicité qui a peur de raconter que l'histoire est traversée par ses blessures, ses accidents.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

(Bataille, 2018, p. 250).

A referência não tem nada de casual. Bataille, ao referir-se ao mercado de arte, criticava o jogo de transposições o qual atenuaria a violência como por via de um processo de limpeza ou “higienização” contínua sem o qual o “espírito moderno” já teria sido superado. Se para Bataille a sujeira é o “próprio homem”, a obsessão com a limpeza estaria relacionada à um modelo de racionalidade que compulsivamente nega uma parte importante de si mesma. Para encarar esses “restos” ou “resíduos” seria preciso a atitude de alguém que “perde a cabeça”, como quem “perde a razão”.

Octave Debary retornará sobre a acefalia professada por Bataille, sob o ponto de vista de uma mentalidade ocidental que depois de longos séculos parece esboçar a compreensão de que, esse tempo todo, via o mundo como “de cabeça para baixo”, mas para logo em seguida perguntar-se, lembrando-se da afirmação de Bruno Latour (2019) segundo a qual “Nós jamais fomos modernos”: “Como perder a cabeça se em verdade nós nunca a tivemos?” (Debary, 2025, p. 22).

### O que resta da cultura?

Feitas essas primeiras e rápidas considerações, faz-se necessário nos voltarmos para uma noção (“conceito” ou “categoria analítica” caso prefiram) que atravessa todo o trabalho de Debary e que para muitos, sobretudo para aqueles mais adeptos à chamada “virada ontológica”, pode parecer tão velha, desbotada ou mesmo obsoleta como alguns dos “restos” aos quais Debary dirige sua atenção. Refiro-me à noção de cultura, a qual o autor mobiliza menos em sua oposição com a natureza do que na tentativa de conciliar o que parece inconciliável (um pouco como o faz com a história e a memória), ou ao menos de trabalhar sobre os interstícios e os desentendimentos gerados por essa oposição. Uma questão que poderíamos levantar a partir da leitura de *Retourner le Monde* seria justamente: porque insistir no uso do termo cultura quando muitos, sobretudo antropólogos, preferem evitá-la?

Ainda que não seja completamente incorreto, seria simplificar demasiadamente a questão dizer que a chamada “antropologia do próximo” que pratica Debary se exerce justamente em lugares e com pessoas que operam sob o

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

regime dominante de um pensamento marcado pela dicotomia entre “natureza” e “cultura”.

Trata-se, sem dúvida, de uma escolha consciente, mas também de uma certa malícia do antropólogo. Uma estratégia para permanecer no problema de um “mal-entendido” bem como do mal-estar gerado por ele - mal-estar “na cultura” (ou “civilização”, mas também mal-estar da “cultura” como noção ou categoria analítica. A malícia que se enuncia como um gosto pelo jogo, de palavras e noções certamente, mas também como o próprio autor declara: “Eu amo o jogo (o teatro, como vimos) e a antropologia permite jogar com a cultura pois os diversos modelos culturais que estudam os antropólogos revelam sua contingência, a impossibilidade de impor um deles”<sup>9</sup> (Debary, 2025,p.18, tradução própria).

Permanecer com a “cultura”, em muitos casos, para melhor observar seus limites, suas contradições, ou aquilo que ela ainda poderia oferecer de impensado, tanto quanto para devolvê-la tudo aquilo que ela busca expulsar para fora dos domínios de si e de sua consciência: seus restos.

Permanecer no mal-estar, como numa indigestão: os resíduos ou dejetos, tudo aquilo que não fora completamente consumido, constitui para Debary – tal como também afirmara Aleida Assmann (2018) – a contraface, ou o outro destino possível do patrimônio, do museu ou do arquivo. Um lugar de memória para o qual enviar tudo aquilo de que se deseja esquecer. Mas o que ocorre quando por um motivo qualquer, talvez por uma provocação intencional, alguém é provocado a encarar aquilo que conscientemente ou não produziu?

É justamente essa uma das perguntas que permeiam as reflexões tecidas pelo antropólogo a partir do trabalho da artista alemã Swaantje Güntzel a qual em suas performances, obras e intervenções procura confrontar o público com seus próprios rejeitos, devolvendo aquilo que ele mesmo (enquanto pessoa ou coletividade) produziu. Diferentemente de grande parte dos artistas que se utilizam de materiais descartados, Güntzel na maior parte das vezes intervém pouco sobre o que coleta.

---

<sup>9</sup> No original em francês: J’aime le jeu (le Théâtre, on l’a vu) et l’anthropologie permet de jouer avec la culture car les diversités de modèles culturels qu’étudient les anthropologues dévoilent leur contingence, l’impossibilité d’en imposer un.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Algumas de suas performances são mesmo tão indigestas quanto o material que utiliza, mas as questões que surgem a partir delas por vezes são bastante reveladoras.

Não por acaso Debary inicia a descrição de *Plastisphäre* (2013) como a visão de uma bela passante com um vestido que lembraria a figura de uma “Chapeuzinho Vermelho” que cresceu e se tornou adulta. Güntzel, que dedica um bom tempo a coletar o que turistas e habitantes da cidade deixaram espalhados pelo chão, passa pela multidão devolvendo aquilo que reuniu aos seus proprietários, os quais por vezes não se reconhecem, outras ainda acusam que o lixo deve vir de outro lugar, de outro povo ou nação.

Outras obras ainda podem até parecer menos agressivas aos observadores, mas constroem-se a partir de um cenário mortífero para outros seres que não costumam ingressar nas galerias de arte. Em *Stomach Contents* (2010-2011) Güntzel, em parceria com a bióloga e especialista em poluição oceânica Cymthia Vanderlip, reúne pequenos brinquedos infantis encontrados nos estômagos de pássaros, principalmente de albatrozes, em Kure, no Hawaï. Debary descreve seu processo: ela limpa esses objetos, devolve até mesmo certo brilho, os envolve em bolhas de plástico reunindo-os dentro de uma máquina na qual é possível depositar uma ou duas moedas para girar uma alavanca e adquirir esses brinquedos de figurinhas deformadas pelas intempéries, pelas marés e pelos líquidos estomacais. Figurinhas monstruosas, talvez tão monstruosas quanto eram quando ainda eram “novas em folha”. A comparação de Swaantje Güntzel como uma Chapeuzinho Vermelho que se tornou adulta, adquire para Debary todo o seu sentido na medida em que como a própria artista afirma, nossos jogos e brincadeiras não são nada inocentes. Seria possível ou pertinente transpor a figura para toda uma “cultura” no sentido de que, uma vez adulta, uma vez (supostamente) consciente, deveria tornar-se ela também tanto responsável quanto imputável por seus atos?

Se essas e outras obras de Güntzel sobre as quais Debary se debruça apontam para a ideia de que a “natureza não produz resíduos”, os restos constituiriam algo como a parte banida da cultura, a imagem de seu ideal em negativo. A “cultura” não os quer, a “natureza” não os suporta. Objetos de plásticos, material trazido de

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

volta a superfície após um longo processo que os depositou nas entranhas da terra. Mal-estar planetário gerado pela concepção demasiadamente estreita acerca do que é vida ou mesmo um organismo.

Em *Retourner le Monde*, para além dos jogos sérios e perigosos há também os enigmas. Como aquele legado como espólio pelo filósofo sueco Jaap Kruithof: uma coleção com cerca de dez mil objetos usados reunidos por ele, após o falecimento de seu pai, em leilões, mercados de pulgas, e outras tantas modalidades de vendas de segunda mão. Segundo Debary, uma coleção sobre a qual o próprio filósofo nunca escreveu, que o pouco que se sabe é que ele próprio acreditava que nenhum museu a acolheria e que os objetos ali reunidos, os mais modestos, cotidianos e variados possível só respondem a algo que ele descrevia como uma “intuição visual”. Os filhos do filósofo acabaram confiando o enigma ao Museum aan de Stroom (MAS) o qual, após um período de latência, mas também de consulta pública, decidiu se desfazer de metade desses objetos, mantendo a outra metade para a montagem de exposições que questionam o próprio valor desses objetos.

Debary chega a comparar essa inusitada coleção ao interesse dos etnólogos responsáveis pela formação do primeiro museu etnográfico francês pelos objetos descartados ou de segunda mão enquanto “arquivos involuntários” ou mesmo “peças de convicção”. Mas talvez mais intrigante ainda sejam as passagens em que Debary expõem parte das reflexões do filósofo – o qual se dedicou a estudos que perpassaram, entre outros temas, a filosofia de Hegel, o marxismo e o ensino de ética – acerca de um pensamento ecológico.

Daquilo que nos conta Debary, apenas destaco alguns aspectos desse pensamento. O primeiro deles concerne a tarefa de seleção da qual os arquivistas estão incumbidos. Para Kruithof (*apud* Debary, 2025), essa tarefa é inseparável da impossibilidade de determinar de antemão o que, no intervalo de um século, poderia ser relevante para os historiadores no futuro. Poderíamos então sermos levados a pensar que a coleção do filósofo constituiria uma resposta direta a esse problema: uma vez que seria impossível discernir o “importante” do “desimportante”, seria necessário então conservar tudo, ou ao menos guardar como em uma “arca” um exemplar de tudo o que existe.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Entretanto um segundo ponto vem perturbar esse raciocínio. Debary (2025) aponta para como Jaap Kruithof considera a “conservação” em direta tensão à “sociedade de consumo”. Isso pois, à essa sociedade corresponderia uma extraordinária e terrível capacidade de destruir o mundo (tanto o meio ambiente quanto as pessoas) e que, caso não seja impedida de seguir seu curso, provocará mais cedo ou mais tarde a destruição (consumação) tanto de si mesma quanto do planeta. Soma-se a isso a compreensão de que, nessa “sociedade de consumo”, os museus e os arquivos seriam menos redutos de conservação do que os encarregados de um papel secundário e compensatório os quais, se não legitimam a destruição, ao menos procurariam atenuar a ansiedade ou angústia gerada por ela. Segundo esse raciocínio, escreve Debary (2025, p. 124, tradução própria): “A memória do mundo é a prova de sua própria desapareição”<sup>10</sup>, acrescentando ainda que, uma vez que a produção dos objetos-mercadorias é inseparável das vidas que essa sociedade consome e rejeita “[...] o mundo não pode pretender à sua própria preservação sem uma sociedade justa e igualitária.” (Debary, 2025, p. 124, tradução própria)<sup>11</sup>.

Para Debary, a coleção de Kruithof é sua própria “resposta impensada e inquieta” à questão: o que conservar? Seria ela uma espécie de experimento com seu próprio pensamento? Ou ainda uma forma de legar, de transmitir suas próprias perguntas e inquietações como sob a forma de um enigma?

Seja como for, a coleção de Kruithof se assemelha às obras de Güntzel ao menos em um ponto: há um pensamento e uma “cultura” que se imaginou tão separada da “natureza” quanto fora capaz de imaginar que a preservação de uma “memória” do mundo poderia se reduzir a conservação dos objetos e documentos que ela produziu, sem, contudo, reconhecer-se nos rastros de destruição que deixou atrás de si.

Abro parênteses. Se por um lado o Pensamento Selvagem de Claude Lévi-Strauss (2012, p. 38) encontra frequentemente referenciadas, no contexto de reflexões sobre certas práticas artísticas, suas passagens sobre a bricolagem – essa

---

<sup>10</sup> No original em francês: La mémoire du monde est l'aveu de sa propre disparition.

<sup>11</sup> No original em francês: [...] le monde ne peut prétendre à sa propre préservation sans um société juste et égalitaire.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

prática de jogar com os “testemunhos fósseis da história”, por outro, são mencionadas com menor frequência as páginas em que o autor traça uma analogia entre os churinga e os arquivos, a qual, poucas linhas adiante, desdobra-se ainda em uma comparação entre os arquivos ocidentais e o território para certos povos indígenas.

Segundo Lévi-Strauss, os arquivos seriam caros e preciosos não tanto pela história que contam ou que contém – a qual para além de depender dos recortes e interpretações dos historiadores, também se encontraria, como inúmeros documentos e obras de arte, distribuídos e reproduzidos em muitas partes. O que os arquivos nos ofereceriam, segundo ele, é outra coisa: a possibilidade de experimentar, e mesmo de se emocionar, com a presença do passado, seu índice de diacronia na sincronia do presente. Isso que ele chamará de “sabor diacrônico”. Do mesmo modo que “os churinga são os testemunhos palpáveis do período mítico: esse alchuringa que em sua falta ainda se poderia conceber, mas que não seria fisicamente comprovado” (Lévi-Strauss, 2012, p. 283).

Mais surpreendente e, todavia, necessário para o fechamento destes longos parênteses, são as linhas acerca dessa emoção com o “sabor diacrônico” dos vestígios da história transposta para a relação de populações indígenas e da qual destaco a passagem a seguir:

Ora, essa relação apaixonada com o torrão natal se explica sobretudo numa perspectiva histórica: ‘As montanhas, os riachos, as fontes e os charcos não são para ele (o indígena) apenas aspectos da paisagem belos ou dignos de atenção... Cada um deles foi obra de um de seus ancestrais de que descende. Na paisagem que o circunda ele lê a história dos fatos e gestos dos seres primordiais [...] Todo país é para ele como uma árvore genealógica antiga e sempre viva (Lévi-Strauss, 2012, p. 284).

Comparar, como pode soar evidente, não é igualar. Assim como assemelhar não é, ao menos não necessariamente, excluir as dessemelhanças. Se essas passagens de Lévi-Strauss me parecem tão pertinentes aqui<sup>12</sup> é porque se esses

---

<sup>12</sup> Não sem certa relutância, deixo fora do corpo do texto, para não me alongar demasiadamente, as reflexões de Lévi-Strauss nessas mesmas páginas acerca do papel, por assim dizer, diplomático de certos objetos cedidos ou emprestados de um povo, ou de uma nação, a outro(a). Papel do qual ele próprio, sabemos, foi testemunho e, por assim dizer, confiado como “diplomata”.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

diferentes “restos da história” ofereceriam, cada qual a seu modo, o “sabor diacrônico”, por outro lado torna-se inegável a distância que separa uma sorte de “resto” da outra.

Tal como destaca Wiliam Balée, em um artigo em que se debruça minuciosamente sobre o papel da ação antrópica na formação de paisagens, bem como de biodiversidade<sup>13</sup>:

A assinatura arqueológica aqui talvez não seja tanto os mudos artefatos cerâmicos e os remanescentes esqueléticos (inclusive humanos) que emergem de monte, mas antes seus componentes vivos. A floresta, e suas árvores sobre Ibibate, representam artefatos vivos, do tipo antropogênico (Balée, 2008, p.16-17).

Sem dúvida essas considerações de Lévi-Strauss e de Balée vêm complicar ainda mais o debate sobre história, memória e patrimônio. Assim como perturbam a distinção entre “natureza” e “cultura”. Todavia, se Debary insiste em pensar em termos de “natureza e cultura”, é, por um lado, para manter-se com as categorias de seus próprios interlocutores. Por outro, talvez mais importante, é para destacar o “resto” como o “impensado cultural”, instituir os restos para melhor criticar a lógica que os criou, mas também para apontar que os “restos” não são apenas o subproduto indesejável de um capitalismo industrial, antes eles seriam algo como o “índice” ou “sintoma” do próprio mundo que ele produz: restos de sua destruição, lembranças do que se gostaria de esquecer. Nesse sentido talvez pudéssemos dizer: o resto é o mundo, o próprio mundo que criamos e que retorna.

O encontro de Debary com a vida e obra do artista Mauro Fainguelernt lhe oferece a ocasião para redistribuir às cartas sobre a mesa. Aos vinte anos de idade, Fainguelernt trabalhou no laboratório de conservação ligado ao Museu Nacional de Belas Artes no Rio, atuando na conservação de documentos em papel, quando deu-

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, o termo “antropoceno” pode incorrer no risco de, ao realçar os impactos ambientais em escala geológico causados pelo capitalismo industrial, esquecer-se que muito do que conhecemos da “biodiversidade” do planeta não seria possível sem a atuação de outros “antropos” que deixam outro tipo de memórias, como aquelas presentes nas “matérias vivas” das florestas, para usar os termos de Balée (2008). Algo análogo ocorre com a noção de “poluição” que adquire uma carga semântica suplementar àquela pretendida por Mary Douglas (2020) quando nos referimos à “poluição ambiental”. É nesse sentido que Debary, ao comentar a série *Spring Cleaning* (2004-2005), de Swaantje Güntzel, pode afirmar que: “Se a cultura tem o privilégio de criar dejetos, é porque a natureza não os produz” (Debary, 2025, p.59, tradução própria).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

se conta da dimensão sisifiana da tarefa de limpar esses documentos afim evitar sua “contaminação” por agentes orgânicos e inorgânicos. Mais tarde, em 1998, o artista construiria seu ateliê em Galdinópolis, onde também se dedicaria à apicultura. Sua obra *Palavra* (Parole, 2011) pode ser vista como uma crítica à certa concepção de “conservação” que, visando à preservação de documentos e objetos, demanda para isso a criação de um ambiente controlado e ascético, como se para prolongar sua existência fosse necessário criar um mundo todo à parte, fora da “natureza”, fora do tempo. Nessa obra, o artista escreve sobre telas algumas palavras utilizando cera de abelha, para depois depositá-las, “arquivá-las” no interior das caixas do inseto. A ação então consiste em periodicamente retirar as telas, fotografá-las, para então devolvê-las às colmeias. Aos poucos, as palavras desaparecem dando lugar à outras construções feitas por outra “sociedade”.

Para Debary (2025, p. 156), a obra produz um “arquivo do trabalho das abelhas”, em sua leitura, a arte intervém como uma imagem, uma detenção de um momento do tempo que servem como uma recordação da vida. Mas para além das fotografias, se tomamos as gavetas da caixa de abelhas em analogia aos arquivos, não poderíamos também nos perguntarmos se as palavras do artista, ao invés de retidas, postas em reserva ou acumuladas, não seriam antes dadas ou confiadas ao outro (nesse caso às abelhas)? Outra economia da escrita que não seria regida pela lógica do acúmulo e permanência, mas da troca e da transitividade e para a qual os próprios meios são constitutivos da mensagem. Palavras escritas com um material tomado de empréstimo, depois devolvido a quem de direito, tal como um diálogo a partir do qual, quiçá, poderia nascer outra linguagem, outra forma de entendimento. Outro futuro?

No ano 2000, em meio às “celebrações” (bem como às críticas) dos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil, Fainguelernt vai ao Museu do Índio no Rio de Janeiro. Mas não é tanto às coleções deste museu que interessam o artista, senão o encontro com os representantes Krahô da nação Timbira, que vivem na reserva Terra Indígena Krahôlandia e que se encontravam ali presentes aos quais o artista propõe de retratá-los no interior desse museu, mas também no Teatro Carolos Gomes. Esses retratos

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

foram mostrados mais tarde na exposição coletiva *Iminências Pardas* (2004)<sup>14</sup>. Debary (2025) debruça-se sobre esse trabalho desdobrando suas implicações. De sua perspectiva, este trabalho não somente consistiria em um gesto de afrontar a narrativa oficial da história do país expondo os rostos daqueles que são os sobreviventes dessa história, como também poderia ser concebido como um gesto por meio do qual o artista nos lembra que esses espaços de exposição (do “passado” ou da “história”), são também lugares em disputa, retomando a concepção do museu como “zonas de contato” (Debary, 2025, p.151).

Ao tecer ainda alguns comentários sobre a história de deslocamentos forçados e de intervenções de políticas estatais que fizeram com que os Krahô, no início dos anos 1970 substituíssem o cultivo do milho pelo arroz, Debary contrasta a “cultura” posta em reserva nos museus com a reivindicações, disputas e negociações daqueles que lutam para manter a própria cultura viva. Como o caso das sementes de milho Krahô que foram armazenadas nos bancos de plasma germinativo da Embrapa em 1978. Estocagem de biodiversidade, mas também de saberes tradicionais. Essas sementes poderiam ser pensadas, segundo Debary, como “lugares de memória”, mas também como portadoras da promessa de um futuro ligado ao seu poder germinativo (Debary, 2025: 152-154). Se o museu prometeria a “conservação” da “cultura” por meio da subtração dos itens de sua coleção dos fluxos e relações espaço-temporais que lhes originaram, a cultura efetivamente vivida necessita constantemente refazer seus laços com o território.

Se esse capítulo de *Retourner le Monde* se inicia com um questionamento sobre como “reparar” as feridas históricas, poderia então as “zonas de contato” (Clifford, 1997) que são os museus serem concebidas menos como “depósitos do passado” do que como espaços de encontros e mediações possíveis capazes de “trazer as coisas de volta à vida” (Ingold, 2012)?

Mais uma vez estamos de volta à questão do que pode querer dizer “conservação” e que Debary, a partir dos desdobramentos de sua reflexão sobre as obras de Fainguerlent, pode enunciar do seguinte modo: “A natureza é um

---

<sup>14</sup> A exposição ocorreu no Sesc Nova Friburgo (RJ) em 2004.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

reservatório de vida. O risco ambiental contém aquele da desaparecimento de saberes ligados à perda de sua biodiversidade. A destruição da natureza é um risco para a cultura” (Debary, 2025, p.155, tradução própria)<sup>15</sup>.

### **Artes da memória (e do esquecimento?): impermanências, transitoriedade, equilíbrios instáveis e outros malabarismos.**

Tal como as obras de Samuel Roy-Bois em que os arranjos esculturais de objetos quotidianos só se mantêm em pé por alguns instantes – o tempo necessário para a tomada de uma fotografia, antes de sua inevitável queda – a noção de “restos” com a qual trabalha Debary situa-se justamente nas zonas intersticiais e nas tensões entre os opostos. O antropólogo procura, assim, pensar conjuntamente aquilo que no mais das vezes tenta se separar. Como vimos, trata-se de pensar “natureza e cultura”, mas também “civilização e barbárie” ou ainda “memória e esquecimento”.

Em *Retourner le Monde*, Debary condensa algumas das reflexões oriundas de seu intenso trabalho junto a dois artistas que resultou na publicação de dois livros. O primeiro deles fora escrito como forma de antropologia compartilhada junto a Jochen Gerz<sup>16</sup> (Debary, 2017), o segundo consiste na reunião de seus encontros e diálogos com Christian Boltanski<sup>17</sup>, que ocorreram entre fevereiro de 2020 e março de 2021. Duas grandes figuras da arte contemporânea europeia que, cada qual a seu modo, lançaram-se à crítica da noção de uma memória relegada aos objetos. Ambos atentam-se para a proximidade entre os campos de extermínio e seus museus e memoriais.

A escrita de Debary nos aproxima das motivações de um artista como Gerz que, nascido na Alemanha em 1940, conserva como suas primeiras lembranças, as imagens de uma cidade bombardeada e em chamas a qual, todavia, em decorrência de uma surdez temporária (causada pelo estrondo das bombas que caíam) lhe

---

<sup>15</sup> No original em francês: “La nature est un réservoir du vivant. Le risque environnemental contient aussi celui de la disparition des savoirs liés à perte de biodiversité. La destruction de la nature est un risque pour la culture.”

<sup>16</sup> Trata-se do livro *La ressemblance dans l'oeuvre de Jochen Gerz* (Debary, 2017).

<sup>17</sup> Refiro-me ao livro *Les fantômes de Christian Boltanski* (Debary, 2021).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

geraram a impressão de um lugar tranquilo. O relato do artista, citado por Debary, descreve a dissociação em sua memória entre a imagem e som que se desdobra também em uma distorção em sua memória do próprio evento traumático desfigurado como lugar pacífico. Uma lembrança que se aproxima de um sonho em que a representação se dissocia dos afetos.

Talvez o contundente relato ajude a entender, ao menos parcialmente, a desconfiança de Gerz em relação à monumentalidade e o uso performativo que ele confere aos objetos. Suas obras frequentemente tentam fazer com que a própria desapareição ou a presença incômoda (das pessoas ou dos objetos) dê lugar ao som, e, sobretudo à palavra.

Em *Le Cadeau* (O presente, 2000), Gerz, por meio da redistribuição de retratos (em grande formato) entre os habitantes os habitantes de Roubaix, procuraria fazer com que a presença da imagem de um estranho, mantida na própria casa dos participantes, provocasse nestes últimos a interrogação acerca do que é preciso para que nos interessemos pelas pessoas com as quais cruzamos diariamente. Monumento contra o fascismo (1986), concebido juntamente com Esther Shalev-Gerz, vem reforçar a oposição de Jochen Gerz aos monumentos como repositórios da memória coletiva, uma vez que se tratava justamente de um monumento de doze metros de altura destinado por princípio a ser gradualmente engolfado pelo solo. As pessoas eram convidadas a assiná-lo como se sua grande coluna fosse a página metálica de uma petição pública. Um documento constantemente arquivado, e, portanto, fazendo emergir a necessidade de uma vigilância constante assim como a necessidade de reiteradamente marcar a própria posição no espaço público.

Com o passar do tempo, a grande coluna também recebeu inscrições fascistas, frases contra estrangeiros e suásticas. Gerz nos lembra que nenhum monumento pode assumir posição por nós frente às violências da história. Se a desapareição do monumento faz, conforme relata Debary, com que os habitantes de Hamburgo falem sobre o monumento que outrora era visível, sua história também aponta para a memória e o “espaço público” como lugares de disputa e de dissenso.

Se Gerz observa nos campos de extermínio transformados em memoriais e museus o modo como a linguagem da cultura se confunde com aquela do horror,

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

Boltanski, por sua vez, relata à Debary sua hesitação, mesmo sua recusa, em adentrar o campo Auschwitz transformado em museu com medo de encontrar ali algo como uma “bela” exposição.

Quanto à sua obra, Boltanski por vezes promove justamente a transposição em sentido inverso: fazendo com que os traços da catástrofe penetrem os objetos mais íntimos e cotidianos. Como ocorre no caso da instalação *Canadá*, exposta em Toronto (1998). Jogando com a ambiguidade dos restos, e mesmo com as reminiscências contidas pelas palavras, Boltanski evoca o nome do país que fora usado nos campos de concentração para nomear um espaço designado para estocar os bens pilhados das vítimas. Cerca de seis mil vestes anônimas empilhadas, provocando a procura das pessoas ou corpos ausentes. Debary concorda com a afirmação de Boltanski segundo a qual: a guerra não acabou.

No capítulo dedicado à obra de Boltanski, Debary nos mostra como o artista procurou fazer de sua vida uma obra (im)possível. O artista se dedica a realizar inventários, listas exaustivas de nomes, ou ainda a expor suas próprias memórias inventadas. Procurando restabelecer uma dimensão afetiva para o objeto que, no entanto, não pode nos contar sobre a vida que procuramos por trás dele. Inspirado por suas visitas aos museus, mesmo os museus etnográficos, Boltanski fez parte de sua obra como uma espécie de relicário de vidas desaparecidas, frequentemente a sua própria, ou de uma vida que ele inventou para nos lembrar que cada vida é singular, mas que também cada vida se assemelha às outras.

Seria a dimensão “afetiva” conferida por Boltanski aos objetos justamente a capacidade que apresentariam para o espectador de projetar suas próprias lembranças neles, ao mesmo tempo em que escondem a singularidade de sua própria história? Para Boltanski, o artista é um mentiroso que mente para dizer a verdade, mas também alguém que tenta provocar emoções e colocar questões.

Debary (2025) mostra bem a trajetória de Boltanski dos inventários e relicários à uma obra que se propõem como efêmera, como um constante jogo com a morte, dos outros e a do próprio artista, obras que, tal como jogos, desejariam ser constantemente recriadas. Segundo Boltanski, a transformação de sua obra segue aquela da mudança de perspectiva de uma transmissão “pelo objeto”, para outra

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

forma de transmissão que se dá “pelo saber”.

Da desconfiança em relação aos objetos e às diferentes dramatizações dos restos nas artes contemporâneas, Debary (2025) dedica também todo um capítulo à obra do historiador Pierre Nora, fundamental para o debate historiográfico francês e para a compreensão da multiplicação contemporânea dos “lugares de memória”, os quais, segundo o próprio Nora (1993, p.12), são, “antes de tudo, restos”.

Debary revisita parte do legado do pensamento de Nora no debate francês, sobretudo para tentar compreender uma corrente historiográfica que fez da noção de memória o centro de suas próprias interrogações. A história como modo de traçar a diferença bem como a ligação do passado com o presente seria capaz de promover uma superação, mesmo uma reparação, das violências?

Debary mostra com minúcia como Pierre Nora apoiou-se na elaboração da diferença entre história e memória<sup>18</sup> inicialmente cunhada por Halbwachs e como o seu modo de conceber a problemática contemporânea destoaria da perspectiva de Paul Ricoeur sobre as narrativas da memória. Enquanto para o último a narrativa necessitaria de um duplo tempo, o de elaboração e o do relato e confiaria nessa memória posta em narrativa a possibilidade de superar as feridas históricas, Nora (1993) procura demonstrar como a memória é sempre repartida entre os diferentes grupos (familiares, étnicos, nacionais, religiosos, entre outros). Neste sentido,

---

<sup>18</sup> Conforme as próprias palavras de Nora (1993, p.9): Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

poderíamos dizer, a grossíssimo modo, que na perspectiva de Pierre Nora a memória apresenta um devir minoritário e comunitário enquanto a história poderia ser “fonte de reconciliação” (Debary, 2025, p.186).

Indagando-se sobre o trabalho historiográfico de Nora, Debary uma vez mais prefere permanecer no intervalo, no entre-dois, confiando na possibilidade (no desejo) de tornar possível o encontro face a face entre história e memória:

Façamos a hipótese, ou formulemos o desejo, que possamos considerar que certas análises tenham conciliado as duas abordagens. A memória não se encara mais sem história, sem sua própria historicidade. Nem a história sem memória, no sentido em que a história (a que se passa ou aquela que se conta) procede de um jogo que privilegia as rupturas e entrecruzamento dos tempos. A escrita da história se opera sempre a posteriori, vem prestar conta das descontinuidades constitutivas de identidades sempre recriadas (submissas à triagem da memória) (Debary, 2025, p.187, tradução própria)<sup>19</sup>.

Sem fazer o apelo nem para a possibilidade de uma história unificadora ou redentora, nem julgando a história em um suposto “tribunal da memória”, a proposta de Debary para pensar história e memória é a mesma que para pensar a “natureza e cultura”, permanecer por mais tempo com os próprios termos e refletir melhor sobre o mal-estar assim como o mal-entendido que engendram. Mas também contrabalancear os termos considerando constantemente um pelo ponto de vista do outro, como em um diálogo do qual um novo entendimento pode eventualmente surgir.

Na “antropologia dos restos” nada permanece por muito tempo em seu (suposto) lugar, e os mal-entendidos às vezes são prolíficos. Se pudéssemos transpor o face a face entre história e memória como a impossibilidade de desfazer a trama

---

<sup>19</sup> No original em francês: Faisons l'hypothèse, ou formulons le vœu, que l'on puisse considérer que certaines analyses ont conciliées deux approches. La mémoire ne s'envisage plus sans l'histoire, sans sa propre historicité. Ni l'histoire sans la mémoire, au sens où l'histoire (qui se passe ou celle qu'on raconte) procède d'un jeu privilégiant les ruptures et les entrecroisements des temps. L'écriture de l'histoire s'opère toujours dans un après-coup, vient rendre compte de discontinuités constitutives d'identités toujours recrées (soumises au tri de la mémoire).

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

entre “fatos” e “afetos” que constitui nossas existências, temos uma proposta de uma antropologia (e de uma história). Que em seus muitos improvisos joga com as convenções por meio de seus desvios em viagens nas quais, trazendo ou não algo em sua bagagem, o viajante nunca retorna o mesmo.

Ao final do seu livro, referindo-se à uma conferência de Philippe Descola, Debary questiona:

A antropologia é um sonho? Uma ciência dos sonhos? Retorno sobre o mal-entendido inicial, enunciação de um encontro feliz. Os sonhos daqui não são aqueles de alhures, a ação mesma de sonhar é um procedimento de conhecimento para os Jivaro que remete a outros mundo, outras cosmologias, outros sonhos noturnos e diurnos.”<sup>20</sup> (Debary, 2025, p.197, tradução própria).

Dupla interrogação que se desdobra em dois distintos modos de conhecimento. O equivalente do sonho Jivaro não seria tanto o sonho como resíduos da experiência, mas a possibilidade mesma de conhecer outros mundos. A antropologia seria então o equivalente para o ocidente do sonho para os ameríndios? Uma “ciência dos sonhos” não seria ela também uma ciência da escuta (ou do diálogo)? Poderíamos continuar a derivar outras questões a partir desses dois termos. *Retourner le Monde* é também um convite para sonhar com uma antropologia sempre inquieta.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformação da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 9–23, 2008.

---

<sup>20</sup> No original em francês: L’anthropologie est-elle un rêve? Une Science des rêves ? Retours au malentendu initial, énonciation d’une rencontre heureuse. Les rêves d’ici ne sont pas ceux d’ailleurs, l’action même de rêver est un procédé de connaissance pour les Jivaro qui renvoi à d’autres mondes, d’autres cosmologies, d’autres rêves nocturnes et diurnes.

---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

---

BATAILLE, Georges. **Documents**: Georges Bataille. Tradução: João Camillo Penna e Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

BENJAMN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 (Obra Escolhidas).

CLIFFORD, James. **Routes**: travel and translation in the Late Twentieth Century. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

DEBARY, Octave. **Antropologia dos restos**: da lixeira ao museu. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017.

DEBARY, Octave. **La fin du Creusot ou l'art d'accommoder les restes**. Paris: CTHS Éditions, 2002.

DEBARY, Octave. **La ressemblance dans l'oeuvre de Jochen Gerz**. Saint-Étienne: Créaphis, 2017.

DEBARY, Octave. **Les Fantômes de Christian Boltanski**. Saint-Étienne: Créaphis, 2023.

DEBARY, Octave. **Retourner le Monde**: arts, anthropologies, ressemblances: Saint-Étienne: Creaphis, 2025.

DESCOLA, Philippe. Prefácio. In: DEBARY, Octave. **Antropologia dos restos**: da lixeira ao museu. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017. p.6-9.

Douglas, Mary. **Pureza e Perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. São Paulo: Perspectiva, 2020.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares, **Projeto História**, n. 10, p.7-28, 1993.



---

## Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

### SOBRE O AUTOR

*Rodrigo Frare Baroni*

É doutorando do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (PPGAS – Unicamp), membro do LA'GRIMA (IFCH-Unicamp). Sua pesquisa versa sobre diferentes práticas e perspectivas artísticas voltadas aos restos e os arquivos. Atualmente realiza estágio de pesquisa no Centre d'Anthropologie Culturelle (CANTHEL) Université Paris Cité sob supervisão do Prof. Dr. Octave Debary.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0289-7574>

E-mail: rodrigof.baroni@gmail.com